



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS



CAROLINE SCHWARZBOLD

**UMA ABORDAGEM DOS OPERADORES
ARGUMENTATIVOS EM ARTIGOS DE OPINIÃO:
UMA PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O 9º ANO**

UBERLÂNDIA
2015

CAROLINE SCHWARZBOLD

**UMA ABORDAGEM DOS OPERADORES
ARGUMENTATIVOS EM ARTIGOS DE OPINIÃO:
UMA PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O 9º ANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras.

Linha de pesquisa: Leitura e produção textual: diversidade social e práticas docentes

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Resende Ottoni

UBERLÂNDIA
2015

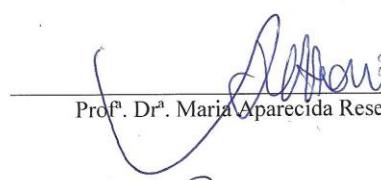
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- S411a Schwarbold, Caroline.
2015 Uma abordagem dos operadores argumentativos em artigos de opinião : uma proposta de sequência didática para o 9º ano / Caroline Schwarbold. - 2015.
 153 f. : il.
- Orientadora: Maria Aparecida Resende Ottoni.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS.
Inclui bibliografia.
1. Linguística - Teses. 2. Língua portuguesa (Ensino fundamental) - Teses. 3. Língua portuguesa - Redação - Teses. I. Ottoni, Maria Aparecida Resende. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS. III. Título.

**UMA ABORDAGEM DOS OPERADORES
ARGUMENTATIVOS EM ARTIGOS DE OPINIÃO:
UMA PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O 9º ANO**

Dissertação aprovada para a obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS - da Universidade Federal de Uberlândia/MG pela banca examinadora formada por:

Uberlândia, 14 de outubro de 2015.


Profª. Drª. Maria Aparecida Resende Ottoni, UFU/MG


Profª. Drª. Maria Aparecida Lino Pauliukonis, UFRJ/RJ


Profª. Drª. Walleska Bernardino Silva, ESEBA-UFU/MG

AGRADECIMENTOS

“Porque Dele, e por Ele, e para Ele são todas as coisas” (Romanos 11.36) - Agradeço a Deus, criador e mantenedor da vida, quem me capacita para realizar as tarefas do dia a dia, quem me deu inteligência e perseverança para chegar até aqui, quem me anima a ir além.

Agradeço à Professora Maria Aparecida Resende Ottoni por verdadeiramente me orientar e dar o melhor de si e buscar o melhor de mim. Um exemplo de ética e compromisso.

Agradeço ao Jonas, meu esposo, pelas palavras e gestos de incentivo, de cuidado, de carinho, de compreensão das ausências. Obrigada, meu querido, por acreditar na minha capacidade, por me incentivar a seguir estudando, por ser alegria constante em minha vida. Muito obrigada, principalmente, por cuidar de nossa Marina enquanto eu dissertava...

Agradeço também aos meus pais, Angela e Carlos por me ensinarem a importância do estudo e a valorizá-lo como um bem precioso que é. Um obrigada especial à minha mãe, minha primeira professora de Português, apesar de nunca ter sido sua aluna. Obrigada por me incentivar a ir além dos caminhos já trilhados e conhecidos.

Agradeço à minha irmã Pauline pelas palavras de incentivo e confiança que me disse ao longo dessa caminhada. Mesmo distantes fisicamente, sua presença é constante em minha vida.

Agradeço aos colegas da 1ª turma do PROFLETRAS por dividirem as cargas e as conquistas. Vocês foram fundamentais para que as alegrias se multiplicassem e as cargas fossem divididas. Obrigada!

Agradeço especialmente aos colegas-amigos Dayse, Luiz Cézar e Sônia por todo apoio, ajuda, anseios, sonhos, cansaço que compartilhamos ao longo desses dois anos. Obrigada por me acolherem, me aceitarem como sou. Obrigada por cada risada e cada preocupação divididas. Vocês são presentes de Deus em minha vida. É uma alegria tê-los como amigos!

Agradeço à Escola Municipal Professor Otávio Batista Coelho Filho, na pessoa da diretora senhora Tânia Lara, por oportunizar a aplicação da parte prática desta pesquisa. Agradeço também à professora Rosa Pelegrini, por me auxiliar, me incentivar a aprender e a usar o laboratório de informática. Agradeço a confiança em meu trabalho.

Agradeço aos meus inquietos e alegres alunos do 9º ano A (2014) e do 9º ano E (2015) por aceitarem participar desta pesquisa, contribuindo para minha formação pessoal e profissional.

Agradeço aos professores do PROFLETRAS que muito contribuíram com minha formação enquanto mestrandas, mas, principalmente, com as reflexões que vou levar para a sala de aula, transformando-a.

Agradeço às queridas Profa. Dra. Eliana Dias e Profa. Dra. Walleska Bernardino Silva, pela atenção na leitura e preciosas contribuições na minha banca de qualificação.

De antemão, agradeço à banca de defesa da dissertação por disponibilizarem tempo para leitura da pesquisa e presença no momento da defesa. Obrigada, Profa. Dra. Walleska e Profa. Dra. Maria Aparecida!

Agradeço à CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa concedida, possibilitando a aquisição de livros e materiais, e a participação em diferentes eventos, além de outras tantas demandas.

Enfim, agradeço a cada um que, de uma forma ou de outra, faz parte dessas páginas que se tornam realidade.

“Saber argumentar não é um luxo, mas uma necessidade”.
(BRETON, 1999, p. 19)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo o desenvolvimento da competência argumentativa escrita de alunos de uma turma do ensino fundamental, por meio da aplicação de uma sequência didática centrada no ensino do gênero artigo de opinião e dos operadores argumentativos. Por isso, levamos em consideração a trajetória histórica da disciplina Língua Portuguesa (BARROS, 2008; FÁVERO, 2009), bem como as mudanças e as novas perspectivas de ensino e letramento (KLEIMAN, 1995; 2005; MARCUSCHI, 2004; GERALDI, 2004; SOARES, 2009), além das orientações trazidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998). Além disso, apoiamo-nos em estudos sobre os operadores argumentativos (DUCROT, 1989; KOCH, 2007) no gênero discursivo (BAKHTIN, 2003) artigo de opinião (BRÄCKLING, 2001) como meio de colaborar com a argumentação (ROSSI-LOPES, 2012). A partir do aporte teórico apontado, uma sugestão de aulas disponível no Portal do Professor voltada para os anos finais do ensino fundamental foi selecionada e aplicada no final de 2014. A análise dessa aplicação nos mostra que, apesar de trazer à tona um assunto importante como a questão da ética e da corrupção, as atividades desenvolvidas não dão o suporte necessário para que os estudantes atinjam os objetivos propostos inicialmente de identificar características do gênero artigo de opinião; verificar a função dos operadores argumentativos na construção do gênero artigo de opinião e produzir um artigo de opinião. A partir do que foi identificado, elaboramos uma sequência didática (DOLZ, NOVERRAZ, SCHNEWULY, 2011 [2004]) para o ensino do gênero artigo de opinião e dos operadores argumentativos para uma turma de 28 alunos de 9º ano do ensino fundamental de uma escola municipal de Uberlândia. Durante a análise das produções iniciais dos estudantes, constatamos que estes demonstraram dificuldades em relação às especificidades do gênero artigo de opinião e usaram os operadores de modo restrito. Por isso, a sequência didática elaborada contemplou três módulos de ensino: o primeiro objetivou o ensino do gênero artigo de opinião e de suas especificidades; o segundo, a ampliação do uso dos operadores argumentativos; e o terceiro, visou a dar subsídios aos estudantes em relação a ter o que dizer, ou seja, buscou ampliar seus conhecimentos a respeito do gênero discursivo artigo de opinião e dos operadores argumentativos para, assim, produzirem uma argumentação consistente. A análise final mostrou um pequeno avanço dos alunos na reescrita da sua produção inicial. Percebeu-se que os alunos seguiram utilizando principalmente os operadores com os quais estão habituados, mas avançaram na aprendizagem da escrita do gênero artigo de opinião.

Palavras-chave: operadores argumentativos. Artigo de opinião. Portal do Professor. Sequência didática.

ABSTRACT

This research aims to develop the students writing argumentative competence from an elementary school through the application of a didactic sequence focused on teaching the opinion article genre and argumentative operators. Therefore, we consider the historical trajectory of the Portuguese subject (BARROS, 2008; FÁVERO, 2009), as well as changes and new opportunities for education and literacy (KLEIMAN, 1995; 2005; MARCUSCHI, 2004; GERALDI, 2004; SOARES, 2009) in addition to the guidance brought by the National Curriculum Standards (1998). In addition, we based upon argumentative operators studies (DUCROT, 1989; KOCH, 2007) in the discursive genre (BAKHTIN, 2003) opinion piece (BRÄCKLING, 2001) as a means of collaborating with the argumentation (ROSSI-LOPES, 2012). From the pointed theoretical framework, a hint of classes available in the Teacher Portal geared towards the final years of elementary school was selected and applied at the end of 2014. The analysis of this application shows that in spite of bringing out an important issue as the question of ethics and corruption, the activities do not give the necessary support for students to achieve the initially proposed objectives to identify characteristics of the opinion article genre; to check the function of argumentative operators in the construction of the opinion article genre and produce an opinion. From what has been identified, we developed a didactic sequence (DOLZ, NOVERRAZ, SCHNEWULY, 2011 [2004]) to the opinion article genre teaching and argumentative operators for a class of 28 students of a 9th grade of elementary school of a school city of Uberlandia. During the analysis of the initial productions of the students, we found that students demonstrated difficulties regarding the specifics of the opinion article genre and used them in a restrictive way. Regarding the operators, it was realized that they had no difficulty in using them, but used few and in a restricted mode. Therefore, the elaborate didactic sequence included three teaching modules: the first aimed to education of opinion article gender and their specificities; the second, the expanded use of argumentative operators; and the third aimed to give grants to students about having what to say, or sought to expand their knowledge about the discourse opinion gender and argumentative operators to thereby produce a consistent argument. The final analysis showed a small advance of the students in the rewriting of their initial production. It was noticed that the students followed mainly using operators with which they are accustomed, but progress in learning writing genre opinion article.

Keywords: argumentative operators. Opinion article. Teacher Portal. Didactic sequence.

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
2 ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: Trajetória Histórica, PCN e a mudança de foco	16
2.1 Trajetória histórica da disciplina Língua Portuguesa	16
2.2 Letramento, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a mudança de foco no ensino da Língua Portuguesa	19
3 GÊNERO DISCURSIVO ARTIGO DE OPINIÃO E OPERADORES ARGUMENTATIVOS	26
3.1 Gêneros do discurso, artigo de opinião e argumentação	26
3.2 Operadores argumentativos	31
3.3 Sequências Didáticas (SD)	34
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	38
4.1 Sobre a metodologia de pesquisa	38
4.2 Caminhos trilhados	39
4.3 Caracterização da escola e da turma.....	42
5 O PORTAL DO PROFESSOR: DESCRIÇÃO, APLICAÇÃO E ANÁLISE	44
5.1 Portal do Professor (PP): breve descrição	44
5.2 A sugestão de aulas aplicada	46
5.3 Breve análise da aplicação da proposta didática	62
6 SEQUÊNCIA DIDÁTICA: APLICAÇÃO E ANÁLISE	65
6.1 SEQUÊNCIA DIDÁTICA: Operadores argumentativos em artigos de opinião	65
6.2 Relato e análise da aplicação da SD	91
6.3 Reflexões sobre a proposta de ensino.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS	126
ANEXOS	131

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Portuguesa do 3º e 4º ciclos do ensino fundamental (atualmente, 6º a 9º anos), datados de 1998, desde os anos 70 o ensino de Língua Portuguesa tem sido foco de reflexões acerca da necessidade urgente de se melhorar a qualidade do ensino no Brasil. O eixo dessa discussão concentra-se, principalmente, no domínio da leitura e da escrita pelos alunos cuja falta é, muitas vezes, a responsável pelo fracasso escolar dos estudantes.

Sobre isso, os PCN afirmam que “a razão de ser das propostas de uso da fala e da escrita é a interlocução efetiva, e não a produção de textos para serem objetos de correção.” (BRASIL, 1998, p. 19). Neste sentido, este documento oficial considera a linguagem como modo de ação e de interação que se manifesta através do verbal e do não-verbal: a partir de imagens, símbolos, de textos orais e escritos, etc. Por isso, é nela e sobre ela que, enquanto professores, devemos intervir.

No âmbito escolar, a ênfase do processo ensino-aprendizagem tem se dado sobre textos escritos de diversos gêneros dentro das tipologias já conhecidas. Dentro desta diversidade, os textos foram didaticamente “separados em séries” com o intuito de serem mais apropriadamente lidos e aprendidos em determinada faixa etária ou ciclo de ensino.

Particularmente, nossa motivação inicial para a escolha de um projeto cujo tema é o ensino e desenvolvimento da argumentação escrita em artigos de opinião, foi justamente um problema identificado na prática de sala de aula, em 2013, com uma turma de 9º ano: a dificuldade no uso dos operadores argumentativos em artigos de opinião por parte dos alunos. Enquanto líamos seus textos, nos deparávamos com a falta de argumentos sólidos, além do mau uso ou, ainda, do não uso dos operadores argumentativos ao longo da redação.

Em nossa reflexão profissional, elencamos, hipoteticamente, vários motivos possíveis para essa dificuldade dos jovens aprendizes: pouca leitura; excesso de televisão e celulares; falta de interesse pelos temas que permeiam a sociedade, ou mesmo dificuldade de compreender a proposta de produção textual.

Todas essas hipóteses nos fizeram refletir a respeito do modo como se ensina a escrever determinado gênero discursivo (no caso, um artigo de opinião) ou, ainda, se o modo como fizemos, levando exemplos e debatendo sobre as características do gênero em estudo, é adequado a alunos de 13 a 15 anos.

Por isso, considerando as dificuldades encontradas na nossa prática como professora de Língua Portuguesa da Rede Pública Municipal de Uberlândia/MG, decidimos pesquisar

sobre a relação entre o uso dos operadores argumentativos e a construção da argumentação em artigos de opinião.

A escolha pelo gênero discursivo artigo de opinião se deu por este ser um gênero constituído fundamentalmente pelo tipo argumentativo cuja exposição de ideias e respectiva defesa não exigem uma suposta neutralidade; em outras palavras, no artigo de opinião os alunos podem expor seu ponto de vista em primeira pessoa, priorizando o conteúdo em defesa da tese, sem a preocupação de parecer imparcial.

Levando em conta os eixos abordados nessa pesquisa, foi realizada uma investigação, considerando pesquisas já desenvolvidas e publicadas sobre a construção da argumentação em artigos de opinião e o uso de operadores argumentativos como meio de garantir a eficácia da argumentação.

Nessa investigação não aprofundada, identificamos, por exemplo, os trabalhos de Marchesani (2008), Silva (2008), Parreira (2006), Ribeiro (2013), Borges (2012), Santos, Abreu (2015); Ramos (2006), Silva (2010), Batista (2008), Arantes (2006), Alonso (2010), Barbosa (2011), Tavares (2014), Santos, Brito e Altafini (2014).

Marchesani (2008) propõe um estudo comparativo dos gêneros editorial e artigo de opinião publicados no jornal Folha de São Paulo, no que diz respeito à organização e ao funcionamento da argumentação nesses gêneros; Silva (2008) investiga o modo como a referenciação anafórica se relaciona com a argumentação em artigos de opinião publicados em três jornais diferentes: Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e Estado de Minas; Parreira (2006) analisa o uso dos operadores argumentativos na construção de enunciados de 78 editoriais extraídos também de jornais, neste caso, de exemplares de o Folha de São Paulo, Estado de Minas e O Globo e Ribeiro (2013) propõe, de modo mais abrangente, um estudo da argumentação presente em textos do gênero editorial publicados no jornal O Globo a partir da utilização dos operadores argumentativos; já o trabalho de Borges (2012) se atém apenas aos usos da conjunção coordenativa *porém* em artigos de opinião de jornais *online* brasileiros. Já Santos e Abreu (2015), além de analisar operadores argumentativos presentes em artigos de opinião, analisam também outros elementos presentes na organização deste gênero, detendo-se em fazer apenas uma pesquisa bibliográfica no que concerne esses elementos. Ramos (2006), por sua vez, analisa como os estudantes empregam as técnicas argumentativas para construção de sua argumentação em artigos de opinião no vestibular de 2005 da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Silva (2010) analisa e descreve o funcionamento semântico discursivo do operador *mas* em 139 textos de opinião escritos durante o processo seletivo seriado de 2009 da Universidade Federal da Paraíba. Quanto à pesquisa de Batista (2008), ele

analisa como a estrutura tipológica argumentativa e a progressão didática são abordadas em uma conhecida coleção de livros didáticos. Já Arantes (2006) focaliza os aspectos argumentativos presentes, especificamente, em três gêneros - fábula, parábola e apólogo - normalmente considerados como constituídos predominantemente pelo tipo narrativo. Alonso (2010) investiga quais são os mecanismos utilizados para a constituição da significação em textos de autoajuda a partir do uso do conectivo argumentativo conclusivo *portanto*. Em relação ao ensino, Barbosa (2011) investiga a qualidade de dois materiais didáticos para o ensino médio no que tange as etapas da sequência didática, a materialização do gênero textual artigo de opinião e a abordagem da leitura e escrita. Tavares (2014), por sua vez, aplica uma sequência didática, disponível no material do aluno do caderno “Ensino Médio em Rede – Sequência didática – Artigo de Opinião” do estado de São Paulo, com ênfase na utilização da rede social *Facebook* para o ensino do gênero artigo de opinião. E, por fim, a proposta trazida por Santos, Brito e Altafini (2014) é de desenvolver uma sequência didática para o 9º ano que focaliza apenas o ensino do gênero artigo de opinião.

Como é possível observar, até onde nossa investigação constatou, as pesquisas encontradas enfocam, especialmente, questões teóricas envolvendo o gênero artigo de opinião, argumentação e/ou os operadores argumentativos, não priorizando o desenvolvimento de atividades de intervenção na prática cotidiana de produção de textos argumentativos em sala de aula do ensino fundamental, com seus entraves e sucessos, como se propõe esta dissertação. As pesquisas que focam a prática escolar foram desenvolvidas no ensino médio e não enfatizam o uso dos operadores argumentativos na construção da argumentação no gênero artigo de opinião.

Nesse sentido, acreditamos que a realização de nossa pesquisa se justifica por ela focalizar a aplicação de atividades práticas em sala de aula do ensino fundamental, seu relato e a análise dos pontos positivos e das lacunas existentes.

Por isso, nosso trabalho de intervenção contempla a aplicação de uma sugestão de aulas disponível no Portal do Professor e, a partir da análise desta aplicação, a elaboração e execução de uma sequência didática, baseada no que propõem os estudos de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2011 [2004]), em cujos módulos focalizaremos o ensino do gênero artigo de opinião e dos operadores argumentativos, com o objetivo de intervir e melhorar o desempenho discente na construção da argumentação e no uso dos operadores argumentativos.

Optamos por focalizar nosso trabalho nos operadores argumentativos de caráter opositivo e aditivo por serem de uso corrente, objetivando ampliar a utilização dos demais

operadores com mesmo sentido, uma vez que observamos a utilização restrita de alguns poucos operadores de caráter aditivo e opositivo nos textos escritos pelos alunos. No entanto, para além dos especificados, daremos atenção também aos demais tipos de operadores, objetivando que os alunos saibam utilizá-los adequadamente quando necessário.

A escolha pela aplicação de atividades compartilhadas no Portal se justifica por este ser um material-referência, disponibilizado pelo governo federal, através do Ministério da Educação e Cultura (MEC), com o intuito de auxiliar os professores de educação básica em sua tarefa de planejar. Além disso, o Portal do Professor é uma alternativa ao uso exclusivo do livro didático nas salas de aula brasileiras.

O Portal do Professor “tem como objetivo apoiar os processos de formação dos professores brasileiros e enriquecer a sua prática pedagógica.”¹. Além disso, o Portal do Professor é aberto a todo profissional da educação que deseje colaborar: criando e compartilhando aulas e conteúdos. Segundo Dias e Ottoni (2013, p.5), existem “mais de 120 mil professores inscritos no Portal e interagindo nos fóruns ou elaborando sugestões de aulas. E há, até a escrita deste artigo, mais de seis mil aulas elaboradas e publicadas por professores de todo o país.”.

Como resultado da aplicação da sequência didática, esperamos que os alunos consigam produzir artigos de opinião argumentativamente coerentes usando os operadores argumentativos.

Já em relação ao ensino, nosso desejo é que este trabalho sirva como fonte de pesquisa aos colegas professores de Língua Portuguesa, oportunizando a reflexão sobre sua prática pedagógica e incitando sua ressignificação na sala de aula.

Para que esta pesquisa seja uma fonte profícua de consulta entre os docentes, ela visa, primordialmente, a desenvolver a argumentação escrita dos alunos em textos do gênero artigo de opinião por meio do uso dos operadores argumentativos.

Para que este objetivo seja atingido com sucesso, aplicamos, primeiramente, uma sugestão de aulas, disponível no Portal do Professor, que considera estritamente o uso dos operadores argumentativos em textos do gênero artigo de opinião. Em seguida, considerando a análise realizada a partir da aplicação desta sugestão, elaboraremos e aplicaremos uma proposta própria para o desenvolvimento da competência argumentativa escrita dos alunos de 9º ano do ensino fundamental com base no modelo de sequência didática proposto por Dolz, Noverraz e Schneuwly (2011 [2004]), fazendo uso, para isso, das novas tecnologias da

¹ Citação retirada da apresentação do Portal do Professor, disponível em <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/sobre.html>

informação, contribuindo, assim, para a formação crítica dos estudantes e colaborando para a aprendizagem e uso dos operadores argumentativos como meio de construir uma argumentação consistente não só em artigos de opinião, mas em qualquer momento que lhes for necessário.

Como dito anteriormente, este trabalho busca apresentar e aplicar uma proposta de sequência didática sobre o uso dos operadores argumentativos em gêneros argumentativos, colaborando, assim, com a formação docente e com o desenvolvimento da capacidade argumentativa dos discentes.

Para chegarmos ao tópico a ser pesquisado, algumas questões foram levantadas:

- a) Como levar os alunos a produzirem artigos de opinião com argumentação consistente?
- b) Como desenvolver atividades que considerem o uso dos operadores argumentativos em artigos de opinião?
- c) De que forma as sequências didáticas voltadas para o uso desses operadores no gênero artigo de opinião e o Portal do Professor podem auxiliar os professores no ensino da argumentação?

Por isso, neste estudo, buscamos responder às questões acima considerando as seguintes hipóteses: (a) o trabalho com sequências didáticas possibilita uma progressão real da competência argumentativa escrita dos alunos em textos do gênero artigo de opinião porque propõe uma gradual aquisição do conhecimento; (b) o uso dos operadores argumentativos colabora para a construção da argumentação em artigos de opinião porque contribuem para a defesa do ponto de vista do escritor; (c) a aplicação das atividades disponíveis no Portal do Professor auxilia os professores a dinamizarem e diversificarem suas práticas cotidianas de sala de aula.

Tendo em vista nossos objetivos, nossas questões de pesquisa e nossas hipóteses, organizamos este trabalho em cinco capítulos, além deste das considerações iniciais. O segundo capítulo enfoca o ensino da disciplina Língua Portuguesa, sua trajetória histórica, a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais e a concepção de Língua que contemplamos em nossa pesquisa. O capítulo seguinte trata da noção de gênero discursivo enfocando o gênero artigo de opinião e a questão da argumentação, além de conceituar operadores argumentativos e sequência didática, conceitos importantes para a compreensão da proposta planejada e aplicada. O quarto capítulo traz os procedimentos metodológicos e os caminhos pelos quais nós seguimos para realizar a pesquisa teórica e a aplicação da SD. No próximo capítulo, há a apresentação e descrição do Portal do Professor e de uma sugestão de aulas ali disponível com o relato e análise da aplicação destas atividades. Por fim, no sexto e último

capítulo, apresentamos nossa SD planejada e executada, além do relato dessa aplicação e análise das produções dos alunos. Encerramos este trabalho com as considerações finais a respeito do que produzimos ao longo destes dois anos de estudo e trabalho concomitantes.

2 ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: Trajetória Histórica, PCN e a mudança de foco

Este capítulo traz alguns pressupostos teóricos que norteiam a presente investigação. Tendo em vista nosso foco, organizamos este capítulo em três partes. Na primeira, apresentamos a trajetória histórica da disciplina Língua Portuguesa até a proposta trazida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Na segunda parte, enfatizamos os PCN, que tomam como objeto de ensino os gêneros discursivos na perspectiva do uso-reflexão-uso. A terceira parte deste capítulo aborda a concepção de ensino de língua ora contemplada neste trabalho, além da noção de letramento como prática social.

2.1 Trajetória histórica da disciplina Língua Portuguesa

Por muito tempo, o ensino de Língua Portuguesa priorizava o estudo da gramática normativa e de sua nomenclatura em detrimento da oralidade, leitura e escritura de textos (ANTUNES, 2005; BEZERRA, 2010). Havia uma supervalorização do ensino da gramática, enquanto a aprendizagem da leitura se restringia apenas ao processo de alfabetização e não se cogitava o trabalho com a oralidade.

De acordo com Fávero (2009, p.15), num primeiro momento, entre os séculos XVI e XVIII, o ensino estava a cargo dos padres jesuítas, que tinham como tarefa catequizar indígenas, ensinando-lhes uma língua geral que facilitaria a comunicação e o repasse dos valores europeus de religião e trabalho. Aos filhos de colonos e futuros sacerdotes era repassada uma educação europeia. Nessa época, passava-se do período da alfabetização ao ensino da gramática latina, da retórica e da poética.

Com um sistema de ensino reconhecidamente forte e eficaz, os jesuítas acabaram sendo expulsos do Brasil em 1758, por questões políticas de unificação da colônia e manutenção territorial. Nesse ínterim, ocorreu a proibição do uso das línguas indígenas, impondo-se a língua da coroa sobre a colônia.

Naquele momento, as chamadas reformas pombalinas instituíram uma renovação pedagógica e a preferência do Estado na educação, instituindo o Alvará Régio, em 1759, que criou aulas de latim, grego e retórica. Para o ensino de Língua Portuguesa (Gramática e Retórica) eram utilizadas gramáticas. Introduz-se, dessa maneira, o ensino da gramática do Português, ao lado da Gramática Latina, mantendo-se a Retórica.

A situação educacional do país (com suas aulas régias), no início do Império, manteve-se igual ao iniciado por Pombal e só foi extinta em 1857, “por não tratarem [as aulas régias] de todas as disciplinas necessárias aos exames preparatórios, por haver dificuldade por parte dos alunos de se deslocarem de uma residência do professor a outra” (FAVERO, 2009, p. 21).

Diferentemente dos jesuítas, a principal preocupação imperial, no começo do século XIX, foi a formação da elite; com isso, se enfatizou o ensino secundário, com a criação de liceus, e superior em detrimento do ensino primário e técnico.

Em 1856, ocorreu a aprovação de um programa de ensino em que o aluno deveria ter aulas de gramática geral e se aperfeiçoar na Gramática de Língua Portuguesa que, em 1857, passa a ser denominada apenas “Português”. Essa disciplina tinha como foco: gramática, leitura, recitação e ortografia.

Foi nesse período histórico, final do século XIX, que o cargo de “professor de Português” foi oficialmente criado a partir de um decreto imperial. O responsável pelas disciplinas de Retórica e Gramática era um intelectual das elites sociais, uma vez que naquele momento não havia cursos de formação para professores. Esses cursos, por sua vez, só surgem a partir de 1930, ainda impregnados do ensino tradicional trazidos pelos professores formadores.

Com a chegada da República e o crescimento de uma classe média urbana, a educação (entendida naquele momento como instrução) torna-se importante, por isso, escolas públicas, particulares e confessionais começam a surgir trazendo modelos pedagógicos ainda europeus.

Nesse momento, acontece uma nova reforma educacional no país proposta por Benjamin Constant tendo como “princípios norteadores a laicidade e a liberdade de ensino, bem como a gratuidade do ensino primário”. (FÁVERO, 2009, p. 27)

Entre 1895 e 1899, a disciplina Português passa por constantes mudanças pedagógicas e de carga horária, mas sem deixar de lado o ensino da Gramática, agora já a partir de autores brasileiros. Bezerra (2010, p. 39) ratifica esse pensamento quando afirma também que o ensino de português existia para a alfabetização, ou seja, para a decodificação do código escrito: “ensinar português era levar ao conhecimento (ou reconhecimento) dos alunos as regras gramaticais, de funcionamento da variedade linguística de prestígio”.

Nesse período, “embora sujeito a muitas variações de carga horária, o ensino do vernáculo foi consolidado através da expansão da leitura, da redação e da gramática” (RAZZINI, 2000, p. 95 *apud* FÁVERO, 2009, p. 29).

De acordo com Barros (2008, p. 40),

é a partir da década de 1950 que há modificação nas condições de ensino e de aprendizagem: a escola passa a ser uma reivindicação das classes trabalhadoras, cujos filhos têm acesso a ela; em consequência, modifica-se o alunado. Duplica-se o número de alunos, faz-se um recrutamento mais amplo, porém menos seletivo, de professores. Apesar do ingresso de classes populares na escola, a língua continua a ser considerada *como sistema* cuja gramática deve ser estudada como expressão para fins retóricos e poéticos.

Ou seja, o ingresso das classes populares, que até aquele momento quase não tinham oportunidade de acesso à educação formal, não é condição essencial para a modificação da forma de ensino da disciplina Português pela escola que continuava a manter suas antigas práticas, voltadas para a elite.

O que mudou, então, foi a metodologia de ensino, uma vez que os profissionais já não faziam mais parte da elite intelectual brasileira, acabou-se por introduzir, ao lado de conhecimentos acerca da gramática e texto para leitura, os manuais de exercícios, tirando, dessa forma, a responsabilidade do professor elaborar seus próprios exercícios e preparar as suas aulas.

Decorre daí a desvalorização da função docente, uma vez que

o professor busca estratégias de facilitação de suas atividades e transfere ao livro didático a tarefa de preparação de aulas. Consequentemente, há uma perda de prestígio, provocando uma mudança de clientela nos cursos de Letras. (BARROS, 2008, p. 41)

Os futuros professores de Língua Portuguesa, da metade do século XX, muitas vezes vinham de contextos poucos letrados e acabavam tendo, na academia, uma formação estruturalista, popularizando a noção de língua como um sistema e o ensino dessa língua como “certo” ou “errado”.

Nos anos 70, em meio ao período militar e com a criação da primeira LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 5692/71), a língua passa a ser vista como instrumento de comunicação, como um código. Por isso, o professor passa a desenvolver, no aluno, o comportamento de emissor e receptor de mensagens. Houve, inclusive, uma renomeação da disciplina que passa a ser intitulada como “Comunicação e Expressão”.

Chegados os anos 80, findado o período militar, a disciplina volta a ser chamada de Português e há a introdução da Linguística Aplicada aos estudos acadêmicos. Essa nova perspectiva trouxe para a sala de aula da academia outros aspectos pertinentes ao estudo da língua como um fato social e não mais um sistema estanque, mas que ainda não foram suficientes para se romper a enraizada tradição e mudar a forma de ensino de Língua Portuguesa da educação básica.

Considerando nossa experiência enquanto alunos e, atualmente, como professores, podemos observar ainda a predominância dos aspectos prescritivos/ normativos do ensino da língua portuguesa nas salas de aula brasileiras.

No entanto, a publicação, no final do século XX, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), quer ser um norte para uma mudança concreta nas atividades desenvolvidas durante as aulas de Português. Nesse sentido, os PCN significam a tentativa de mudança qualitativa no ensino-aprendizagem, num sistema que carece de mudanças estruturais.

Percebe-se, enfim, nessa breve retomada histórica, “que o estudo da Língua Portuguesa é marcado pelas condições sociais, econômicas, políticas e sociais que determinam o tipo de escola e de ensino” (FÁVERO, 2009, p. 31) e conhecer a história do ensino da Língua Portuguesa, como disciplina escolar, é importante para que as intervenções futuras em novas propostas didático-pedagógicas sejam frutíferas.

2.2 Letramento, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a mudança de foco no ensino da Língua Portuguesa

Por muito tempo, a herança de um ensino tradicional, com ênfase na gramática normativa, refletia-se também na produção de textos. Este se pautava, sobretudo, no ensino e na produção dos tipos textuais clássicos (narração, descrição, dissertação) de maneira descontextualizada e desinteressante para os alunos.

Sobre o ensino tradicional de redação, que perdurou por décadas, Lopes-Rossi (2012, p.226) observou que as condições de produção de textos foram consideradas inadequadas devido à

- artificialidade das situações produção, pois a redação na escola não se configurava um texto autêntico, de efetiva circulação social;
- descaracterização do aluno como sujeito no uso da linguagem; o aluno escrevia para cumprir uma tarefa, consequentemente, faltavam-lhe objetivos de escrita e um real leitor (exceto o professor);
- artificialidade dos temas propostos ou pouca possibilidade de interesse dos alunos nesses temas;
- falta de etapas de planejamento, organização das ideias, revisão e refacção do texto;
- atitude bastante comum do professor de comportar-se como corretor do texto do aluno apenas no nível microestrutural (gramatical).

Muitas vezes, até mesmo os professores que se dizem modernos, que não focam suas aulas na nomenclatura grammatical, acabam incorrendo numa prática bastante comum:

restringir o ensino dos gêneros discursivos aos seus aspectos estruturais ou formais. Bezerra (2010, p. 44) acrescenta que

é justamente essa desconsideração de aspectos comunicativos e interacionais que contribui para que alunos e professores se preocupem mais com a forma do texto do que com sua função e, consequentemente, o texto seja visto como um formulário preenchido (para leitura) ou a preencher (para escrita).

As concepções tradicionais de língua e ensino começaram a ser repensadas e, felizmente, há alguns anos, pôde-se observar uma inquietação, por parte de pesquisadores e professores, perante esse ensino tradicional e descontextualizado de produção e recepção textuais, além de uma crescente busca sobre o novo papel da escola no desenvolvimento de competências e habilidades de linguagem dos alunos.

Por isso, neste novo contexto de ensino de Língua Portuguesa, em que a língua é entendida e ensinada em sua dimensão interacional (ANTUNES, 2005; KOCH, 2002), a aprendizagem começou a considerar o cotidiano e os conhecimentos dos alunos. Em outras palavras, se antes as aulas de Português eram pautadas em seguir manuais de bem falar e escrever, atualmente vem se buscando considerar a realidade e os conhecimentos trazidos pelos alunos, vistos agora como parte ativa no processo ensino-aprendizagem. Como consequência, os professores começaram a trabalhar os diversos gêneros que circulam socialmente e com os quais os alunos têm contato em diversos momentos.

Percebeu-se, então, que apenas o processo de alfabetização, entendido como aprendizagem e decodificação do código escrito (SOARES, 2009), não era mais suficiente na formação de alunos leitores e escritores. Era necessário letrá-los, para que participassem efetivamente das práticas sociais das comunidades em que estavam inseridos (KLEIMAN, 2005; SOARES, 2009).

Surgido nos anos 80, o termo letramento é a versão em português da palavra *literacy* e apareceu, pela primeira vez, no livro “No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística”, de Mary Kato (1986). Não há consenso sobre as diferentes concepções deste termo, mas, em comum, todos estão relacionados à escrita, tanto em sua dimensão individual quanto social.

Para Magda Soares (2009, p. 18), o “**Letramento** é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita.” (grifo da autora).

Já Kleiman (1995, p. 81) define letramento como “um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”. E vai além, ampliando a noção de letramento:

O letramento abrange o processo de desenvolvimento e o uso dos sistemas da escrita nas sociedades, ou seja, o desenvolvimento histórico da escrita refletindo outras mudanças sociais e tecnológicas, como alfabetização universal, a democratização do ensino, o acesso a fontes aparentemente ilimitadas de papel, o surgimento da Internet. (KLEIMAN, 2005, p. 21)

No entanto, para Street (1984 *apud* SILVA, 2004, p. 6), o apropriado seria referir-nos a letramentos (no plural), ao invés de usar o termo no singular:

seria, provavelmente, mais apropriado referirmo-nos a “letramentos” do que a um único letramento, e devemos falar de letramentos, e não de letramento, tanto no sentido de diversas linguagens e escritas, quanto no sentido de múltiplos níveis de habilidades, conhecimentos e crenças, no campo de cada língua e/ou escrita.

Portanto, considerando as definições ora apresentadas, este trabalho ratifica a posição assumida por Soares e Kleiman de que letramento é o uso social que a pessoa faz da habilidade da escrita.

A escrita, por ser uma habilidade aprendida, é sistematizada com o processo de alfabetização, por isso, o conceito de letramento não se desvincula desse processo. Ao contrário, por ser mais amplo, o processo de letramento abarca o período de alfabetização. Daí dizer que, atualmente, apenas decodificar o código escrito não é mais suficiente na formação dos nossos alunos.

Diferentemente do letramento em geral, que tem caráter prático e de uso social, o letramento escolar², por contemplar práticas geralmente distantes daquelas familiares e cotidianas, mas necessárias à aprendizagem do aluno, visa ao desenvolvimento de habilidades e competências nos estudantes que podem, ou não, ser interessantes e relevantes para eles. Essa distância, muitas vezes, faz com que os alunos vejam a domínio da língua escrita formal como uma barreira a ser transposta. Essa condição mostra, mais uma vez, a necessidade de se

contemplar na seleção dos gêneros discursivos a serem estudados aqueles que fazem parte da realidade social na qual os educandos estão inseridos.

Quando se faz referência ao conceito de letramento, não é possível desvinculá-lo da concepção de oralidade, pois fala e escrita são complementares nas sociedades modernas. Ambas referem-se a práticas sociais de uso da linguagem que demandam estratégias comunicativas diversas e diferentes graus de formalidade. Referimo-nos, então, a características específicas típicas de cada uma dessas modalidades dentro de um mesmo sistema linguístico. Portanto, isso não significa dizer que atrelamos formalidade à escrita e informalidade à fala, uma vez que podemos produzir textos escritos informais e textos orais formais.

Corrobora com essa visão o linguista Luiz Antônio Marcuschi (2004, p. 17), quando afirma que “oralidade e escrita são práticas e usos da língua com características próprias, mas não suficientemente opostas para caracterizar dois sistemas linguísticos nem uma dicotomia”.

Sob esse prisma, podemos dizer que o predomínio da escrita sobre a oralidade não passa de um mito e se deve a questões históricas, políticas e sociais de prestígio, uma vez que tanto a fala quanto a escrita são imprescindíveis na sociedade atual.

Levando essas práticas letreadas de fala e escrita para o contexto de sala de aula, observamos que não há oposição entre elas, mas, sim, uma relação de continuidade. Para Marcuschi (2004, p.37), “as diferenças entre fala e escrita se dão dentro de um *continuum* tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois polos opostos”, ou seja, as diferenças estariam alicerçadas no gênero utilizado para a comunicação do que propriamente no modo (oral ou escrito) dessa comunicação: alguns gêneros são tipicamente orais (conversa telefônica, por exemplo) e outros são tipicamente escritos (teses, por exemplo).

Kleiman (2005, p. 44) exemplifica essa noção de continuidade através de uma aula de leitura em que “o professor faz perguntas antes, durante e depois da leitura, com a finalidade de ajudar a construir um sentido ou de introduzir um novo gênero”. Ou seja, ele usa estratégias orais com o objetivo de “ensinar os diversos elementos de um novo sistema de signos e de significados em construção pelos alunos: a língua escrita”.

Esta prática, de levar o aluno a construir sentido naquilo que lê, reflete uma nova concepção de ensino de Língua Portuguesa: concepção essa que considera a língua em sua dimensão interacional (ANTUNES, 2005).

Koch (2011) vai ao encontro desta posição:

a preocupação básica de levar o aluno não apenas ao conhecimento da gramática de sua língua, mas – sobretudo – ao desenvolvimento da capacidade da gramática de refletir, de maneira crítica, sobre o mundo que o cerca e, em especial, sobre a utilização da língua como instrumento de interação social: faz-se preciso, para tanto, que ele se torne apto a **compreender, analisar, interpretar e produzir** textos verbais. (KOCH, 2011, p.15) (grifo da autora)

Nesse sentido, é dever do professor mostrar aos alunos que a língua não se restringe apenas às suas regras de funcionamento, mas, muito além disso, serve como meio de interação entre as pessoas e que, justamente por isso, é necessário que o estudante domine o maior número de possibilidades de uso da língua para participarem efetivamente de diferentes práticas sociais.

A respeito das concepções de ensino de Língua Portuguesa, podemos dizer que elas estão pautadas em dois grandes eixos: ensino da língua e ensino da metalinguagem (GERALDI, 2004). Cada uma delas carrega consigo um tipo de postura por parte do professor e, consequentemente, traz implicações didático-metodológicas. Geraldi (2004, p. 45-46) afirma que

uma coisa é saber a língua, isto é, dominar as habilidades de uso da língua em situações concretas de interação, entendendo e produzindo enunciados, percebendo as diferenças entre uma forma de expressão e outra. Outra, é saber analisar uma língua dominando conceitos e metalinguagens a partir dos quais se fala sobre a língua, se apresentam suas características estruturais de uso.

Atualmente, tem se buscado estudar a língua em situações reais de uso e interação. Muito tem sido escrito e pesquisado objetivando mudanças concretas no cotidiano escolar. Há publicações, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que abrangem todo o território nacional e que servem como referência para a construção de novos modos de perceber a língua e seu ensino.

Os PCN são um documento oficial, publicado pelo Ministério da Educação e Cultura, entre os anos de 1997 e 2000, de referência nacional para a educação e que envolveu, em sua elaboração, pesquisadores e profissionais de diferentes áreas do conhecimento, objetivando melhorar a qualidade do ensino e, de certa forma, padronizando-o como um eixo condutor do que e como ensinar (WITTKE, 2007).

Por se caracterizarem como um marco no ensino brasileiro, os PCN também representam um avanço nas políticas educacionais brasileiras no que diz respeito ao ensino de língua portuguesa (ROJO, 2001). A publicação deste documento levou à publicação e divulgação de diferentes materiais, além de levar o Ministério da Educação (MEC) a criar o Portal do Professor (PP) para auxiliar os professores em suas atividades docentes.

Os PCN privilegiam o desenvolvimento de competências básicas pelos alunos - leitura, escrita e reflexões sobre o uso da língua - e não mais o acúmulo de informações decoradas e, muitas vezes, sem sentido para o aluno.

A respeito do modo como a língua é tratada nos PCN, é possível afirmar que eles “privilegiam a dimensão interacional e discursiva da língua e definem o domínio dessa língua como uma das condições para a plena participação do indivíduo em seu meio social”. (BRASIL, 1998, p. 19)

Depreende-se daí que os PCN defendem a ideia de que ensinar português na educação básica só tem e faz sentido com base em textos, sejam eles orais ou escritos, buscando relacioná-los à leitura, produção e análise linguística, numa atividade de USO-REFLEXÃO-USO.

A respeito do uso de textos em sala de aula, Santos (2006, p. 67) conclui que

independente do gênero textual, o material produzido e lido pelos alunos faz parte de uma situação de interação, pressupõe um interlocutor e tem uma finalidade. Assim, o texto deixa de ser algo abstrato, cujo único objetivo é servir de avaliação do professor, para passar a manifestar ideias, emoções, desejos e descobertas dos alunos.

Uber (2008) corrobora com esta perspectiva de ensino dos gêneros discursivos, quando afirma que a ação educativa do professor deve estar

centrada no uso real da língua, de forma concreta, contextualizada, recaindo no uso, criando momentos em que o aluno experiencie discursivamente o uso de determinado gênero. Essas situações de uso da língua devem ser trazidas para o interior da escola como rico material de estudo, na forma original como são reproduzidas: nos jornais, nas revistas e nos mais variados meios de circulação social. (UBER, 2008, p. 3)

Em síntese, os PCN direcionam as aulas de língua materna para uma nova concepção de ensino, cujo centro é o uso real e interacional da língua através da multiplicidade de textos disponíveis na sociedade, levando os alunos a um processo de letramento. Nesse documento, propõe-se que os textos sejam a unidade de ensino e os gêneros os objetos de ensino.

Enfim, de um ensino de língua materna voltado para a metalinguagem e a memorização, parte-se, atualmente, para o ensino a partir dos gêneros discursivos buscando, dessa maneira, que os estudantes consigam usufruir com autonomia de todos os recursos disponíveis na língua, seja oral ou escrita.

Nesta pesquisa, então, buscamos desenvolver uma proposta de sequência didática, de caráter textual-discursivo, que considere o texto como unidade de ensino e o gênero como o objeto de ensino, visando ao letramento dos estudantes e a ampliação da competência leitora e escritora dos alunos.

3 GÊNERO DISCURSIVO ARTIGO DE OPINIÃO E OPERADORES ARGUMENTATIVOS

Neste terceiro capítulo tratamos da noção de gênero discursivo, enfatizando o gênero artigo de opinião e a argumentação, além de conceituar operadores argumentativos e sequência didática, conceito importante para compreensão da proposta de ensino elaborada e aplicada.

3.1 Gêneros do discurso, artigo de opinião e argumentação

Nos PCN, parte-se da concepção de gênero discursivo de Bakhtin (2003 [1979]). Esse autor afirma que a utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos. Para ele, as diferentes realizações dos enunciados requerem diferentes gêneros discursivos, escolhidos a partir da esfera de comunicação, das necessidades de expressividade do enunciador e do contexto em que se dá essa comunicação. Ele afirma que: “cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*.” (BAKHTIN, 2003, p. 279, grifos do autor).

Marcuschi (2010 [2002], p.25) vai ao encontro do que postulou Bakhtin quando conceitua gênero como sendo “formas verbais de ação social relativamente estáveis realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais e em domínios discursivos específicos”.

Rojo (2002, p.6) também parte de Bakhtin para definir gêneros como sendo

formas relativamente estáveis tomadas pelos enunciados em situações habituais, [...] os gêneros, enquanto formas historicamente cristalizadas nas práticas sociais, fazem a mediação entre a prática social e a atividade de linguagem dos indivíduos”.

Nas definições trazidas acima, percebemos que os gêneros do discurso são tantos quantos forem as atividades humanas que exijam o uso da língua, cada qual “comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se” (BAKHTIN, 2003, p. 279) à medida que a própria atividade linguística se desenvolve e se torna mais complexa.

Nesse sentido, Bakhtin (p. 281) afirma que se deve “levar em consideração a diferença essencial existente entre o gênero de discurso *primário* (simples) e o gênero de discurso *secundário* (complexo)”. Para ele, os gêneros complexos circulam em esferas culturais

complexas e mais evoluídas: artística, científica e sociopolítica, enquanto os gêneros primários podem ser entendidos como gêneros ligados ao cotidiano: uma carta ou um diálogo, por exemplo.

Justamente por serem diversos e tipos relativamente estáveis de enunciados, os gêneros, tanto primários quanto secundários, acabam sendo caracterizados por seu estilo, seu conteúdo temático, e sua construção composicional, fundindo-se “indissoluvelmente no *todo* do enunciado”. (p.279).

A respeito do estilo, Bakhtin (p. 283) afirma que “o enunciado - oral e escrito, primário e secundário, em qualquer esfera da comunicação verbal - é individual, e por isso pode refletir a individualidade de quem fala (ou escreve).” O estilo diz respeito às escolhas que fazemos na construção dos gêneros:

O estilo é indissociavelmente vinculado a unidades temáticas determinadas e, o que é particularmente importante, a unidades compostonais: tipo de estruturação e de conclusão de um todo, tipo de relação entre o locutor e os outros parceiros da comunicação verbal (relação com o ouvinte, ou com o leitor, com o interlocutor, com o discurso do outro, etc.). (BAKHTIN, 2003, p. 284)

Sobre isso, Dias *et al.* (2011, p.145) afirmam que o estilo “contempla questões individuais de seleção e opção: vocabulário, estruturas frasais, preferências gramaticais pertinentes a determinados gêneros e esferas de circulação”.

Vai ao encontro desta afirmação, o postulado anteriormente por Bakhtin (2003, p. 279) quando este comenta que

o enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional.

Além do estilo, os gêneros do discurso podem ainda ser caracterizados por conteúdo temático e por sua estrutura composicional. Podemos entender o primeiro como objeto do discurso (sobre o que se fala e/ou escreve, o que é dizível em um gênero) e a segunda, então, refere-se à estrutura formal do gênero uma vez que os gêneros possuem estruturas típicas, o que nos ajuda a reconhecê-los como tal.

Ainda sobre a estrutura composicional dos gêneros discursivos, Travaglia (2007) elenca alguns critérios de análise, a saber: (1) superestrutura; (2) composição por tipos ou espécies. (3) dimensão; (4) linguagens que compõem os gêneros; e (5) texto em prosa ou versos.

Além da estrutura composicional, do estilo e do conteúdo temático, interferem ainda, para a produção eficaz de um artigo de opinião e em sua caracterização, as condições de produção do gênero. Travaglia (2007) aponta que estão incluídos neste parâmetro quem produz o gênero (tanto um indivíduo quanto uma comunidade discursiva), para quem ele se destina, quando e onde foi escrito, além do suporte portador do gênero e o serviço (meio pelo qual o gênero chega ao seu destinatário), entre outros.

Neste mesmo sentido, para Geraldí (1995), saber escrever vai além de dominar técnicas ou regras gramaticais, saber escrever é dar vida a uma proposta de sentido e, por consequência, de leitura. Por isso, para Geraldí, o ato de escrever pressupõe alguns parâmetros: 1) ter o que dizer; 2) ter a quem dizer; 3) ter razões para dizer; 4) constituir-se enquanto locutor/sujeito do dizer; 5) dispor dos mecanismos e estratégias do dizer.

Dentre os incontáveis gêneros discursivos presentes em nosso dia a dia, escolhemos nos concentrar em apenas um em nossa pesquisa: o artigo de opinião, pois ele é, em geral, um dos gêneros a ser abordado no último ano do ensino fundamental, além de ter caráter pessoal e estar presente em diversos veículos de comunicação a que os estudantes têm acesso, tanto em sua forma impressa quanto *online*.

Se retomarmos a epígrafe presente nas páginas iniciais desta pesquisa, em que Breton (1999, p.19) afirma que “saber argumentar não é um luxo, mas uma necessidade”, perceberemos que o argumentar se relaciona ao dia a dia das pessoas, uma vez que a argumentação está presente em atividades corriqueiras desde a mais tenra idade. No entanto, ao fazer parte do contexto escolar, a argumentação acaba sendo sistematizada e apresentada dentro de diferentes gêneros discursivos, objetivando seu ensino, através das características comuns de determinado gênero, incluindo a argumentação, na tentativa de tornar os estudantes competentes a argumentar tanto escrita quanto oralmente.

O artigo de opinião é um texto composto predominantemente pelos tipos³ dissertativo e argumentativo, pois apresenta argumentos sobre o assunto abordado,

em que se busca convencer o outro de uma determinada ideia, influenciá-lo, transformar os seus valores por meio de um processo de argumentação a favor de uma determinada posição assumida pelo produtor e de refutação de possíveis opiniões divergentes. (BRÄCKLING, 2001, p. 226)

³ “Usamos a expressão *tipo textual* para designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela *natureza linguística* de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). Em geral, os *tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração*, *argumentação*, *exposição*, *descrição*, *injunção*.” (MARCUSCHI, 2010, p.23)

Este gênero pertence à esfera⁴ discursiva jornalística, enquadrando-se na ordem dos textos opinativos cuja finalidade é persuadir⁵ o leitor de modo a compartilhar da opinião nele exposta, ou seja, a natureza do gênero artigo de opinião é argumentativa, pois usa a argumentação como fio condutor de sua estrutura textual.

Sobre esse gênero, Lopes-Rossi explica:

um artigo de opinião, por exemplo, não se configura como artigo de opinião pela organização textual do tipo argumentativo clássico. A organização textual é apenas um de seus elementos. O que o define são os elementos socio comunicativos da esfera jornalística que atendem: ao propósito comunicativo estabelecido para esse gênero; a determinados critérios de produção jornalística; a critérios de escolha de temática decorrente dos acontecimentos do momento e pertinente à linha editorial do veículo em que foi publicado; ao perfil de seu público-alvo; ao estilo do gênero. Todos esses elementos estão situados num momento sócio-histórico e são por ele, dialogicamente, determinados. Além desses, elementos composicionais não verbais (foto do autor e diagramação) também caracterizam o artigo de opinião. (LOPES-ROSSI, 2012, p. 232-233)

Rodrigues (2000 apud MARCHESANI, 2008, p.57) também enfatiza alguns aspectos que envolvem a produção de um artigo de opinião: o sujeito deve assumir discursivamente a posição de autor; o autor deve ter em vista seus prováveis leitores; é preciso considerar o contexto em que está inserida sua produção escrita; é preciso selecionar o assunto a ser tratado e posicionar-se diante dele e, até mesmo, dar outras opiniões sobre o mesmo.

Por isso, para Bräckling (2001, p.227), é “condição indispensável, para a produção de um artigo de opinião, que se tenha uma questão controversa a ser debatida, uma questão referente a um tema específico que suscite uma polêmica em determinados círculos sociais”.

Ainda a respeito das características que distinguem o artigo de opinião de outros textos argumentativos, Boff, Köche e Marinello (2009, p.3) afirmam ainda que, em um artigo de opinião, “o processo interativo se sustenta pela construção de um ponto de vista”.

Indo além, pode-se afirmar que o ponto de vista só se sustenta com uma argumentação consistente. E a capacidade argumentativa do leitor está intimamente ligada ao ato de ler, justamente porque só podemos emitir opiniões a respeito daquilo que realmente conhecemos com propriedade.

Segundo Lopes-Rossi (2012, p.227-228),

⁴ Referimo-nos a esferas sociais como propõe Bakhtin (2003, p.279): meio de circulação social de inúmeros gêneros sociais. Cada esfera da atividade humana dá origem a um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa. Marcuschi (2010, p.24) utiliza a expressão “domínio discursivo para designar uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana (...) que propiciam o surgimento de discursos bastante específicos. (...) Falamos em discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso etc.”.

⁵ Neste trabalho, não faremos distinção entre convencer e persuadir. Trataremos como sinônimos, apesar de haver diferenças semânticas.

a argumentação também é uma necessidade cotidiana e, como as outras formas de organização do discurso, pode ser identificada em diferentes gêneros discursivos não apenas por características textuais, mas fundamentalmente por propósito e condições de produção e de circulação específicos desses gêneros.

Anterior à citação de Lopes-Rossi, Ducrot (1989, p.16), em parceria com Anscombe, afirma que “a argumentação está na língua”. Koch (2011, p.17) ratifica esta posição quando afirma que a interação social humana se dá por meio da língua e caracteriza-se primordialmente pela argumentatividade. Ou seja, constantemente nós avaliamos julgamos, criticamos, enfim, formamos juízos de valor a respeito de alguém ou de algo. Para Koch (2011, p.15) “a linguagem passa a ser encarada como forma de ação, *ação sobre o mundo dotada de intencionalidade*, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade.” (grifo da autora).

Por isso é possível afirmar que a argumentatividade de um texto está baseada nos fatos e valores descritos através da linguagem (MARCHESANI, 2008). Uma vez que, a perspectiva bakhtiniana de gêneros não separa o sujeito de sua vinculação social, histórica, ideológica e cultural, podemos afirmar que a linguagem é intrinsecamente argumentativa, pois perpassa esse sujeito sócio-histórico e ideológico.

Desta maneira, não é possível limitar a argumentatividade apenas aos recursos linguísticos, apesar de se processar linguisticamente, através de diferentes estratégias linguístico-discursivas, como a polifonia, os operadores argumentativos e a modalização.

Por isso, aprender a usar diferentes estratégias argumentativas na escola favorece o desenvolvimento da prática de argumentar, ou seja, auxilia os estudantes a buscarem razões que sustentem sua tese a respeito dos mais diferentes temas que circulam socialmente, uma vez que a construção da argumentação é um aprendizado complexo, como afirmam Santos e Melo (2012):

Nesse processo de construção do artigo de opinião, a etapa mais complexa é, sem dúvida, a argumentação. Isso ocorre porque argumentar não é apenas emitir uma opinião sobre um fato, mas defender uma ideia, alegando uma série de razões que as apoiem. (SANTOS e MELO, 2012, p. 625)

Essas autoras afirmam ainda que “o processo de argumentar, não abarca apenas aspectos linguísticos, mas é necessário conhecimento de mundo por parte do escritor, que lhe possibilite conhecer o assunto suficientemente para opinar sobre ele.” (p. 625)

Para tanto, a aprendizagem efetiva da produção de textos argumentativos só se dá através da leitura de exemplares de gêneros discursivos em que predomina a argumentação. É nas atividades de leitura e análise desses gêneros que o estudante observa como se defende um posicionamento, como as diferentes estratégias argumentativas são usadas em favor da defesa da tese.

Neste sentido, fica evidente que a argumentação existe não apenas em situações de oposição, mas no próprio discurso, por meio dos elementos da língua, quando se constroem opiniões diante da realidade, as quais demonstram um posicionamento do locutor.

Por isso, é importante que as principais estratégias argumentativas sejam conhecidas por todos aqueles que desejam defender uma posição (no caso deste trabalho, os próprios alunos). Podemos defini-las como sendo os recursos (verbais e não verbais) utilizados para envolver o leitor/ouvinte, para impressioná-lo, para convencê-lo, para persuadi-lo mais facilmente, para gerar credibilidade etc.

Em outras palavras, a aceitação de uma tese depende dos argumentos apresentados, pois estes são a arma fundamental do jogo argumentativo. Por isso, a escolha do tipo de argumento a ser usado para sustentar determinada tese desempenha papel importante na persuasão do interlocutor.

Além da escolha acertada de argumentos, o uso dos operadores argumentativos também colabora para que um artigo de opinião atinja seus objetivos acima elencados. Por isso, nosso trabalho focar-se-á na utilização adequada dos operadores argumentativos.

3.2 Operadores argumentativos

Como dito anteriormente, consideramos a língua como portadora de argumentatividade (KOCH, 2011; 2007). Esta característica intrínseca da língua pode ser observada a partir de diferentes marcas linguísticas, como os modalizadores ou conjunções, ou ainda, operadores argumentativos, se considerarmos a denominação proposta por Ducrot (*apud* KOCH, 2011; 2007), criador da Semântica Argumentativa.

Os operadores argumentativos são elementos linguísticos que “têm por função indicar (“mostrar”) a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para o qual apontam” (KOCH, 2007, p.30). Para a gramática normativa há, entre os diferentes operadores propostos por Ducrot, elementos que, considerando o nível linguístico, têm a função de ligar as orações. Esses elementos são denominados conectivos e podem pertencer a diferentes classes gramaticais (conjunção, preposição, advérbio, pronome).

Se considerarmos o que as gramáticas tradicionais dizem sobre as conjunções e suas funções, por exemplo, teremos que elas existem para ligar orações. Sem dúvida, esta é uma importante função dentro do texto, pois lhe dá coesão e contribui para a construção da coerência, no entanto, para além disso, as conjunções, neste trabalho chamadas de operadores argumentativos, possuem outros empregos que excedem à mera classificação tradicional que as designa como sendo coordenativas ou subordinativas.

Aliás, ao tratarmos as conjunções como sendo operadores argumentativos já declaramos abertamente que elas possuem funções outras, talvez mais significativas que ligar orações e classificá-las adequadamente uma vez que,

nas gramáticas escolares, chamar uma oração coordenada ou subordinada, como chamar uma conjunção de coordenativa ou subordinativa, é só uma descrição, e isto porque tais gramáticas não distinguem o nível da observação dos fatos do nível explicativo. (GUIMARÃES, 2002, p. 75)

Ou seja, ao classificá-las em coordenativas ou subordinativas (ou ainda, independentes e dependentes uma da outra, respectivamente) não consideramos as diferenças de sentido que existem na escolha por determinada conjunção ou por sua posição na frase, por exemplo. Em outras palavras, ignora-se “o sentido e o papel argumentativos desses operadores (...), pois, na maioria dos casos, apenas as informações são consideradas como argumentos, não destacando a presença dos operadores argumentativos” (FARENZENA; BARIN, 2005, p. 113).

Michel Charolles (*apud* KOCH, 1999, p. 69) ratifica a noção de que os operadores argumentativos existem para além de unir orações quando afirma que seu uso

tem por função facilitar a interpretação do texto e a construção da coerência pelos usuários. No entanto, seu uso inadequado pode dificultar a compreensão do texto: visto possuírem, por convenção, funções bem específicas, eles não podem ser usados sem respeito a tais convenções. Se isto acontecer, isto é, se seu emprego estiver em desacordo com sua função, o texto parecerá destituído de sequencialidade, o que dificultará a sua compreensão e, portanto, a construção da coerência pelo leitor/ouvinte.

Aqui fica evidente, então, que os operadores argumentativos não são apenas importantes para a coesão textual, mas também para sua coerência, auxiliando na adequada leitura e compreensão do texto.

Para Ducrot (1989, p.18-19), criador do termo “operadores argumentativos” e da teoria da argumentação na língua, sua hipótese é de que seja necessário que três condições sejam preenchidas para que um morfema seja considerado um operador argumentativo. Ei-las:

- 1) Pode-se construir uma frase P' , a partir de P , pela introdução de x em P , ou seja,
 $P' = P + x$;
- 2) Em uma situação de discurso, um enunciado P e um P' têm valores argumentativos diferentes;
- 3) A diferença argumentativa não pode ser derivada de uma diferença informativa existente entre P e P' .

Além das condições acima apresentadas, o autor supracitado defende que a força argumentativa de um enunciado deve ser definida como um conjunto de enunciados que podem estar encadeados como conclusões do primeiro, utilizando, para isso, um operador argumentativo, mesmo de forma implícita ou explícita.

Para este trabalho, cujo foco é a aplicação de uma sequência didática em uma turma do ensino fundamental, optamos por utilizar os estudos de Koch (2007, p.30-44), baseados em Ducrot, Anscombe e Vogt, por considerá-los mais didáticos e aplicáveis em sala de aula.

Então, de acordo com o proposto por Koch (2007), os principais operadores argumentativos são divididos em nove categorias considerando suas funções nos textos:

- a) operadores que assinalam o argumento mais forte dentro de uma escala que direciona para determinada conclusão: até, mesmo, até mesmo, inclusive.
- b) operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão: e, também, ainda, não só...mas também.
- c) operadores que introduzem uma conclusão relacionada a um argumento apresentado anteriormente: portanto, logo, pois.
- d) operadores que permitem introduzir argumentos alternativos e levam a conclusões opostas ou diferentes: ou, ou então, quer...quer.
- e) operadores que estabelecem relações de comparação entre elementos, visando atingir determinada conclusão: mais que, tão...como.
- f) operadores que introduzem uma justificativa ou explicação: porque, já que, pois.
- g) operadores que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias: mas (porém, contudo, todavia, entre outros), embora (se bem que, ainda que, posto que, entre outros).
- h) operadores que introduzem conteúdos pressupostos: já, ainda, agora.
- i) operadores que, de acordo com a maneira que foram empregados, podem tanto estabelecer uma conclusão positiva, quanto uma conclusão negativa: tudo, todos (afirmação), nada, nenhum (negação).

Como se pode ver, há diversos operadores argumentativos e diferentes objetivos comunicativos. Assim sendo, é fundamental pensar nas escolhas e em seus efeitos no processo de produção e de recepção dos textos. Por isso, faz-se necessário o planejamento de atividades centradas nas relações estabelecidas pelos operadores argumentativos em textos autênticos. Neste sentido, a etapa de intervenção escolar presente neste trabalho acontecerá a partir da elaboração e aplicação de uma sequência didática centrada no uso dos operadores argumentativos em artigos de opinião.

3.3 Sequências Didáticas (SD)

Como dito anteriormente, pretendemos elaborar uma sequência didática centrada no emprego dos operadores argumentativos na construção da argumentação e no gênero artigo de opinião, por isso, é necessário que conceituemos o termo “sequência didática”.

Segundo Dolz, Noverraz e Schneuwly (2011, p. 82) “uma sequência didática é um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito” cuja finalidade é “ajudar o aluno a dominar melhor *um* gênero de texto, permitindo-lhe, assim, escrever ou falar de uma maneira mais adequada numa dada situação de comunicação” (p.83). Em síntese, “as sequências didáticas servem, portanto, para dar acesso aos alunos a práticas de linguagem novas ou dificilmente domináveis.” (p.83)

Os autores defendem que as SD são instrumentos que podem nortear o trabalho dos professores, promovendo encaminhamentos e intervenções sociais. Além disso, ambos entendem que a criação de uma sequência de atividades deve permitir a transformação gradual das capacidades iniciais dos alunos. Dessa forma, as atividades podem ser concebidas inicialmente a partir daquilo que os alunos já sabem e, a cada atividade, aumentar o grau de dificuldade até que o aluno seja capaz de realizar atividades bem mais complexas que as inicialmente realizadas.

Ou seja, a SD é o conjunto de oficinas e atividades interligadas sobre um gênero discursivo, organizada de modo a facilitar a progressão na aprendizagem da escrita. Em outras palavras, ela tem como objetivo ajudar o aluno a dominar um gênero discursivo, de forma a usá-lo (escrever ou falar) de modo adequado em cada situação de comunicação.

Nesse sentido, o professor planeja as etapas do trabalho a ser desenvolvido, objetivando explorar determinado gênero e suas características próprias, além de possibilitar integrar o trabalho com a leitura, escrita, oralidade e gramática. Um trabalho integrado tende a facilitar e dar sentido à aprendizagem do aluno.

Amaral (s/d, p.1) coloca como pré-requisito para que uma SD tenha sucesso em sua aplicação o domínio do gênero pelo professor, além de conhecer o grau de aprendizagem que os alunos possuem do gênero a ser estudado. Ela afirma que

isso é necessário para que a SD seja organizada de tal maneira que não fique nem muito fácil, o que desestimulará os alunos porque não encontrarão desafios, nem muito difícil, o que poderá desestimulá-los a iniciar o trabalho e envolver-se com as atividades. (p.1)

Barros e Bardini (2012, p.88) afirmam ainda que, para que o gênero discursivo de uso social chegue à escola e seja aprendido como um objeto de ensino, são necessárias algumas transformações a que chamam de transposição didática. Em outras palavras, no planejamento de um SD, o professor precisa transformar o conhecimento científico em um conhecimento aplicável à realidade dos alunos. Por isso, as autoras nomeiam etapas para transformar o gênero em conteúdo ensinável. Ei-las:

Primeiramente, o conhecimento científico do objeto (no nosso caso, dos gêneros) precisa ser transformado em conhecimento a ser ensinado. Esse conhecimento a ser ensinado deve passar, em seguida, a conhecimento efetivamente ensinado. Já na terceira etapa, esse conhecimento ensinado passa a conhecimento efetivamente aprendido. (BARROS; BARDINI, 2012, p. 88).

Realizada esta transposição, o professor poderá planejar e aplicar sua SD cuja estrutura base, de maneira simplificada e conforme postulam Dolz, Noverraz e Schneuwly (2011), é composta por:

1. Apresentação da situação: descrição detalhada da tarefa oral ou escrita que os alunos devem realizar. Neste primeiro momento, é importante “fornecer aos alunos todas as informações necessárias para que conheçam o projeto comunicativo visado e a aprendizagem de linguagem a que está relacionado”. (p.85). Por isso, é primordial deixar claro para os estudantes o gênero que será abordado e seu suporte, os destinatários e demais envolvidos na produção inicial, além de preparar os conteúdos que serão produzidos nos textos.

2. Primeira produção: texto inicial que corresponde ao primeiro encontro com o gênero discursivo a ser trabalhado. A partir desta produção inicial, “o objeto da sequência didática delineia-se melhor nas suas dimensões comunicativas e também se manifesta como lugar de aprendizagem necessária das dimensões problemáticas”. (p.86). É neste momento que a SD realmente inicia, pois fica evidente, para o professor, o que é preciso trabalhar para desenvolver as capacidades de linguagem dos estudantes e, estes últimos tomam consciência das dificuldades que possuem em relação ao objeto de aprendizagem.

3. Módulos: são constituídos por atividades sistemáticas que instrumentalizam o aluno a dominar o gênero discursivo no aspecto desejado. Neste sentido, é pertinente que o professor pense nas dificuldades de expressão oral ou escrita apresentada pelos alunos, na maneira como trabalhar algum problema particular e em como capitalizar o que foi aprendido.

4. Produção final: texto em que o aluno colocará em prática os conhecimentos adquiridos. Momento de avaliação por parte do professor.

As SD promovem a participação ativa dos alunos, oportunizando-lhes momentos privilegiados de uso de diferentes linguagens dentro de uma situação de comunicação objetivando a ampliação dos recursos linguísticos pelos estudantes. Elas ainda diversificam atividades e exercícios para que todos os alunos se apropriem dos elementos que estão sendo ensinados.

A respeito dos módulos, é necessário esclarecer que não há uma quantidade limitada ou fixa, ao contrário, o professor deve planejar tantos módulos quanto achar conveniente para trabalhar os problemas identificados na produção inicial, para dar aos alunos instrumentos necessários para superá-los.

Por isso, conforme Dolz, Noverraz e Schneuwly (2011), os módulos devem:

(1) trabalhar problemas de níveis diferentes: representação da situação de comunicação. Elaboração dos conteúdos, planejamento do texto e realização do texto;

(2) variar as atividades e exercícios: atividades de observação e de análise de textos; tarefas simplificadas de produção de textos; elaboração de uma linguagem comum;

(3) capitalizar as aquisições: adquirir vocabulário técnico; registrar o conhecimento adquirido;

Na proposta de SD de Dolz, Noverraz e Schneuwly fica claro que não se desvinculam as atividades de análise linguística do estudo do gênero, pois o linguístico é um dos elementos que compõe a maioria dos gêneros. Conforme os autores supracitados (2011, p.96), “as sequências didáticas propõem numerosas atividades de observação, de manipulação e de análise de unidades linguísticas”.

A respeito da avaliação durante a execução de uma SD, pode-se dizer que a produção inicial constitui um momento privilegiado de observação, pois é a partir dela que é possível “pôr em prática um processo de avaliação formativa” (p.87) uma vez que “a análise das produções orais ou escritas dos alunos, guiada por critérios bem definidos, permite avaliar de maneira bastante precisa em que ponto está a classe e quais são as dificuldades encontradas pelos alunos”. (p.87)

Neste sentido, “a avaliação formativa pode ser entendida como uma prática de avaliação contínua que objetiva desenvolver as aprendizagens” (CASEIRO; GEBRAN, 2008, p. 144). Podemos compreendê-la como um momento de levantamento de informações a respeito da aprendizagem dos alunos, norteando o trabalho do professor e contribuindo para que a aprendizagem realmente aconteça.

Cardinet (1986, p. 14 *apud* CASEIRO; GEBRAN, 2008, p. 145) define a avaliação formativa como sendo a avaliação que “visa orientar o aluno quanto ao trabalho escolar, procurando localizar as suas dificuldades para ajudá-lo a descobrir os processos que lhe permitirão progredir na sua aprendizagem.”

Aplicável em nosso contexto de produção e execução de uma SD, a avaliação formativa possibilita a construção de módulos de ensino voltados às lacunas percebidas nas produções iniciais dos alunos buscando meio de saná-las ao longo do desenvolvimento das atividades.

Já a produção final é propícia para uma avaliação do tipo somativo desde que explicitamente informada ao aluno, para que este saiba exatamente o que o professor avaliará e assim, possa produzir um texto de acordo com o que foi proposto. Dolz, Noverraz e Schneuwly (2011, p.91) frisam que “esse tipo de avaliação será realizado exclusivamente sobre a produção final”, ou seja, o processo de construção do conhecimento não precisa passar por este tipo de avaliação, porém, é importante que o professor acompanhe de perto o progresso de seus alunos, mesmo não lhes atribuindo notas.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo está organizado em três seções: na primeira discorremos sobre a metodologia aplicada nesta pesquisa; a segunda seção descreve os passos trilhados para que este trabalho fosse realizado e a última seção refere-se ao contexto em que a sequência didática foi aplicada, ou seja, caracterizamos a escola e as turmas em que aplicamos as atividades.

4.1 Sobre a metodologia de pesquisa

Considerando os objetivos desta investigação, a abordagem utilizada para a realização deste projeto é a qualitativa, além disso, ela também será analítico-descritiva. Nossa pesquisa também pode ser considerada uma pesquisa-ação, pois intervirá e modificará uma prática de sala de aula (SEVERINO, 2007, p.120).

A respeito da abordagem qualitativa de pesquisa, Moreira (2002, p. 57) elenca seis características básicas: a. Foco na interpretação; b. Ênfase na subjetividade: a perspectiva observada é a dos participantes; c. Flexibilidade na condução da pesquisa: o caminho da pesquisa não pode ser definido *a priori*; d. Foco no processo e não no produto resultado final; e. Preocupação com o contexto: comportamento e situação formam a experiência; f. Reconhecimento do impacto do processo de pesquisa sobre a situação de pesquisa: a presença do pesquisador influencia a situação de pesquisa.

Em outras palavras, a abordagem qualitativa não se ocupa com representações numéricas, mas busca compreender, com maior profundidade, questões específicas de um grupo social, tentando entender os motivos das coisas.

Para Minayo (2001 *apud* GERHARDT e SILVEIRA, 2009), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Considerando a realidade de nossa pesquisa, acreditamos que as características básicas acima apontadas da abordagem qualitativa ficam evidenciadas em nosso trabalho, pois interpretamos e analisamos os dados obtidos de modo subjetivo a partir do que foi desenvolvido na SD, procurando mudar a perspectiva analisada, ou seja, procuramos mudar a perspectiva dos alunos-participantes desta pesquisa. Além disso, a condução e desenvolvimento da SD foram flexíveis, uma vez que o caminho da pesquisa foi definido em

conformidade com o que íamos constatando como dificuldade dos participantes e nosso foco não foi a produção final em si mesma, mas o processo de elaboração, reelaboração, aplicação da SD, análise e reflexão. Ademais, durante todo o processo, levamos em conta o contexto em que nossa pesquisa foi desenvolvida e como o fato de a pesquisadora ser professora da turma de participantes poderia interferir na situação de pesquisa e nos resultados.

Em relação aos procedimentos, este trabalho constitui-se como uma pesquisa-ação, pois “pressupõe uma participação planejada do pesquisador na situação problemática a ser investigada (...) no sentido de transformar as realidades observadas, a partir de sua compreensão, conhecimento e compromisso” (FONSECA, 2002, *apud* GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.35).

Na pesquisa-ação, o pesquisador deixa de ser um mero observador e passa a participar do processo de pesquisa, como consequência, modifica também seu comportamento e conhecimento iniciais.

Nesse sentido, cremos que a pesquisa-ação é o melhor procedimento para que, enquanto professores envolvidos e comprometidos com o processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa em escola pública, consigamos analisar, corrigir e avaliar nossas ações e decisões a respeito do ensino da argumentação e do uso dos operadores argumentativos no gênero artigo de opinião.

Postas algumas definições importantes a respeito da metodologia adotada, passamos a apresentar a proposta de investigação para esta pesquisa.

4.2 Caminhos trilhados

Primeiramente, é necessário esclarecer que esta pesquisa foi desenvolvida em uma turma de 9º ano do Ensino Fundamental composta por 28 alunos entre 13 e 15 anos de uma escola da rede municipal de Uberlândia, durante aproximadamente oito semanas, totalizando 16 aulas de Língua Portuguesa.

A escolha por 28 sujeitos de pesquisa se deu por ser a quantidade de alunos matriculados na turma de 9º ano da referida escola em que a proposta foi aplicada.

A respeito da escolha da turma para a aplicação de uma atividade prática, no nosso caso de uma sequência didática, consideramos algumas exigências presentes no Regimento do Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS: o trabalho de conclusão deve ter caráter prático e precisa ser aplicado em turmas de ensino fundamental. Por isso, a escolha pelo local e pela turma foi feita considerando que uma das pesquisadoras já atua com turmas de ensino

fundamental em uma escola municipal de Uberlândia onde é professora de Língua Portuguesa. Desse modo, as atividades desenvolvidas contemplam o planejamento anual da disciplina, facilitando a execução das mesmas. Além disso, as análises iniciais dos problemas evidenciados foram realizadas na turma em que a pesquisadora é professora de Língua Portuguesa.

Se optássemos por outra turma, de outro professor ou de outra escola, seria necessário autorização do professor regente e da direção da escola para a realização das atividades em outra turma que não aquela da professora pesquisadora, dificultando, ainda mais, a aplicação das atividades práticas.

É importante salientar que acreditamos que o vínculo estabelecido ao longo do ano entre professora pesquisadora e alunos auxiliou no desenvolvimento das atividades disponíveis no PP, interferindo positivamente na realização das atividades.

Antes de iniciá-la, porém, fizemos a exposição do projeto à direção da escola, aos responsáveis pelos alunos e a estes últimos que participaram desta pesquisa. Após aceitarem participar do estudo, apresentamos aos responsáveis pelos alunos, os quais são menores de idade, o termo de consentimento livre e esclarecido (anexo1) para assinarem e apresentamos aos alunos o termo de esclarecimento para o menor (anexo 2) para que também assinassem.

Foram incluídos na pesquisa somente os 16 alunos que aceitaram participar do estudo, assinaram o termo de assentimento para o menor e cujos pais/responsáveis concordaram com a pesquisa e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

É importante esclarecer que, como a pesquisa foi desenvolvida nos horários regulares de aula e contemplou tema integrante do programa do 9º ano, os alunos que não aceitaram participar do estudo realizaram as atividades de leitura e produção do gênero artigo de opinião somente como atividade de aula regular, não tendo seus textos incluídos no *corpus* desta pesquisa. Desse modo, o *corpus* de nosso estudo é constituído pelas produções do gênero artigo de opinião dos 16 participantes.

Em relação a esta pesquisa, ela foi desenvolvida obedecendo as seguintes etapas: aprofundamento teórico durante todo o período de investigação, aplicação em sala de aula de uma sugestão de aulas presente no Portal do Professor (ver capítulo 5), análise dos resultados obtidos (ver capítulo 5) e, a partir disso, a criação de uma sequência didática para ser aplicada em uma turma de 9º ano de uma escola pública de Uberlândia, a aplicação, o relato dessa aplicação e posterior análise (ver capítulo 6).

A proposta de trabalho ora apresentada partiu de uma constatação anterior a este projeto a respeito das necessidades de aprendizagem dos alunos, considerando o que lhes

faltava colocar em prática no que tange ao uso dos operadores argumentativos em textos do gênero artigo de opinião, uma vez que uma das pesquisadoras é professora de Língua Portuguesa da rede pública municipal de Uberlândia/MG.

A partir dessa constatação, escolhemos uma sugestão de aulas, disponível no Portal do Professor⁶, considerando as necessidades apresentadas pelos alunos em suas produções textuais realizadas anteriormente ao projeto e considerando, também, o planejamento anual da disciplina de Língua Portuguesa para as turmas de 9º anos.

Aqui cabe salientar que decidimos aplicar uma sugestão de aulas presente no Portal do Professor por este ser um material-referência para os professores brasileiros, uma vez que contém milhares de aulas que tratam dos mais diferentes conteúdos e assuntos. Além disso, o PP é uma alternativa viável ao trabalho com o livro didático, bastando apenas que o professor tenha acesso à *internet* e domine o uso do computador. Por ser um material-referência, é importante que haja pesquisas nas quais os pesquisadores apliquem sugestões de aulas e avaliem as potencialidades e limitações do material disponibilizado.

Para a escolha da sugestão de aulas presente no Portal do Professor, consideramos alguns critérios: sugestão voltada para o ensino fundamental, com produção de um artigo de opinião e ensino dos operadores argumentativos. Utilizando os filtros disponíveis no Portal e considerando a relevância das aulas, nossa busca encontrou 95 aulas que contemplavam a produção de um artigo de opinião. No entanto, desse total, apenas uma focalizava especificamente o ensino dos operadores argumentativos em textos do gênero artigo de opinião. Por isso, por ser a única que contempla as especificidades desejadas, selecionamos e aplicamos a aula intitulada: Projeto iniciação científica – Uma lupa na língua - Aspectos linguísticos na construção do gênero discursivo artigo de opinião.

Esta aula contempla 8 aulas de 50 minutos, por isso, procuramos desenvolver todas as atividades previstas em uma turma de 9º ano no total de aulas planejadas pela autora da sugestão.

Com base nos resultados da aplicação dessa sugestão de aulas presente no Portal do Professor, elaboramos uma sequência didática para trabalhar com o gênero artigo de opinião e com os operadores argumentativos nesse gênero discursivo.

Nossa sequência didática, especialmente elaborada para ser aplicada neste projeto, foi planejada para um período de 12 aulas, mas demandou um total de 16. Ela é composta por uma aula inicial e de mais três módulos de ensino. O primeiro focalizando o ensino do gênero

⁶ Aula disponível em <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=41461>

discursivo artigo de opinião e se suas especificidades; o segundo contemplando o ensino dos operadores argumentativos e o terceiro, e último, tem por objetivo instrumentalizar os alunos a produzirem e publicarem seus textos no *site* da escola.

De modo geral, nossa SD abrange a leitura de alguns textos do gênero discursivo artigo de opinião sobre um tema polêmico que diz respeito ao universo dos adolescentes – neste caso, sobre a (falta de) privacidade na internet e, particularmente, nas redes sociais. Além disso, os módulos da SD são compostos por atividades que exploram o gênero discursivo artigo de opinião e, no que tange a análise linguística, eles consideram o uso dos operadores argumentativos como elementos que colaboraram para a construção da argumentação.

Cabe salientar que a proposta inicial era aplicar a sugestão do Portal do Professor e a sequência didática criada por nós na mesma turma, no ano de 2014. Infelizmente, isso não foi possível devido à demora na análise e aprovação por parte do CEP, ocorrida em 26/11/2014, conforme parecer 887.503.⁷ A alternativa encontrada, então, para realizar as etapas acima relatadas, foi aplicar e analisar, em 2014, as atividades disponíveis no Portal do Professor e, no início de 2015, aplicar e analisar a sequência didática planejada por nós.

Como resultado da aplicação da sequência didática, os alunos produziram um artigo de opinião que foi publicado no *site* da escola juntamente com a sequência didática que deu origem à produção.

A análise dos resultados da aplicação da sequência didática foi feita tendo em vista os módulos estudados, ou seja, consideramos a produção do gênero e de suas especificidades bem como o uso dos operadores argumentativos nos textos dos alunos.

4.3 Caracterização da escola e da turma

A escola, em que as atividades práticas desta pesquisa foram realizadas, foi criada pela Lei Municipal nº 5453 de 30/12/91, durante a gestão do prefeito Virgílio Galassi, para abrigar um complexo educacional com três escolas, que atenderia turmas da educação infantil até o ensino médio, além de um centro de estudos e projetos educacionais⁸.

Em 1999, no entanto, o complexo foi desmembrado passando cada uma das três escolas a terem funcionamento e administrações próprios.

⁷ O comprovante de aprovação encontra-se no anexo 2.

⁸ Detalhes sobre o histórico da escola estão disponíveis em: < <http://www.otaviobatista.com/home/Escola/historico>>. Acesso em 08 ago 2015.

Por ser uma escola pública localizada no perímetro central do município de Uberlândia, a escola costuma ser muito procurada pelos responsáveis por crianças e adolescentes que buscam uma vaga nesta instituição de ensino. Por isso, as salas de aula costumam ser lotadas, com média de 30-32 alunos. Apesar disso, as turmas em que a sugestão de aulas do PP e a sequência didática foram aplicadas tinham apenas 28 alunos, número inferior ao habitual.

Quanto às turmas em que as atividades foram desenvolvidas no ano de 2014 e 2015, podemos afirmar que correspondem a dois grupos de alunos entre 13 e 15 anos, de classe média, com acesso a bens de consumo variados: celulares, cinema, lanchonete, roupas de marca, viagens, etc.

Em diálogo inicial entre professora e alunos, constatou-se que grande parte vem de famílias cujos pais e familiares tem um nível de escolaridade médio a elevado. Suas falas deixaram transparecer que a família espera que esses adolescentes concluam, futuramente, o ensino médio e cheguem com êxito ao ensino superior.

Como características das turmas, percebe-se que são adolescentes típicos: falantes, alegres, algumas vezes desafiadores, sempre atentos aos seus celulares e menos interessados na realização das atividades escolares, por isso, propor atividades em que eles se engajem e participemativamente é um desafio necessário e urgente.

Por essas características, ambas as turmas eram consideradas, pelos demais professores, como sendo as mais problemáticas no que diz respeito à disciplina durante as aulas e interesse na aprendizagem.

5 O PORTAL DO PROFESSOR: DESCRIÇÃO, APLICAÇÃO E ANÁLISE

Este capítulo está organizado em três seções. Na primeira, apresentamos e descrevemos o Portal do Professor, proposta do Ministério da Educação com apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia. Na segunda, relatamos a aplicação de uma sugestão de aulas nele publicada, que focaliza o emprego dos operadores argumentativos em artigos de opinião. Na terceira, analisamos sua aplicação, em seus aspectos positivos e negativos.

5.1 Portal do Professor (PP): breve descrição

Lançado em 2008 pelo MEC em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Portal tem como objetivo otimizar o processo de formação de professores brasileiros, enriquecendo sua prática pedagógica e auxiliando a inserção da informática no contexto educacional por meio do uso cotidiano das novas tecnologias (RODRIGUES; SCHLÜNZEN JÚNIOR; SCHLÜNZEN, 2009).

Quando da sua concepção (2007) e posterior execução (2008), o PP tinha os seguintes objetivos:

- Apoiar os cursos de capacitação do ProInfo Integrado;
- Oferecer a esses professores um ambiente para que, após a conclusão do curso, sintam-se incluídos em uma comunidade de pessoas que utilizam TIC na educação.
- Disseminar experiências educacionais das e nas diferentes regiões do Brasil;
- Oferecer recursos multimídia em diferentes formatos, assim como materiais de estudo, dicas pedagógicas, *links* para outros portais, ferramentas de autoria, dentre outros;
- Favorecer a interação com o objetivo para reflexão crítica e trocas de experiências entre professores de diferentes locais, formação e interesses;
- Oferecer um jornal eletrônico para atender a divulgação de eventos, ideias de nossos educadores, bem como uma revista eletrônica que permita a nossos professores exercer, de forma crítica, a divulgação de suas ideias e experiência. (BIELSCHOWSKY e PRATA, 2010, p. 3-4)

Bielschowsky e Prata (2010, p.2) apontam que o PP foi criado para “fomentar a participação de nossos professores em comunidades educacionais, com a oferta de conteúdos digitais, espaços de comunicação e outros elementos”.

Conforme a apresentação disponível no *site* do Ministério de Educação⁹, o portal do professor é

um espaço para troca de experiências entre professores do ensino fundamental e médio. É um ambiente virtual com recursos educacionais que facilitam e dinamizam o trabalho dos professores.

O conteúdo do portal inclui sugestões de aulas de acordo com o currículo de cada disciplina e recursos como vídeos, fotos, mapas, áudio e textos. Nele, o professor poderá preparar a aula, ficará informado sobre os cursos de capacitação oferecidos em municípios e estados e na área federal e sobre a legislação específica.

Esta apresentação é confirmada quando lemos, nas reflexões pedagógicas para elaboração de aulas presentes no PP, que

a ideia do Portal consiste na iniciativa de reunir em um só local na web um conjunto de recursos: multimídia (vídeos, áudios, animações, simulações, imagens, outros); interação e comunicação (fóruns, blogs, chat, outros); acesso às informações e conhecimento (cursos, links, materiais de estudo, notícias educacionais e aulas) e ferramenta colaborativa para criação de sugestões de aulas para enriquecer a atuação profissional e contribuir para a aprendizagem do aluno.

Segundo Bethônico *et al* (2011), o PP é um espaço virtual público, acessado por qualquer pessoa que tenha interesses didático-pedagógicos, que disponibiliza para o professor algumas ferramentas para sua formação e conhecimento, a saber: Espaço da aula, Jornal, Multimídia, Cursos e Materiais, Colaboração, Links e Plataforma Freire.

O PP é um ambiente que permite aos professores, em sua maioria brasileiros, compartilharem ideias, propostas e sugestões metodológicas para que se possa trabalhar os mais diversos conteúdos curriculares em sala de aula.

Suas aulas podem ser produzidas por qualquer professor de forma colaborativa, tanto individual quanto coletivamente, como melhor convier. A ênfase do PP, no entanto, é no uso das novas tecnologias, como forma de deixar a aula mais interessante.

Isso fica claro quando o professor acessa as orientações para criação de aulas para o PP. No subitem Reflexões Pedagógicas podemos ler que “o desafio é desenvolver estratégias

⁹ Apresentação do Portal do Professor disponível em:

<http://www.educacao.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=269&Itemid=333>. Acesso em 14 abril 2014.

de aulas e de avaliação que desenvolvam competências para as novas formas de comunicação, tais como vídeos, blogs e uso de imagens”.¹⁰

Por ser uma ferramenta colaborativa, é possível acessar as aulas, analisá-las e

(1) enriquecê-las com outras estratégias e recursos, construindo uma nova proposta de aula a partir de uma já publicada por um outro professor;

(2) usar as sugestões em sala de aula, com seus alunos, avaliando o potencial pedagógico da proposta;

(3) comentar uma sugestão publicada no Portal, analisando sua proposta pedagógica bem como o resultado de sua aplicação em sala de aula, com seus alunos;

(4) aproveitar as sugestões de aulas publicadas para análise e reflexão em ações de capacitação, reuniões de planejamento em sua escola;

(5) baixar a sugestão da aula para sua máquina, CD, DVD ou *pendrive*;

(6) encaminhar mensagem à equipe do Portal sobre alguma informação indevida na sugestão de aula:

(7) imprimir ou baixar a sugestão de aula para leituras posteriores.

Em relação ao PP, interessa-nos, em nossa pesquisa, utilizar em sala de aula uma sugestão ali disponível que focalize o ensino dos operadores argumentativos em artigos de opinião.

5.2 A sugestão de aulas aplicada

Como primeira etapa deste trabalho de conclusão de curso, foi realizada a aplicação de uma sugestão de aulas encontrada no Portal do Professor que trata do ensino dos operadores argumentativos no gênero artigo de opinião.

Para a escolha da aula a ser aplicada, alguns critérios foram considerados, a saber: ser voltada para os anos finais do ensino fundamental, contemplar a produção de um artigo de opinião, além de propor o ensino dos operadores argumentativos.

Em nossa busca, considerando a relevância das sugestões de aula, encontramos 95 aulas que contemplavam a produção de um artigo de opinião e que eram voltadas aos anos finais do ensino fundamental, porém apenas uma focalizava especificamente o ensino dos

¹⁰ Equipe do Portal do Professor – Secretaria de Educação Básica - Ministério da Educação – Brasília – DF Disponível em <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/pdf/orientacao_criando_aula.pdf>. Acesso em 14 de abril de 2014.

operadores argumentativos em artigos de opinião. Esta aula intitula-se: Aspectos linguísticos na construção do gênero discursivo artigo de opinião.

É preciso salientar, de antemão, que o objetivo da aplicação de uma sugestão de aulas presente no PP é aplicar um material considerado referência para professores, procurando identificar potencialidades e limitações, por isso, pretendeu-se manter sua aplicação o mais fidedigna possível da sugestão presente no Portal.

Conforme previsto na sugestão de aulas do Portal, essa proposta de atividades foi planejada para ser aplicada em oito aulas de 50 minutos cada. No entanto, ao longo do desenvolvimento da proposta, percebemos que este tempo não foi suficiente para executar todas as atividades.

Por fim, abaixo, encontra-se a descrição completa da aula escolhida e aplicada em uma turma de 9º ano do Ensino Fundamental. Para tornar a leitura mais dinâmica, a sugestão de aula foi, neste trabalho, dividida em partes, intercalada com o relato da aplicação das atividades propostas.

Projeto iniciação científica – Uma lupa na língua – Aspectos linguísticos na construção do gênero discursivo artigo de opinião

03/07/2012

Autor e Coautor(es):

Autor: Lazuita Goretti de Oliveira - UBERLANDIA - MG ESC DE EDUCACAO BASICA

Coautor(es): Eliana Dias

Estrutura Curricular

MODALIDADE / NÍVEL DE ENSINO	COMPONENTE CURRICULAR	TEMA
Ensino Fundamental Final	Língua Portuguesa	Análise linguística: modos de organização dos discursos

Dados da Aula

O que o aluno poderá aprender com esta aula

- Identificar as características do gênero artigo de opinião.
- Verificar, por meio de análise de textos, a função dos operadores argumentativos, na construção do gênero artigo de opinião.
- Analisar e produzir um artigo de opinião, considerando as características do gênero e as condições de produção.

Duração das atividades: 08 aulas de 50 minutos cada

Conhecimentos prévios trabalhados pelo professor com o aluno

Em um artigo de opinião, o autor apresenta aos leitores uma questão polêmica e procura convencê-los de sua opinião, utilizando para isso estratégias variadas. Para a realização desta proposta, os alunos precisam conhecer previamente a estrutura do texto

dissertativo, bem como determinadas categorias gramaticais que funcionam como operadores argumentativos, tais como as conjunções coordenativas.

Estratégias e recursos da aula

- utilização do laptop UCA;
- utilização de vídeos do *Youtube*;
- atividades realizadas em grupo de alunos;
- utilização de textos, imagens e vídeos veiculados na internet.

Projeto Iniciação Científica - Uma Lupa na Língua

Subprojeto: gêneros discursivos

Tema: Artigo de Opinião

Sobre a proposta:

OBS.: As aulas poderão ser desenvolvidas com a utilização de notes, *netbooks* ou *tablets*.

O artigo de opinião, focalizado nesta proposta, pertence à esfera jornalística. Geralmente, por meio desse gênero, o autor busca convencer e influenciar o leitor, acerca de uma ideia, provocando uma revisão de seu posicionamento ideológico e de seus valores. Dessa forma, ocorre um processo de argumentação em favor de uma determinada posição, ao mesmo tempo em que se procura refutar opiniões contrárias à tese defendida. Além de apresentar argumentos capazes de sustentar sua tese, o autor costuma servir-se de mecanismos linguísticos capazes de indicar a orientação argumentativa e, desse modo, encaminhar o planejamento discursivo. Para isso, utilizam-se os operadores argumentativos que têm por função indicar a força argumentativa dos enunciados e a direção para a qual apontam, ou seja, os operadores argumentativos direcionam o leitor para que percorra o caminho proposto pelo autor. Portanto, o estudo sobre os operadores argumentativos favorece ao aluno o reconhecimento das manobras discursivas realizadas pelo emissor.

Primeiro Passo: Apresentação do tema aos alunos

Para apresentar o tema aos alunos, visando motivá-los para a realização das atividades propostas, o professor solicita a eles que acessem a página:

<http://www.youtube.com/watch?v=0ovqveCQLiM> para ouvirem a canção, “Que país é este?”, de Renato Russo.

Professor, apresente informações aos alunos sobre o autor.

Há 52 anos nascia, no Rio de Janeiro, um dos maiores nomes da música brasileira: Renato Manfredini Junior - Renato Russo. Autor de inúmeros sucessos como “Pais e Filhos”, “Mais Uma Vez” e “Tempo Perdido”, o carioca nasceu em 1960, mas se mudou ainda criança para Brasília, capital do rock no Brasil, onde mais tarde seria considerado o “irmão mais velho da geração Coca-cola”, que também contava com a influência dos músicos Dado Villa-Lobos e Marcelo Bonfá. [...]

Disponível em: <http://blogdatvuerj.blogspot.com.br/2012/03/renato-russo-o-aniversario-do-icon.html> - Acesso em maio de 2012

Que país é este? (Renato Russo)

Nas favelas e no senado
Sujeira pra todo lado

Que país é este?(3x)

Ninguém respeita
A constituição
Mas todos acreditam
No futuro da nação...

Que país é este?(3x)

Na Amazônia

E no Araguaia ia, ia
Na baixada fluminense
No Mato grosso
E nas Gerais
E no Nordeste tudo em paz
Na morte eu descanso
Mas o sangue anda solto
Manchando os papéis
Documentos fiéis
Ao descanso do patrão...

Terceiro mundo se for
Piada no exterior
Mas o Brasil vai ficar rico
Vamos faturar um milhão
Quando vendemos todas as almas
Dos nossos índios um leilão...

Que país é este?(3x)

Disponível em: <http://letras.terra.com.br/renato-russo/1175645/>

Professor, antes de conversar com os alunos sobre a canção, fale com eles a respeito de Renato Russo - vocalista e letrista da banda Legião Urbana -, considerado o principal compositor do rock nacional dos anos 1980, ao lado de Cazuza. Como compositor, criou várias canções em que questiona o Brasil e os brasileiros. Uma de suas canções mais famosas é “Que país é este”, composta em 1978, quando ele pertencia à banda punk Aborto Elétrico, em Brasília. Renato Russo afirmou que não pretendia gravá-la, porque tinha esperança de que o Brasil melhorasse e que a canção se desatualizasse, perdendo sua razão de ser. Entretanto, ele a gravou e a canção nos soa mais atual do que nunca.

Disponível em: http://www.brasa.org/_sitemason/files/gK7OI8/Marli%20Rosa.pdf

Após ouvirem a canção, converse com os alunos, perguntando a eles:

a. Qual é o tema tratado na canção? Pode ser considerado um tema polêmico? Por quê?

b. Na canção, o autor parte de Brasília para compor um cenário nacional em que falta a ética, onde a corrupção e a violência imperam. Justifique essa afirmação com passagens do texto.

c. Na segunda estrofe, o autor refere-se a diversas regiões violentas do Brasil. Que regiões são essas?

d. Pode-se perceber que há ironia no sentido e na ênfase vocal que Renato Russo dá à expressão “tudo em paz”? Explique.

e. Resuma o ponto de vista sobre a corrupção no Brasil, apresentado na canção.

f. O que você pensa sobre a corrupção no Brasil?

g. Você tem facilidade para expor suas opiniões? É fácil defender nossas ideias com palavras? É importante respeitar a opinião alheia, mesmo que essa opinião seja diferente da nossa?

h. Em nosso cotidiano, são muitas as formas de expressar nossa opinião, diante de acontecimentos, atitudes ou ideias polêmicas. Mas há situações em que expressar uma opinião exige uma elaboração mais cuidadosa. É o caso do artigo de opinião. O que você sabe a respeito desse gênero? Geralmente, onde ele é veiculado?

Professor, aproveite esse momento para direcionar o olhar dos alunos para o gênero a ser trabalhado – artigo de opinião. Esclareça a eles que, quando alguém deseja expor seu modo de pensar por meio de um veículo de comunicação, é fundamental que se expresse de maneira clara, relacionando argumentos que sustentem o ponto de vista defendido.

Os alunos assistiram ao vídeo da música pela televisão da sala de aula, uma vez que o laboratório de informática estava sendo ocupado. Para isso, a professora baixou o vídeo anteriormente. Antes de ouvirem a música, porém, a professora comentou a respeito do cantor Renato Russo, conhecido de vários alunos.

O uso da música como apresentação do tema a ser trabalhado despertou a atenção dos alunos, visto que esta é uma estratégia nunca antes utilizada em sala de aula nessa turma. Por ser uma música conhecida pela maioria, a conversa a respeito das questões posteriores se tornou mais produtiva, no que se refere às contribuições dos alunos.

Mesmo assim, percebemos que nem todos os alunos compreenderam o texto por não saberem (ou relacionarem) os diferentes contextos existentes no Brasil. Por exemplo, na questão sobre as regiões violentas do país, nenhum aluno percebeu que foram citadas na canção as regiões mais pobres e vulneráveis do país (deixando de fora apenas a região sul e o estado de São Paulo).

Outra questão cuja discussão foi limitada se refere ao resumo do ponto de vista sobre a corrupção no Brasil, pois, por não ser uma questão explicitada na música (em outras palavras, a palavra corrupção não está presente na letra da música), alguns alunos não compreenderam a crítica feita por Renato Russo.

A proposta de contextualizar autor e contexto de escrita da música surtiu efeitos positivos no que diz respeito à compreensão da atual situação política brasileira, visto que Renato Russo escreveu “Que país é este?” em 1978, ou seja, há mais de 30 anos, mesmo assim a música segue atual.

Em relação às últimas duas questões, as quais reproduzimos novamente abaixo, juntamente com a sequência da aula, consideramos mais oportuno deixar para discuti-las como parte introdutória do segundo passo, que, nesta sugestão de aulas, corresponde à 2ª aula da sequência, visto que, durante a aplicação da proposta nos pareceu mais sensato, para não misturar a discussão da música com a atividade seguinte que seria feita em outro momento.

g. Você tem facilidade para expor suas opiniões? É fácil defender nossas ideias com palavras? É importante respeitar a opinião alheia, mesmo que essa opinião seja diferente da nossa?

h. Em nosso cotidiano, são muitas as formas de expressar nossa opinião, diante de acontecimentos, atitudes ou ideias polêmicas. Mas há situações em que expressar uma opinião exige uma elaboração mais cuidadosa. É o caso do artigo de opinião. O que você sabe a respeito desse gênero? Geralmente, onde ele é veiculado?

Professor, aproveite esse momento para direcionar o olhar dos alunos para o gênero a ser trabalhado – artigo de opinião. Esclareça a eles que, quando alguém deseja expor seu modo de pensar por meio de um veículo de comunicação, é fundamental que se expresse de maneira clara, relacionando argumentos que sustentem o ponto de vista defendido.

Segundo Passo – Delimitação e problematização do tema

Professor, após conversar com os alunos sobre o gênero artigo de opinião, a partir da canção de Renato Russo, apresente a eles, em *datashow*, o artigo “Ambição e ética” de Stephen Kanitz, publicado na página: http://www.kanitz.com/veja/ambicao_e_etica.asp

Cada aluno poderá acessar o texto em seu *note, nets ou tablets*.

Ambição e ética

Ambição é tudo o que você pretende fazer na vida. São seus objetivos, seus sonhos, suas resoluções para o novo milênio. As pessoas costumam ter como ambição ganhar muito dinheiro, casar com uma moça ou um moço bonito ou viajar pelo mundo afora. A mais pobre das ambições é querer ganhar muito dinheiro, porque dinheiro por si só não é objetivo: é um meio para alcançar sua verdadeira ambição, como viajar pelo mundo. No fim da viagem você estará de volta à estaca zero quanto ao dinheiro, mas terá cumprido sua ambição.

As pessoas mais infelizes que eu conheço são as mais ricas. Quanto mais rico, mais infeliz. Nunca me esqueço de um comentário de uma copeira, na casa de um empresário arquimilionário, que cochichava para a cozinheira: "Todas as festas de rico são tão chatas como esta?" "Sim, todas, sem exceção", foi a resposta da cozinheira.

De fato, ninguém estava cantando em volta de um violão. Os homens estavam em pé numa roda falando de dinheiro, e as mulheres numa outra roda conversavam sobre não sei o que, porque eu sempre fico preso na roda dos homens falando de dinheiro.

Não há nada de errado em ser ambicioso na vida, muito menos em ter "grandes" ambições. As pessoas mais ambiciosas que conheço não são os pontocom que querem fazer um IPO (sigla de oferta pública inicial de ações) em Nova York. São os líderes de entidades benéficas do Brasil, que querem "acabar com a pobreza do mundo" ou "eliminar a corrupção do Brasil". Esses, sim, são projetos ambiciosos.

Já ética são os limites que você se impõe na busca de sua ambição. É tudo que você não quer fazer na luta para conseguir realizar seus objetivos. Como não roubar, mentir ou pisar nos outros para atingir sua ambição. A maioria dos pais se preocupa bastante quando os filhos não mostram ambição, mas nem todos se preocupam quando os filhos quebram a ética. Se o filho colou na prova, não importa, desde que tenha passado de ano, o objetivo maior.

Algumas escolas estão ensinando a nossos filhos que ética é ajudar os outros. Isso, porém, não é ética, é ambição. Ajudar os outros deveria ser um objetivo de vida, a ambição de todos, ou pelo menos da maioria. Aprendemos a não falar em sala de aula, a não perturbar a classe, mas pouco sobre ética. Não conheço ninguém que tenha sido expulso da faculdade por ter colado do colega. "Ajudar" os outros, e nossos colegas, faz parte de nossa "ética". Não colar dos outros, infelizmente, não faz.

O problema do mundo é que normalmente decidimos nossa ambição antes de nossa ética, quando o certo seria o contrário. Por quê? Dependendo da ambição, torna-se difícil impor uma ética que frustrará nossos objetivos. Quando percebemos que não

conseguiremos alcançar nossos objetivos, a tendência é reduzir o rigor ético, e não reduzir a ambição. Mônica Levinski, uma insignificante estagiária na Casa Branca, colocou a ambição na frente da ética, e tirou o Partido Democrata do poder, numa eleição praticamente ganha, pelo enorme sucesso da economia na sua gestão.

Definir cedo o comportamento ético pode ser a tarefa mais importante da vida, especialmente se você pretende ser um estagiário. Nunca me esqueço de um almoço, há 25 anos, com um importante empresário do setor eletrônico. Ele começou a chorar no meio do almoço, algo incomum entre empresários, e eu não conseguia imaginar o que eu havia dito de errado. O caso, na realidade, era pessoal: sua filha se casaria no dia seguinte, e ele se dera conta de que não a conhecia, praticamente. Aquele choro me marcou profundamente e se tornou logo cedo parte da ética na minha vida: nunca colocar minha ambição na frente da minha família.

Defina sua ética quanto antes possível. A ambição não pode anteceder-la, é ela que tem de preceder à sua ambição.

Publicado na Revista Veja edição 1684 ano 34 no 3 de 24 de janeiro de 2001

Professor, faça a leitura oral do texto para os alunos, a seguir, estabeleça uma interlocução com eles a respeito do artigo, por meio das perguntas seguintes que deverão ser digitadas e entregues a eles para que façam o registro das respostas em seus *laptops* ou *tablets*.

Questões sobre o texto

1. Observe a página em que o artigo foi publicado. Quem assina o texto?
2. O texto está escrito em primeira pessoa? Justifique sua resposta com exemplos do texto.
3. O artigo é sobre ambição e ética. Releia o primeiro e o quinto parágrafos. Responda: Como o autor define ambição e ética? Qual a relação entre elas?
4. Em um artigo de opinião é comum o autor:
 - apresentar sua opinião a respeito do assunto tratado logo no início do texto;
 - em seguida, expor argumentos para convencer o leitor a se posicionar a seu favor;
 - por fim, apresentar suas conclusões.
 Identifique essas partes no texto lido.

5. Para convencer o leitor ou ouvinte de uma dada opinião, é preciso apresentar argumentos, isto é, motivos que sejam capazes de justificá-la.

Observe o trecho: “A mais pobre das ambições é querer ganhar muito dinheiro, porque dinheiro por si só não é objetivo: é um meio para alcançar sua verdadeira ambição, como viajar pelo mundo. No fim da viagem você estará de volta à estaca zero quanto ao dinheiro, mas terá cumprido sua ambição.”

- a. Qual a justificativa do autor para a afirmação: “a mais pobre das ambições é querer ganhar muito dinheiro”?
- b. Operadores argumentativos são mecanismos linguísticos que permitem indicar a força e a orientação argumentativa dos enunciados, determinando o modo de dizer o que se tem para dizer.

A palavra *porque* em “porque dinheiro por si só não é objetivo: é um meio para alcançar sua verdadeira ambição, como viajar pelo mundo”, é um operador argumentativo?

Por meio dessa palavra (*porque*):

() introduz-se uma justificativa ou explicação para o enunciado anterior;

() estabelece-se uma relação de causa e consequência entre os enunciados.

c. Identifique, no texto, outras ocorrências do operador argumentativo porque, e explique a relação de sentido estabelecida por meio dele.

6. Os operadores mas, porém, no entanto, todavia – assinalam uma oposição entre argumentos explícitos ou implícitos no texto. Releia esta passagem do texto - quinto parágrafo – e explique a relação de sentido introduzida pelo operador mas.

“A maioria dos pais se preocupa bastante quando os filhos não mostram ambição, mas nem todos se preocupam quando os filhos quebram a ética. Se o filho colou na prova, não importa, desde que tenha passado de ano, o objetivo maior”.

7. Releia o quarto parágrafo do texto:

“Não há nada de errado em ser ambicioso na vida, muito menos em ter "grandes" ambições. As pessoas mais ambiciosas que conheço não são os pontocom que querem fazer um IPO (sigla de oferta pública inicial de ações) em Nova York. São os líderes de entidades benéficas do Brasil, que querem "acabar com a pobreza do mundo" ou "eliminar a corrupção do Brasil". Esses, sim, são projetos ambiciosos.”

a. O que se pode inferir da visão do autor sobre a corrupção no Brasil? Comente.

8. Releia o sexto parágrafo do texto:

“Algumas escolas estão ensinando a nossos filhos que ética é ajudar os outros. Isso, porém, não é ética, é ambição. Ajudar os outros deveria ser um objetivo de vida, a ambição de todos, ou pelo menos da maioria. Aprendemos a não falar em sala de aula, a não perturbar a classe, mas pouco sobre ética. Não conheço ninguém que tenha sido expulso da faculdade por ter colado do colega. "Ajudar" os outros, e nossos colegas, faz parte de nossa "ética". Não colar dos outros, infelizmente, não faz. “

A partir da posição do autor, manifeste sua opinião a respeito de ética.

Professor, faça a correção das questões em voz alta com os alunos, chamando a atenção deles para pontos importantes do texto.

Problematização do Tema

Professor, a partir das respostas das questões sobre o artigo de opinião, “Ambição e ética”, de Stephen Kanitz, chame a atenção dos alunos para a importância dos operadores argumentativos na indicação da força argumentativa dos enunciados, direcionando o leitor para a construção de determinados sentidos.

Aproveite esse momento para orientar os alunos a formular a pergunta que irá nortear as atividades de pesquisa que serão realizadas por eles.

Focalizando os operadores, uma possível pergunta poderia ser: Qual é a função dos operadores argumentativos no gênero discursivo artigo de opinião? Justificativa.

Professor, oriente os alunos a produzirem a justificativa, depois de realizadas as atividades de pesquisa. Desse modo, eles terão mais clareza da importância dos operadores argumentativos na articulação das ideias no texto, uma vez que esses elementos contribuem para o encaminhamento das decisões estratégicas, tomadas intencionalmente pelo autor do texto, ao construir a argumentação e ganhar a adesão do leitor. Eles deverão construir o texto, procurando responder à pergunta: por que é importante realizar um estudo sobre o emprego dos operadores argumentativos no gênero artigo de opinião?

Como mencionado anteriormente, introduzimos a leitura do artigo de opinião “Ambição e ética” com as duas perguntas finais da aula anterior que dizem respeito, mais especificamente, ao gênero a ser estudado.

Neste momento, direcionamos a atenção dos alunos para o gênero artigo de opinião a ser lido, buscando chamar a atenção para a necessidade do autor em defender, de forma clara e objetiva, seu ponto de vista. Pedimos-lhes que, primeiramente, ouvissem a leitura do texto procurando observar se a opinião exposta tinha essas características e de que forma os argumentos utilizados estavam relacionados a ela.

A proposta original pede que os alunos tenham acesso ao texto via *datashow*, ou através de *notebooks* ou *tablets* próprios. Não sendo possível a utilização de nenhum destes suportes e por considerarmos importante que cada aluno tivesse uma cópia do texto para sua leitura e estudo, preferimos xerografá-lo para todos.

Como esperado, uma vez que o tema é bem familiar para os alunos por ser, seguidamente, pauta de debates em telejornais e rodas de conversa, o texto causou grande participação dos alunos, com relatos de situações vividas ou experienciadas.

Em relação à execução das atividades, percebemos que os enunciados extensos comprometeram a compreensão global da questão, sendo necessário, por diversas vezes, esclarecer o que a pergunta almejava como resposta.

Outra dificuldade encontrada está relacionada aos termos específicos como “operadores argumentativos”, presentes em algumas questões, mas que não tinham sido mencionados anteriormente. Neste sentido, as questões elaboradas nesta atividade, que exploravam os sentidos dados pelos operadores argumentativos, não os relacionavam aos conhecimentos prévios dos alunos (conjunções coordenativas), ocasionando dúvidas e dificuldade de compreensão da questão.

O momento da correção foi, a nosso ver, extenso demais, visto que eram 8 questões para serem corrigidas, sem contar as contribuições dos alunos. Em dado momento, percebemos que a atenção dos estudantes já não era a mesma, principalmente porque as questões finais tratavam de itens específicos (operadores argumentativos) e não mais da compreensão do texto, o que não lhes chamou tanta atenção e, por isso, não houve tanto envolvimento.

Desse modo, consideramos que as questões principais de estudo, que objetivavam a exploração dos operadores argumentativos, por serem o foco da sequência aplicada, não foram plenamente desenvolvidas e exploradas como poderiam. Além disso, como sugestão dada pelas autoras, durante a correção das atividades o professor deveria chamar a atenção

dos alunos para pontos importantes do texto, mas não deixam claro que aspecto deveria ser enfocado (forma, conteúdo, estrutura, outros operadores, etc.).

Em seguida à correção das atividades e conforme solicitado na proposta de aula, chamamos a atenção dos alunos para a função e a importância dos operadores argumentativos no texto. Para isso, utilizamos alguns exemplos do próprio texto contrapondo-os com o uso de diferentes operadores para que os alunos pudessem observar e concluir que o uso dos operadores é importante e que as escolhas de determinados operadores alteram o sentido do texto. Porém, como a atividade de correção foi extensa, os alunos já estavam distraídos, o que, provavelmente, tenha comprometido a compreensão da nossa fala por parte deles.

Na aula seguinte, destinada à “problematização do tema”, diferentemente do que foi sugerido e considerando a necessidade da turma, os alunos foram orientados em como deveriam proceder para realizar o trabalho em grupo, bem como a atividade de pesquisa que realizariam na próxima aula com foco nos operadores argumentativos.

Os alunos tiveram muita dificuldade em relacionar as atividades realizadas até o momento (música e texto) com a pesquisa que fariam, uma vez que, a princípio, a sugestão de aula não relaciona os textos lidos aos operadores argumentativos de maneira explícita. Percebemos que, no decorrer da explicação e pelas perguntas que nos fizeram, eles não entenderam a motivação para pesquisar um assunto que não parecia ter alguma relação com o tema trabalhado. Apesar desse contratempo, a dificuldade em relacionar textos aos aspectos linguísticos estudados é uma atitude comum entre os alunos, não sendo um problema particular desta proposta.

Terceiro Passo – Hora da pesquisa

Os alunos, em grupo de cinco componentes, deverão realizar as atividades propostas.

Atividade 1

1. Os alunos deverão realizar uma pesquisa sobre os operadores argumentativos, a partir do seguinte roteiro:

a. Operadores argumentativos: definição

b. Os operadores argumentativos são utilizados para introduzir vários tipos de argumentos. Quais são os operadores mais comuns?

Sugestão de links para pesquisa:

<http://www.professorafrancinetecel.com/component/k2/item/8-os-operadores-argumentativos.html>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Operadores_argumentativos

2. Depois de acessarem os links, os alunos, a partir da pesquisa realizada, deverão identificar a relação de sentido estabelecida pelos operadores argumentativos em destaque no artigo “A origem da corrupção”, de Stephen Kanitz, disponível na página:
<http://www.kanitz.com/veja/corrupcao.asp>

A origem da corrupção

O Brasil não é um país intrinsecamente corrupto. Não existe nos genes brasileiros nada que nos predisponha à corrupção, algo herdado, por exemplo, de desterrados portugueses.

A Austrália que foi colônia penal do império britânico, não possui índices de corrupção superiores aos de outras nações, pelo contrário. Nós brasileiros não somos nem mais nem menos corruptos que os japoneses, que a cada par de anos têm um ministro que renuncia diante de denúncias de corrupção.

Somos, sim, um país onde a corrupção, pública e privada, é detectada somente quando chega a milhões de dólares e **porque** um irmão, um genro, um jornalista ou alguém botou a boca no trombone, não por um processo sistemático de auditoria. As nações com menor índice de corrupção são as que têm o maior número de auditores e fiscais formados e treinados. A Dinamarca e a Holanda possuem 100 auditores por 100.000 habitantes. Nos países efetivamente auditados, a corrupção é detectada no nascedouro ou quando ainda é pequena. O Brasil, país com um dos mais elevados índices de corrupção, segundo o *World Economic Forum*, tem somente oito auditores por 100.000 habitantes, 12.800 auditores no total. Se quisermos os mesmos níveis de lisura da Dinamarca e da Holanda precisaremos formar e treinar 160.000 auditores.

Simples. Uma das maiores universidades do Brasil possui hoje 62 professores de Economia, **mas** só um de auditoria. Um único professor para formar os milhares de fiscais, auditores internos, auditores externos, conselheiros de tribunais de contas, fiscais do Banco Central, fiscais da CVM e analistas de controles internos que o Brasil precisa para combater a corrupção.

A principal função do auditor **inclusive** nem é a de fiscalizar depois do fato consumado, **mas** a de criar controles internos para que a fraude e a corrupção não possam sequer ser praticadas. Durante os anos de ditadura, quando a liberdade de imprensa e a auditoria não eram prioridade, as verbas da educação foram redirecionadas para outros cursos. Como consequência, aqui temos doze economistas formados para cada auditor, **enquanto** nos Estados Unidos existem doze auditores para cada economista formado. Para eliminar a corrupção, teremos de redirecionar rapidamente as verbas de volta ao seu devido destino, para que sejamos uma nação que não precise depender de dedos duros ou genros que botam a boca no trombone, e sim de profissionais competentes com uma ética profissional elaborada.

Países avançados colocam seus auditores num pedestal de respeitabilidade e de reconhecimento público que garante a sua honestidade. Na Inglaterra, instituíram o *Chartered Accountant*. Nos Estados Unidos eles têm o *Certified Public Accountant*. Uma mãe inglesa e americana sonha com um filho médico, advogado ou contador público. No Brasil, o contador público foi substituído pelo engenheiro.

Bons salários e valorização social são os requisitos básicos para todo sistema funcionar, **mas** no Brasil estamos pagando e falando mal de nossos fiscais e auditores existentes e **nem ao menos** treinamos nossos futuros auditores. Nos últimos nove anos, os salários de nossos auditores públicos e fiscais têm sido congelados e seus quadros, reduzidos - uma das razões do crescimento da corrupção. Como o custo da auditoria é muito grande para ser pago pelo cidadão individualmente, essa é uma das poucas funções próprias do estado moderno. Tanto a auditoria como a fiscalização, que vai dos alimentos e segurança de aviões **até** os direitos do consumidor e os direitos autorais.

O capitalismo remunera quem trabalha e ganha, **mas** não consegue remunerar quem impede o outro de ganhar roubando. Há quem diga que não é papel do Estado produzir petróleo, **mas** ninguém discute que é sua função fiscalizar e punir quem mistura água ao álcool. Não serão intervenções cirúrgicas (leia-se CPIs), nem remédios potentes (leia-se códigos de ética), que irão resolver o problema da corrupção no Brasil. Precisamos da

vigilância de um poderoso sistema imunológico que combata a infecção no nascedouro, como acontece nos países considerados honestos e auditados. **Portanto**, o Brasil não é um país corrupto. É **apenas** um país pouco auditado.

Publicado na Revista Veja, edição 1600, ano 32, nº 22, de 2 de junho de 1999, página 21

Disponível em: <http://www.kanitz.com/veja/corrupcao.asp>

Atividade 2

Professor, discuta o artigo “Origem da Corrupção” com os alunos. A seguir, proponha a eles que assistam aos vídeos sobre o assunto:

- Fábula da corrupção - disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Rx6Gqu5Gq7A>
- O que você tem a ver com a corrupção - disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=hblBL1KTTfw>
- Eduardo Bueno - início da corrupção no Brasil - disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=n6tWt3IutmM&feature=relatedenda>

Após assistirem aos vídeos os alunos deverão produzir um artigo de opinião expressando o que eles pensam a respeito da corrupção.

Cada grupo deverá selecionar um texto para ser apresentado na sala de aula para colegas e professores e postado no Blog da turma.

Professor, oriente os alunos sobre os seguintes aspectos em relação à produção do texto:

- Utilize a primeira pessoa do singular.
- Defina com clareza a posição que vai assumir em relação ao assunto.
- Lembre-se de que você pode usar exemplos ou dados numéricos para comprovar seus argumentos.
- Utilize informações dos textos lidos sobre o assunto e também dos vídeos assistidos.
- Dê um título ao seu artigo, apresentando de forma indireta a sua opinião sobre o tema.
- Esteja atento ao emprego dos operadores argumentativos ao construir e organizar os argumentos.

Munidos das questões de pesquisa copiadas anteriormente, bem como das sugestões de links de pesquisa, os alunos realizaram a atividade no laboratório de informática com certa tranquilidade, pois a pesquisa pedia apenas a definição e exemplos de operadores argumentativos, algo que, em instantes, encontraram na internet e, simplesmente copiaram para os cadernos.

Porém, ao se depararem com a pergunta norteadora da pesquisa (justificativa): “Qual a função dos operadores argumentativos no gênero discursivo artigo de opinião? Justifique.” Os grupos encontraram sérias dificuldades em respondê-la, visto que não se encontra resposta pronta na internet.

Percebemos que essa dificuldade aconteceu por duas razões principais: primeiramente pela dificuldade dos alunos em compreender a pergunta devido ao seu vocabulário pouco ou nada familiar dando a impressão de que a pergunta é mais complexa do que o imaginado; além disso, as questões anteriores a respeito da definição e dos tipos mais comuns de

operadores argumentativos, por serem muito básicas, não forneceram subsídios mínimos para que os alunos formulassem uma resposta satisfatória para a questão. Por isso, foram necessárias diversas explicações e intervenções por parte da professora.

Cabe salientar aqui, que a sugestão de aula parte do pressuposto de que as categorias gramaticais que funcionam como operadores argumentativos já são de conhecimento prévio do aluno, nesse sentido, não nos parece coerente haver uma atividade de pesquisa que parta de questões básicas como definição e tipos mais comuns de operadores argumentativos, uma vez que são (ou deveriam ser) conceitos já dominados pelos estudantes.

A atividade seguinte, de leitura e análise dos operadores argumentativos em um artigo de opinião, é considerada sequência da pesquisa, mesmo não tendo uma relação direta entre uma e outra.

Uma vez que a maioria dos operadores destacados são conjunções (estudadas anteriormente), a maioria dos alunos conseguiu realizar, em casa, a análise proposta. Para tanto, a professora entregou um cópia xerografada para cada estudante.

No momento da correção, houve participação e esclarecimento de dúvidas. Pudemos perceber que alguns alunos conseguiram relacionar a “lista” de operadores copiada no caderno durante a pesquisa com sua função real no texto.

Em relação à atividade 1, de identificar a relação de sentido dos operadores presentes no texto, não há qualquer orientação de como proceder a correção do exercício, cabendo ao professor buscar a melhor forma de fazê-lo de acordo com sua realidade.

Já em relação ao conteúdo temático do artigo de opinião lido, por ser mais técnico e formal que o primeiro texto lido (também de Stephen Kanitz), não motivou tanto a participação dos alunos, que mal discutiram o teor do texto.

Aqui também, a nosso ver, faltou uma direção para discussão do texto, pois não há nenhum direcionamento por parte da autora do que e de como proceder a discussão com os alunos.

Após a correção desta atividade, os alunos assistiram aos vídeos propostos na sugestão de aula. Todos eles breves e tratando do tema “corrupção”. Julgamos positiva a sugestão dos vídeos, pois de formas diferentes abordam o mesmo tema e instrumentalizam os alunos para a produção textual que foi realizada posteriormente. Em seguida, tivemos uma rápida conversa a respeito do conteúdo visto nos vídeos.

Como proposto na atividade 2, solicitamos a produção de um artigo de opinião para os alunos a respeito do tema corrupção. Uma vez que as autoras da aula partem do pressuposto de que a estrutura do texto dissertativo é de conhecimento prévio dos alunos, eles foram

orientados a também utilizarem as informações discutidas desde a canção ouvida, passando pelos textos lidos e os vídeos vistos, para embasar seus argumentos.

Entregamos-lhes as instruções propostas pelas autoras da aula juntamente com uma folha pautada para que realizassem a produção do artigo de opinião¹¹. Esta atividade de cunho individual foi realizada já em grupos para que os alunos pudessem ajudar-se mutuamente na produção de seus artigos. Dentro do tempo previsto, a maioria dos estudantes conseguiu produzir seu artigo de opinião, no entanto, aqueles que não terminaram em sala de aula, foram orientados a terminarem suas produções em casa e trazerem prontas no dia seguinte.

Nesta etapa da sequência, identificamos alguns problemas. Mesmo que a produção textual tenha sido realizada individualmente, conforme sugestão de aula, os grupos deveriam escolher apenas uma para a apresentação na aula. Essa situação, em que o grupo é responsável por escolher apenas um texto para posterior apresentação, precisa ser bem mediada pelo professor, caso contrário a atividade seguinte pode não dar certo, uma vez que não há critérios claros para nortear a escolha do texto. Quando esses critérios não são ditos anteriormente, os alunos podem estabelecer os seus próprios a partir de laços de amizade ou de liderança, por exemplo.

Além disso, a proposta de produção não contempla uma situação real de comunicação, pois não insere a produção do artigo de opinião em um contexto social de uso, ficando praticamente restrito à apresentação em sala de aula, uma vez que a turma não possui *blog*. Nesse sentido, acreditamos que o professor poderia propor outras atividades que fizessem os textos dos alunos circularem socialmente, no ambiente escolar ou externo, como um mural no pátio, apresentação para outras turmas/para os pais, troca de textos entre turmas, criação de *blog* para publicação dos trabalhos dos estudantes, publicação no jornal da escola/bairro/município, por exemplo.

Quarto Momento: Socialização e Resultados da Pesquisa

Os alunos deverão organizar a apresentação do trabalho em *Power Point*, *KPresenter* ou no *Prezi*, com todos os passos do projeto, os artigos produzidos pelo grupo, finalizando com a resposta à pergunta que direcionou a pesquisa.

Inicialmente é preciso esclarecer que, para nós, esse quarto momento, de socialização dos textos e resultados da pesquisa, acaba ficando confuso em relação ao passo anterior, visto que antes cada grupo selecionou apenas um texto para apresentação, mas aqui, no 4º

¹¹ Exemplos de textos produzidos pelos alunos encontram-se no anexo 4.

momento, os alunos devem organizar a apresentação com os artigos produzidos pelos grupos, dando a entender que todos os textos deverão ser apresentados por meio de *slides*.

Em sala de aula, posteriormente à produção do artigo de opinião, houve um momento para os grupos selecionarem o texto para apresentar para a turma e posteriormente entregar para a professora para ser lido e avaliado juntamente com os demais passos do trabalho.

Na sequência do Portal, os alunos deveriam apresentar seu trabalho utilizando meio digital, o que não foi possível realizar por falta de horário disponível no laboratório de informática e falta de tempo dentro das aulas previstas para a aplicação da sequência. Identificamos, com isso, que a previsão de número de aulas feita pelas autoras não é suficiente, tendo em vista a quantidade de atividades propostas.

Dessa maneira, optamos por fazer uma apresentação coletiva dos passos do trabalho, para não se tornar uma atividade repetitiva e maçante. Todos os grupos foram convidados a construir o passo a passo do projeto juntos e a lerem os artigos selecionados por eles.

Durante a apresentação, cada grupo contribuiu com o que achou de mais relevante ou com o que encontrou mais dificuldade para levar o trabalho adiante. Como relevante, foi colocada a discussão sobre a corrupção, que desfez a crença de que só os políticos são corruptos. Já como dificuldade, a turma apontou a falta de relação entre os textos trabalhados e a pesquisa sobre os operadores argumentativos, dificuldade essa já manifestada anteriormente, uma vez que os textos lidos e estudados não remetiam aos operadores argumentativos. Ou seja, para os alunos, as atividades realizadas não ficaram claramente relacionadas.

No que concerne à apresentação dos artigos de opinião produzidos pelos grupos, sua apresentação foi bem aceita pela turma, não se tornando monótona ou cansativa, pois os textos traziam diferentes argumentos. Pensamos que a escolha do tema, nesse sentido, foi muito feliz, pois os alunos tinham o que dizer a respeito dele.

Já em relação à justificativa do trabalho, que deveria ser a pergunta norteadora, mesmo com as explicações dadas, alguns grupos tiveram dificuldade em respondê-la. Creditamos essa dificuldade à falta de um encadeamento das atividades que levasse os alunos a formular suas próprias conclusões sobre a importância do uso dos operadores argumentativos em artigos de opinião, uma vez que ficou visível que, para os alunos, eles não são tão essenciais. Até porque não há uma atividade que, de fato, mostre aos alunos essa importância sugerida pelas autoras.

Nesse sentido, seria importante, em nossa opinião, haver ao menos uma atividade em que a falta ou uso inadequado dos operadores argumentativos gerasse problemas de

compreensão do trecho em que eles estivessem inseridos, para que os alunos conseguissem visualizar com clareza a necessidade que há em usá-los adequadamente.

Recursos Complementares

Sugestão de links para os alunos:

Argumentação e linguagem dissertativa - disponível
em: http://www.youtube.com/watch?v=o7lR6zcLHcQ&feature=results_video&playnext=1&list=PL5E58ADE7BEB358B3

Sugestão de links a ser consultado pelo professor quando da elaboração de sua aula:

UCA - O texto argumentativo: a articulação entre as ideias do texto - disponível
em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=38520>

UCA - Editorial versus Artigo de opinião - disponível
em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=37887>

UCA - O texto argumentativo: a intencionalidade e as escolhas de linguagem - disponível
em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=38521>

UCA - Conhecendo a argumentação: tipos de argumentos - Disponível
em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=38507>

UCA - Marcas de oposição no texto - disponível
em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=35908>

Avaliação

A avaliação dos alunos deverá ser feita ao longo de todo o processo. Deverão ser levados em consideração os seguintes critérios:

- interesse e envolvimento na execução das atividades propostas;
- contribuição com material bibliográfico;
- pontualidade na entrega das atividades;
- domínio do conteúdo temático estudado (por meio da produção do artigo, por exemplo);
- organização na exposição dos resultados.

Fonte: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=41461>, acesso em 25/06/2014

A presença de *links* como recursos complementares tanto para alunos quanto para o professor é um ponto positivo, pois é um meio de aprofundar os conhecimentos sobre os assuntos abordados.

Considerando os tópicos propostos para a avaliação, percebemos que na maior parte das atividades houve a participação ativa dos alunos nas discussões e na realização das atividades, tanto individualmente quanto em grupo. Sobre a pontualidade na entrega das atividades, a maioria dos alunos realizou-as no tempo previsto e respeitou o prazo de entrega do trabalho escrito.

Infelizmente, a pesquisa realizada no laboratório não contribuiu de maneira significativa para o aprendizado dos alunos, uma vez que acabou ficando repetitiva, pois as questões da pesquisa eram básicas, limitadas e “fechadas”.

Apesar de esta sugestão de atividades selecionada abordar o tema “corrupção”, conhecido pela maioria dos discentes, ela não colabora para a sistematização e domínio do uso dos operadores argumentativos, já que não sistematiza o objeto principal de ensino. Isto é, não há gradação no conteúdo, indo do já sabido e acessível ao que se planeja aprender.

5.3 Breve análise da aplicação da sugestão de aulas

Em relação aos objetivos propostos inicialmente: 1) identificar características do gênero artigo de opinião; 2) verificar, por meio de análise de textos, a função dos operadores argumentativos na construção do gênero artigo de opinião; 3) analisar e produzir um artigo de opinião, considerando as características do gênero e as condições de produção; a sugestão de aulas aplicada não dá subsídios para que os alunos alcancem os objetivos 1 e 2, pois não contém atividades específicas voltadas ao ensino da estrutura do gênero, nem atividades suficientes para a assimilação dos operadores argumentativos e suas funções no texto e isso se reflete nas produções dos alunos.

Percebemos pelas suas produções textuais a ausência de operadores argumentativos ao longo dos textos, a falta de organização textual em determinados parágrafos e, até mesmo, a falta de conhecimento de como escrever um artigo de opinião, o que deveria ser conhecimento prévio.

Além disso, nesta sugestão de aula, não se explora o uso dos operadores argumentativos no artigo de opinião produzido pelos alunos, o que é um problema, visto que este estudo acaba se tornando sem propósito, uma vez que os alunos não recebem *feedback* de suas produções e do uso dos operadores em seus textos, em conformidade com a proposta.

O terceiro objetivo é atingido parcialmente, uma vez que, para a produção do artigo pelos alunos, não há nenhum tipo de orientação em relação às características e às condições de produção. Esses itens são contemplados apenas e brevemente nas questões relativas ao primeiro texto.

Esta sugestão de aula não propõe, ainda, algum momento de reescrita dos textos produzidos pelos alunos, nem ao menos o coloca como uma possibilidade, o que nos parece inadequado, uma vez que hoje se considera a escrita como um processo e um trabalho que envolve várias etapas, desde o planejamento até a reescrita de diferentes versões.

Nesse sentido, cabe a cada professor solicitar, conforme melhor lhe convier, a reescrita dos textos dos alunos, pois é preciso dar um *feedback* para eles do que produziram.

Ainda sobre a questão da falta de uma proposta de reescrita, se considerarmos que a escrita é um processo que envolve várias etapas e versões de escrita, desde seu planejamento até a versão final do texto, publicar num portal, que é visitado por muitos professores, uma sequência de aula sem propor algum tipo de reescrita se torna ainda mais problemático, pois não fornece parâmetros para os professores nortearem suas correções.

Apesar disso, a aplicação desta proposta didática, presente no Portal do Professor, mostra a potencialidade desta iniciativa para dinamizar as aulas de Língua Portuguesa (e demais disciplinas), no entanto, como observado na sugestão selecionada, nem todas as propostas cumprem os objetivos propostos inicialmente.

Como lacunas identificadas, percebemos ainda a falta de explicitação da concepção de gênero e filiação teórica que norteia a elaboração da proposta escolhida. Essa falta de norte pode causar certa confusão se considerarmos a diversidade de linhas que perpassam o ensino de Língua Portuguesa e, mais especificamente, da escrita.

Salvo essas considerações, não é possível desmerecer essa iniciativa governamental, uma vez que existem milhares de aulas de todos os tipos. Além do mais, a aplicação da proposta selecionada mostra a necessidade de o professor estabelecer critérios para a produção textual e correção dos textos, explicá-los minuciosamente aos alunos e solicitar as reescrituras dos textos que não atingirem os critérios mínimos necessários.

Portanto, apesar das lacunas existentes nesta proposta de aula, ela é válida por utilizar música e vídeos, motivando a participação dos alunos nos debates propostos, além de trazer à tona, em um ano eleitoral (2014), a discussão sobre corrupção e ética; por desfazer a crença de que apenas os políticos agem desonestamente, além de mostrar como cidadãos comuns, muitas vezes, agem de maneira desonesta em benefício próprio.

Até porque, por melhor que a proposta de trabalho seja, o professor é o protagonista no processo de seleção e de aplicação das aulas, pois é ele quem pode julgar qual é a mais adequada para suas necessidades no momento e aquela que vai ao encontro de suas crenças no que se refere ao ensino da língua.

Além disso, consideramos que o professor deve ser capaz de suprir as lacunas existentes nas propostas que lê e seleciona, apesar de saber também que muitos não têm essa preparação ao longo da graduação e vida profissional. Assim sendo, dado o alto investimento na proposta e em seu objetivo, é fundamental que os autores das aulas publicadas no Portal do Professor e em outros locais explicitem a base teórica que sustenta suas sugestões de aulas,

pois isso pode contribuir sobremaneira para a formação dos professores que acessarão e utilizarão essas aulas e para que esses façam uma escolha e aplicação conscientes do material. Desse modo, acreditamos que ele poderá ser melhor aproveitado no cotidiano escolar.

6 SEQUÊNCIA DIDÁTICA: APLICAÇÃO E ANÁLISE

Este capítulo apresenta uma sequência didática especialmente elaborada para esta pesquisa. Seu objetivo é levar os alunos de uma turma de 9º ano do ensino fundamental a escrever artigos de opinião utilizando os operadores argumentativos.

Para isso, primeiramente, apresentamos a sequência didática originalmente planejada e aplicada no primeiro bimestre de 2015. Na seção seguinte, fazemos o relato e a análise das atividades desenvolvidas. Por fim, na terceira e última seção, refletimos sobre a proposta apresentada e aplicada, suas potencialidades e limitações.

6.1 SEQUÊNCIA DIDÁTICA: Operadores argumentativos em artigos de opinião

Esta sequência didática, cujo conteúdo central é o ensino e a utilização dos operadores argumentativos em textos do gênero artigo de opinião, é composta por 12 aulas, 10 de 50 minutos e duas de cem minutos, para alunos de 9º ano do Ensino Fundamental. Em sua elaboração, considerou-se o conhecimento prévio dos alunos a respeito do gênero discursivo artigo de opinião. Esta sequência didática foi aplicada no início do ano letivo de 2015, em uma escola pública da rede municipal da cidade de Uberlândia/MG.

Sua estrutura está assim dividida: a primeira aula para a apresentação da situação comunicativa e produção inicial, e as demais divididas em três módulos. O módulo I, correspondente a três aulas, trabalha mais especificamente o gênero artigo de opinião; o módulo II focaliza o ensino dos operadores argumentativos em cinco aulas de 50 minutos; o módulo III pretende, ao longo de suas três aulas, instrumentalizar os alunos para a reescrita do texto e posterior publicação no *site* da escola.

Aqui, cabe salientar que, ao longo do módulo II, focalizamos no ensino dos operadores argumentativos de caráter aditivo e opositivo, pois observamos que os alunos não exploram nem utilizam todas as possibilidades de uso desses operadores que são os mais comumente utilizados no dia a dia. Por isso, optamos por focalizá-los objetivando ampliar sua utilização nos textos dos alunos.

APRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO

Segundo a proposta de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2011 [2004]), uma SD começa pela apresentação da situação comunicativa. Para os referidos autores, a apresentação da situação corresponde à descrição detalhada da tarefa oral ou escrita que os alunos devem realizar.

Por isso, neste primeiro momento, é importante “fornecer aos alunos todas as informações necessárias para que conheçam o projeto comunicativo visado e a aprendizagem de linguagem a que está relacionado”. (DOLZ, NOVERRAZ, SCHNEUWLY, 2011, p.85). É primordial, portanto, deixar claro para os estudantes o gênero que será abordado e seu suporte, os destinatários e demais envolvidos na produção inicial, além de preparar os conteúdos que serão produzidos nos textos.

1ª aula (100 minutos): Apresentação da situação comunicativa e primeira produção textual

Objetivos:

- Verificar os conhecimentos prévios dos estudantes a respeito do gênero artigo de opinião;
- Apresentar a situação comunicativa que motivará a produção textual dos alunos ao final desta sequência didática;
- Produzir o primeiro artigo de opinião a fim de verificar os conhecimentos que os alunos têm das características do gênero artigo de opinião, do tema que será abordado nesta SD e o modo como utilizam os operadores argumentativos de modo geral.

Atividades a serem desenvolvidas

1. Com as revistas e jornais em mãos e em duplas, os alunos devem manuseá-los para se familiarizarem com os textos comuns a esses veículos de informação.
2. Solicitar que leiam alguns textos presentes nos jornais e revistas, atentando-se para a variedade de gêneros publicados.
3. Localizar o texto que as duplas julgam ser um artigo de opinião.

4. Oralmente, solicitar que voluntários leiam seus textos selecionados e justifiquem suas escolhas. O que os levou a classificar tal texto como sendo um artigo de opinião?

É preciso que o professor se atente às respostas das duplas, complementando-as ou corrigindo-as conforme a necessidade.

5. Em seguida, a professora exporá aos alunos a situação comunicativa e o gênero discursivo contemplado na sequência didática em curso.

Esta produção inicial é parte de uma sequência didática em que serão trabalhados, dentro do gênero artigo de opinião, os operadores argumentativos.

Por isso, nesse primeiro momento, o aluno escreverá um artigo de opinião a partir do que conhece a respeito do tema: “Privacidade na internet”. É importante que a opinião do discente sobre este assunto polêmico fique clara no texto.

Para isso, o professor deverá dar as seguintes instruções aos alunos:

Seu texto deverá ser escrito para ser publicado no *site* da escola e no mural dos alunos.

Defenda um ponto de vista a respeito do assunto e selecione argumentos que ajudem na defesa de sua opinião.

Utilize a variedade culta da língua. Não esqueça título e parágrafos.

A professora fará a leitura em voz alta das orientações e esclarecerá eventuais dúvidas que os alunos tiverem, além de ficar à disposição dos estudantes para qualquer auxílio que seja necessário. Ao final da aula, a professora recolherá os textos produzidos.

ATENÇÃO! A produção inicial não deve servir como parâmetro de avaliação quantitativa, ou seja, seu objetivo não é a atribuição de nota, ao contrário, ela deve servir como parâmetro para organizar os módulos de trabalho a serem desenvolvidos com a turma a partir das dificuldades observadas na primeira produção escrita dos alunos.

MÓDULOS: Trabalhando o gênero artigo de opinião e os operadores argumentativos

Os módulos são constituídos por atividades sistemáticas que instrumentalizam o aluno a dominar o gênero discursivo no aspecto desejado. Neste sentido, é pertinente que o professor pense nas dificuldades de expressão apresentada pelos alunos, na maneira como trabalhar algum problema particular e em como capitalizar o que foi aprendido.

Nesta SD, os módulos focalizarão as dificuldades apresentadas pelos alunos em sua produção inicial, isto é, a dificuldade que os alunos encontraram em produzir um texto do gênero discursivo artigo de opinião, com suas características típicas, além da falta de variedade no uso dos operadores argumentativos de modo geral, uma vez que os alunos, em suas produções iniciais, utilizaram basicamente os operadores: e, mas, por isso, porque.

MÓDULO I: O gênero artigo de opinião

Aula 2 (50 minutos): Conversando sobre Privacidade na internet

Objetivos:

- Introduzir o tema “Privacidade na internet”, por meio da leitura e discussão de textos de gêneros diversos.
- Verificar os conhecimentos prévios dos alunos a respeito do tema abordado.

Atividades a serem desenvolvidas

1. Apresentar aos alunos, por meio de cópia ampliada (para turma) e cópias xerografadas individuais, as imagens abaixo:



Disponível em: <http://cartilha.cert.br/privacidade/>, acesso em 01/09/2014.

Para a leitura das imagens, a professora pede aos alunos que respondam oralmente às seguintes questões:

- O que você vê nas imagens?

- Qual atividade do cotidiano está representada?
- Que problema está correlacionado a essa atividade?
- Quando você usa a internet e as redes sociais, você se sente vigiado?

A partir das questões acima, a professora pode iniciar uma discussão sobre o modo como as imagens representam a realidade dos alunos.

2. Após, na sala de informática, assistir aos vídeos:

a) Privacidade na rede social (parte 1), disponível em
<https://www.youtube.com/watch?v=4J7PoVR3Rhc>

b) Privacidade na rede social (parte 2), disponível em
<https://www.youtube.com/watch?v=lbUvlcmMTJM>

Antes de assistirem aos vídeos, a professora entrega cópias xerografadas das questões seguintes a serem observadas pelos alunos enquanto assistem aos vídeos:

- O que os vídeos discutem?
- De que maneira as redes sociais se apropriam dos seus dados pessoais?
- Quais alternativas apontadas para que haja mais privacidade na internet?

3. Conversar com os alunos a respeito dos pontos anotados e daqueles que mais lhes chamaram a atenção:

- Você já havia pensado sobre as questões abordadas nas imagens e nos vídeos vistos?
- Você já teve sua privacidade virtual invadida ou conhece alguém que foi vítima disso?
- Na escola, como percebemos a invasão de privacidade virtual? Quais atitudes são comuns devido ao uso dos celulares e internet?

4. Após assistir aos vídeos e discutir sobre as questões abordadas, os alunos farão, coletivamente, uma síntese da aula em que constem os pontos abordados (o que foi visto nos vídeos e discutido em aula).

Sugestão: essa síntese pode ser feita em forma de resumo individual ou coletivo, utilizando o quadro ou, ainda, em forma de tópicos.

Aula 3 (50 minutos): Condições de produção, conteúdo temático e objetivos de um artigo de opinião

Objetivos:

- Conhecer o contexto de produção do gênero artigo de opinião;
- Investigar o que é dizível por meio de um artigo de opinião;

Atividade a serem desenvolvidas

Professor, para a execução desta aula é importante que os alunos tenham em mãos ou em seus cadernos os artigos selecionados na primeira aula desta sequência didática.

1. Solicitar que os alunos releiam o artigo de opinião selecionado na primeira aula.
2. Após a leitura, a professora deve questionar a sala: quais características presentes nos textos lidos nos dão pistas de que eles são artigos de opinião?

Nesse momento, a professora discute com os alunos sobre o contexto de produção de um artigo de opinião¹²:

- Título;
- Autor do texto e seu papel social;
- Assinatura;
- Interlocutores (leitores);
- Momento e espaço da produção;
- Finalidade da escrita
- Suporte de circulação do texto e localização do texto dentro do suporte (suporte escrito e *online*)

- Grau de formalidade entre os interlocutores e variedade linguística utilizada;
- Contexto em que o texto está inserido;
- Tipo de linguagem utilizada
- Situações sociais de uso do gênero artigo de opinião.

3. Em seguida, cada aluno recebe o quadro abaixo para que preencha com as informações do texto selecionado.

¹² Baseamo-nos em Bräckling (2001)

Título do artigo de opinião:
Suporte, data e local de publicação:
Autor do texto e sua função social:
Possíveis leitores:
Tema/ assunto/ questão abordada:
Objetivo (finalidade) do artigo de opinião:

4. Solicitar que alguns voluntários, cujos textos selecionados em jornais ou revistas, foram lidos anteriormente, socializem suas respostas com a turma.

5. Em seguida, cada dupla socializa o que escreveu no item “tema/ assunto/ questão abordada”.

Esta última atividade procura levar o aluno a concluir que os assuntos mais abordados em artigos de opinião têm caráter polêmico, por isso geram discussões e acabam sendo motivos de inúmeros textos com diversos pontos de vista.

Aula 4 (100minutos): Estrutura composicional e estilo do artigo de opinião

Objetivos:

- Apresentar a estrutura composicional e o estilo do gênero artigo de opinião.
- Conceituar, coletivamente, artigo de opinião.

Atividades a serem realizadas

1. Entregar aos alunos uma cópia xerografada do artigo de opinião intitulado: “As redes sociais e o direito à privacidade”, a seguir:

As redes sociais e o direito à privacidade

17/08/2012 | 00:04 | ADRIANA D'AVILA OLIVEIRA

A importância do direito à privacidade é tão grande que a própria pessoa, ainda que deseje, não pode renunciar ou abdicar dele. Isto porque, segundo a Constitucional Federal (artigo 5º, X), são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

A exposição das pessoas, de suas famílias, hábitos, preferências e dados nas redes sociais são tamanhos, que existem estudos e inúmeras matérias visando conscientizar a população sobre o uso imoderado da internet. Os estudos e apelos, **todavia**, apontam para um “mundo incontrolável”, no qual ainda não é possível avaliar as extensões dos riscos versus benefícios, pois ao mesmo tempo em que se ganhou maior divulgação do conhecimento e das ideias, inclusive com encurtamento e aproximação das pessoas, abriu-se espaço para situações muito perigosas.

As pessoas físicas que se expõem nas redes sociais estão sofrendo todo tipo de ataque. Seus desafetos acabam criando situações constrangedoras que, quando atingem as redes, tornam-se um caminho sem volta. A mentira passa a ser verdade e ponto final.

Não é raro que as pessoas se descuidem e postem informações nas redes sociais que possam ir contra seus interesses e acarretam, inclusive, a perda de amigos, família, emprego, etc.

Existem grupos de pessoas mal intencionadas, que se especializaram em retirar informações da rede para uso em golpes, seja virtual, ou presencial. Um exemplo recente é o uso das postagens *online* e *ontime*. Isto ocorre quando alguém informa na rede que em determinado dia e hora está em determinado local. Quando esta pessoa chega descobre que foi visitada por assaltantes. Os bandidos aproveitam a informação, calculam o tempo que a pessoa levaria do lugar onde está até sua residência e fazem o assalto neste intervalo.

As pessoas jurídicas, por sua vez, embora utilizem a internet como meio de divulgação e venda de seus produtos ou serviços, inúmeras vezes se veem acuadas por informações também inverídicas e que podem levar seu negócio a derrocada, ou quando não, a prejuízos de grande monta, contra os quais a empresa precisa trabalhar durante meses e meses no vermelho.

O poder público, de modo geral, não tem condições de controlar, ou mesmo impedir que determinadas informações sejam veiculadas ou depois sejam retiradas da internet, pois a partir do momento que apenas uma pessoa recebe determinado arquivo e repassa a sua rede de contatos, não há mais como segurar a corrente de e-mails que se forma com uma rápida disseminação.

O Poder Judiciário está às voltas com inúmeras liminares determinando a retirada de determinadas publicações das redes sociais. **Todavia**, tais liminares são cumpridas parcialmente, pois após a primeira divulgação, como já exposto, não há como proibir o “resto do mundo” de continuar reencaminhando o arquivo indefinidamente.

A situação chega a ser engraçada, para não dizer tragicômica, pois as varas de família, as varas empresariais, as varas cíveis, enfim, estão resolvendo conflitos gerados na internet, com casos em que marido descobre traição de mulher e vice-versa, empresas falam mal das concorrentes, clientes reclamam dos fornecedores e por aí vai. Há situações graves e que merecem atenção do Poder Judiciário, outras, **no entanto**, nem deveriam sair da virtualidade, pois não há relevância ou interesse, seja individual ou coletivo.

A graça ainda continua quando numa mesma mesa, num restaurante, todos estão conectados com seus *iphones*, *smartphones* e *ipads*, mas não trocam uma palavra entre si. Para os tímidos, aparentemente, é o melhor dos mundos. Ele não perceberam, **entretanto**, que não haverá razão ou chance para mudança de postura, aprendizado e crescimento para superar esta fragilidade.

Neste contexto, o tão prestigiado direito à privacidade, mesmo irrenunciável, foi rejeitado e está esquecido. O ser humano conseguiu atingir nível de exposição virtual tão severo, que ainda que deseje retornar a uma vida mais reservada, não terá meios hábeis para alcançar tal pretensão. Sobrará a expectativa que o tempo faça com que algumas coisas caiam no esquecimento.

Como sabido, o tempo é o senhor de tudo e por enquanto é a única cura para exposição demasiada e irregular nas redes sociais, pois, infelizmente, nenhum órgão público, nem mesmo o Poder Judiciário, pode conter a fúria e a velocidade deste meio de comunicação e divulgação de dados.

A internet é deste tempo e do tempo que virá, cada vez com mais força. **Todavia**, não se deve esquecer que a honra tem valor, que a vida real é mais emocionante e que só ela pode deixar marcas e histórias que são passadas de geração em geração, possibilitando o engrandecimento da humanidade.

Adriana D'Avila Oliveira, pós-graduada em Direito Empresarial e Direito Processual Civil, membro do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-PR e do Instituto dos Advogados do Paraná. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/justica-direito/artigos/conteudo.phtml?id=1287040>, acesso em 25 de agosto de 2014.

Os alunos deverão realizar uma primeira leitura silenciosa do texto, para se familiarizarem mais com o gênero e suas especificidades.

2) Após a leitura inicial, a professora proporá algumas questões a serem respondidas oralmente, retomando os aspectos estudados na aula anterior, tais como:

- Em que tipo de suporte podemos encontrar um artigo de opinião?
- Para quem ele foi produzido?
- Quando foi produzido?
- Em que esfera comunicativa ele se insere?
- Qual a função de um artigo de opinião?
- Qual o assunto tratado no texto? Ele causa polêmica? Por quê?
- Quem escreveu o texto? Qual sua relação com o tema abordado?
- Qual(is) opinião(ões) a autora defende?
- Quais são os argumentos usados pela autora para defender seu ponto de vista?

3) Em duplas, os alunos farão uma nova leitura do texto, procurando identificar a estrutura composicional do artigo de opinião lido:

- a) Título
- b) Assinatura
- c) Apresentação do tema (sublinhar com lápis de cor azul)
- d) O ponto de vista do autor (tese) (sublinhar com lápis de cor verde)
- e) Os argumentos que sustentam o ponto de vista (sublinhar com lápis de cor vermelho)
- f) A conclusão (sublinhar com lápis de cor amarelo)
- g) Linguagens
- h) Apresentação do texto: prosa ou verso
- i) Tipos textuais presentes

4. Fazer a correção da atividade 3, de forma oral, enfatizando a relação existente entre os itens sublinhados (tema – ponto de vista – argumentos – conclusão) e as partes que compõem o artigo de opinião: introdução (com apresentação da tese), desenvolvimento (com a exposição de argumentos e contra-argumentos) e a conclusão (com apresentação de uma solução ou a retomada da teses).

5. Em seguida, os alunos deverão reler o texto observando e anotando as principais marcas linguísticas (estilo) presentes neste artigo de opinião. Para tanto a professora entregará uma folha com as seguintes instruções:

Releia o texto procurando observar algumas marcas linguísticas ali presentes. Anote suas considerações a respeito de cada item abaixo para posterior discussão em aula.

- | | |
|----|--|
| a) | Tipos de verbos utilizados, modos e tempos verbais frequentes. |
| b) | Tipo de frase predominante. |
| c) | Pessoa do discurso utilizada. |
| d) | Uso de operadores argumentativos (articuladores textuais). |
| e) | Presença de outras vozes (referências, citações, etc.). |
| f) | Quais palavras são indicadoras de avaliação por parte do autor do texto? |

Fazer a verificação da atividade 4, de forma oral, enfatizando as marcas linguísticas comuns ao gênero artigo de opinião, como forma de caracterizá-lo.

6. A partir das constatações feitas oralmente, o professor deverá sistematizar o que foi dito na verificação da atividade 4. Para tanto, poderá escrever no quadro a frase: “Em um artigo de opinião temos:” e então elencar cada um dos itens analisados anteriormente.

7. Após a realização das atividades a respeito de cada elemento que compõe o gênero artigo de opinião, conceituar coletivamente artigo de opinião em seus aspectos principais: conteúdo temático, estrutura composicional e estilo.

Essa atividade é importante para os alunos refletirem sobre a produção que fizeram na primeira aula desta SD, para perceberem se aquilo que escreveram e como escreveram pode ser considerado um artigo de opinião.

Módulo II: Os operadores argumentativos

Aula 5 (50 minutos): Operadores de caráter opositivo

Objetivos:

- Verificar a compreensão do texto lido.
- Verificar a compreensão dos alunos a respeito dos operadores argumentativos de caráter opositivo¹³.

Atividades a serem desenvolvidas

1. Iniciar a aula relembrando o texto lido na aula anterior. Se for necessário, realizar uma nova leitura do texto.

¹³ Optamos por trabalhar mais especificamente os operadores argumentativos de caráter opositivo e aditivo por serem os de uso mais habitual pelos alunos com o propósito de colaborar na ampliação de seu vocabulário.

2. Solicitar que os alunos respondam em seus cadernos as questões abaixo:
- Por que a autora faz referência, no parágrafo de introdução, à constituição brasileira?
 - A autora utiliza a expressão “mundo incontrolável” para se referir a quê?
 - Quais os riscos de uma exposição demasiada para pessoas e empresas?
 - Por que a autora afirma que “o tempo é o senhor de tudo e por enquanto é a única cura para exposição demasiada e irregular nas redes sociais”?
 - O texto apresenta uma solução para o problema da superexposição nas redes sociais? Qual seria?
 - As palavras em negrito marcadas ao longo do texto são chamadas de operadores argumentativos e são responsáveis por encadeamentos entre ideias, períodos, parágrafos e, até mesmo, trechos do texto, determinando o sentido dos trechos em que estão inseridos e o modo como devemos lê-lo. Que sentido eles dão ao texto lido? Que relação elas estabelecem entre os períodos?

Ao realizar a correção das questões acima, a professora deve chamar atenção para a função, no texto, dos operadores argumentativos de caráter opositivo (se estão contrapondo itens, orações, ideias):

3. Em seguida, a professora distribuirá a atividade abaixo, lendo o enunciado e tirando as dúvidas que surgirem:

Interprete os textos a seguir, a partir do sentido que os operadores argumentativos de caráter opositivo dão aos enunciados:¹⁴

- Ao perguntar sobre a nova aluna da turma, Roberto recebe a seguinte resposta: “Ela é muito bonita, mas mal educada”. Que característica da aluna foi destacada?
- No dia da escalação do time da escola, o técnico diz a Vagner: “Você está acima do peso, porém é ágil”. E, aí, ele tem chances de ser escalado ou não?
- Um grupo de amigos vai se formar e procura um salão de festas para alugar. Na visita a um imóvel, Raquel diz aos amigos: “O salão é bem bonito, mas é caro!” Enquanto o restante do grupo afirma: “O salão é caro, mas é bonito!” Quem é mais favorável ao aluguel do salão de festas visitado?

¹⁴ Atividade baseada em exercícios disponíveis em Figueiredo, Balthasar e Goulart (2012, p.242-249).

d) Marta vai visitar sua prima, no Rio de Janeiro, e a convida para ir a um baile funk. Como resposta, a prima lhe diz: “Sou carioca, contudo detesto funk.” O que está implícito na fala da prima de Joana?

e) Em um tribunal, o juiz inicia a leitura da sentença do réu dizendo: “Um assassinato é um crime gravíssimo e, por isso, deve ser punido. Entretanto, condenar o réu à pena de morte seria cometer um erro na tentativa de reparar outro anterior”. É possível afirmar que o juiz é a favor ou contra a pena de morte?

f) Diante da vitrine de roupas em promoção, Rosane pensa: “Embora esta calça esteja com um preço ótimo, prefiro evitar gastos”. Rosane acaba comprando a calça em promoção?

Discutir com os alunos as diferentes situações apresentadas e os diversos usos dos operadores de caráter opositivo.

Aula 6 (50minutos): Operadores de caráter aditivo

Objetivo:

- Verificar a compreensão do texto lido.
- Identificar as características típicas do gênero artigo de opinião, considerando o que os alunos já conhecem sobre o gênero.
- Verificar a compreensão dos alunos a respeito dos operadores argumentativos de caráter aditivo.
- Retomar o que são operadores argumentativos que estabelecem sentido de adição

Atividades a serem desenvolvidas

1. Escrever no quadro o título do texto a ser lido. Pedir aos alunos que levantem hipóteses sobre o provável enfoque que será dado ao texto.
2. Entregar para cada aluno uma cópia xerografada do texto abaixo.

Privacidade na internet: tá na chuva... é pra se molhar!

24 de abril de 2013, às 07:08

Pode ser vitimização ou simplesmente falta de atenção ou leitura, mas é espantoso o número – cada vez maior – de internautas que reclamam de questões relacionadas à privacidade na internet e como os *sites*, em especial as redes sociais, se utilizam de nossas informações para fins principalmente comerciais. Ou seja, a forma como nossos dados são utilizados para que produtos e serviços sejam oferecidos a nós.

Antes de tudo é bom lembrar que a privacidade, neste caso, pode ser entendida como o controle que uma pessoa tem sobre as informações de si mesma, evitando que essas possam expô-la de forma indevida ou prejudicial.

Os casos mais lembrados são o do Facebook, maior rede social do mundo, e a Google, que **além de** saber o que procuramos diariamente, nos oferece diversos serviços que facilitam o dia a dia. Isso sem contar que o sistema operacional *Android*, desenvolvido pela empresa, está presente em mais da metade dos celulares e *smartphones* vendidos no planeta, dando a deixa para que informações como contatos, ligações e a localização possam estar sendo utilizados pela mesma.

Mas não pense que a privacidade é algo que esses *sites/empresas* levam nas coxas. Este é um assunto de primeira importância na lei dos poucos países que já possuem legislações voltadas à internet, como é o caso dos EUA. No Brasil, o Marco Civil da Internet*, lei ainda não aprovada e que vai definir as diretrizes de uso da rede no país para usuários, empresas, governos e justiça, trata claramente sobre a privacidade e a guarda dos dados dos usuários – seja pelos *sites* ou pelos provedores de internet – e a forma como essas informações serão armazenadas e utilizadas.

Mas um ponto crucial a ser lembrado nesta discussão é o custo e o lucro para as empresas. Estamos em um sistema que visa pura e simplesmente o lucro. Seria ingenuidade pensar que Mark Zuckerberg criou e manteve o Facebook apenas para permitir que as pessoas pudessem compartilhar suas preferências, fotos ou momentos com amigos e família. Tanto é que ele já lucrou mais de U\$ 30 bilhões. Isso se torna mais evidente pelo fato de que, hoje, o Facebook é uma empresa listada em bolsa de valores e seus acionistas querem saber, é claro, de lucro.

Além disso, manter algo na internet tem um custo que geralmente não é barato. Imagine então uma rede com mais de um 900 milhões de usuários ou um mecanismo de busca que atende bilhões de pessoas por dia. Para que isso não seja cobrado do usuário, a publicidade entra em campo, garantindo o suporte mínimo para que esses *sites* gerem lucro. As empresas que anunciam na internet contam com a customização das campanhas publicitárias, o que permite que elas cheguem o mais próximo possível do público que desejam. Mas essa facilidade usa como meio as nossas informações. É clássico, por exemplo, o caso dos anúncios do *Gmail*, onde, logo após enviar um e-mail, o *Google* nos mostra um anúncio que tem a ver exatamente com o assunto da mensagem enviada. Mas então como utilizar estes *sites* sem que suas informações possam ser usadas de forma

indevida? A resposta tem que ser dada pelo próprio internauta. **Tanto** nos serviços que utiliza – lembrando que eles são opcionais, **quanto** nas informações que o mesmo disponibiliza e para quem disponibiliza.

A questão não é simples e ninguém quer sair perdendo. Portanto, cuidado nunca é pouco sobre o que colocamos na internet. Quem está na chuva, se não utilizar guarda-chuva, vai se molhar. Para quem quer entender um pouco mais ou ter exemplos sobre o assunto, a dica é a Cartilha de Segurança do Comitê Gestor da Internet, que está disponível no endereço cartilha.cert.br/privacidade/.

Artigo de Cleverson Lima, acadêmico de Comunicação na PUC-PR
Disponível em <http://blogs.odiario.com/dinizneto/2013/04/24/privacidade-na-internet-ta-na-chuva-e-pra-se-molhar/>, acesso em 25 de agosto de 2014

*o Marco Civil da Internet foi aprovado recentemente, em 23/04/2014, e entrou em vigor a partir de 23/06/2014.

A leitura será realizada em voz alta, por alunos voluntários.

3. Depois da leitura, os alunos deverão responder às questões abaixo que retomam as aulas anteriores:

- a) Qual a questão enfocada no artigo de opinião? Em que ela difere do texto anterior?
- b) Você acha que o autor é alguém habilitado a escrever sobre o tema presente neste texto?
- c) Qual o propósito ou quais são os propósitos deste artigo?
- d) Qual o modo e tempo verbais predominantes no texto? Levante hipóteses: por que o autor escolheu utilizá-los em seu texto?
- e) De que forma o autor encerra seu texto: ele apenas retoma o assunto ou aponta uma solução? Justifique.
- f) O texto foi escrito utilizando a norma culta da língua portuguesa, em uma linguagem predominantemente formal. No entanto, em alguns momentos, o autor utilizou algumas expressões mais informais. Identifique-as e explique o motivo desse emprego.
- g) De que maneira as empresas lidam com a privacidade dos usuários da internet e das redes sociais?
- h) Segundo o texto, quem é o maior responsável pelos dados pessoais contidos na web? Como cuidar para que esses dados não sejam usados indevidamente?

i) Na sua opinião, quais os cuidados que se deve ter ao utilizar a internet e as redes sociais? Assim como no texto: “As redes sociais e o direito à privacidade”, as palavras em negrito marcadas ao longo deste texto também são operadores argumentativos. Neste caso, que sentido eles dão ao texto lido? Que relação essas palavras estabelecem entre os períodos?

Fazer a correção da atividade 4, enfatizando a questão sobre os operadores argumentativos de caráter aditivo.

4. Em seguida, a professora distribuirá aos alunos a atividade abaixo, solicitando que a realizem individualmente.

Observe o uso dos operadores argumentativos de sentido aditivo e responda ao que se pede:

a) Que palavra do enunciado abaixo dá ideia de adição? O que está sendo adicionado?



b) Que palavra dá ideia de adição? Que sentido ela estabelece no enunciado?



c) E nesta frase, qual expressão indica adição de ideias? Neste caso, seria possível utilizar o operador argumentativo “e”? Justifique.



O tempo não só cura, mas também reconcilia.
 (Victor Hugo)

kdfrases.com

* as imagens desta atividade foram retiradas da rede social *facebook* em 03 de novembro de 2014.

5. Fazer a correção da atividade explicitando o uso dos operadores argumentativos que somam argumentos, mas que são menos comuns de se encontrar em enunciados e textos, como, por exemplo, ainda, não só... mas também.

Aula 7 (50 minutos): Estudando os operadores argumentativos

Objetivos:

- Conhecer os principais tipos de operadores argumentativos (conforme Koch, 2007);
- Explorar o uso dos operadores argumentativos e o sentido desses no texto.
- Perceber a importância da articulação entre as partes do texto utilizando, para isso, os operadores argumentativos.

Atividades a serem desenvolvidas

1. Relembrar oralmente os textos lidos nas aulas anteriores.
2. Em seguida, a professora chama a atenção dos alunos para as palavras destacadas nos textos, relembrando a função dos operadores argumentativos nos artigos de opinião. Salientar que, sem eles, a construção de sentido ao longo do texto fica comprometida assim como o direcionamento argumentativo pretendido.
3. Distribuir aos alunos a tabela de operadores argumentativos a seguir, fazer a leitura conjunta e dirimir quaisquer dúvidas dos alunos.

Considerando os estudos de Koch (2007, p.30-44), os principais operadores argumentativos são divididos em nove categorias considerando suas funções nos textos:

a) operadores que assinalam o argumento mais forte dentro de uma escala que direciona para determinada conclusão: até, mesmo, até mesmo, inclusive.

- b) operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão: e, também, ainda, não só...mas também.
- c) operadores que introduzem uma conclusão relacionada a um argumento apresentado anteriormente: portanto, logo, pois.
- d) operadores que permitem introduzir argumentos alternativos e levam a conclusões opostas ou diferentes: ou, ou então, quer...quer.
- e) operadores que estabelecem relações de comparação entre elementos, visando atingir determinada conclusão: mais que, tão...como.
- f) operadores que introduzem uma justificativa ou explicação: porque, já que, pois.
- g) operadores que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias: mas (porém, contudo, todavia, entre outros), embora (se bem que, ainda que, posto que, entre outros).
- h) operadores que introduzem conteúdos pressupostos: já, ainda, agora.
- i) operadores que, de acordo com a maneira que foram empregados, podem tanto estabelecer uma conclusão positiva, quanto uma conclusão negativa: tudo, todos (afirmação), nada, nenhum (negação).

4. Em seguida, distribuir aos alunos o texto abaixo e pedir que o leiam silenciosamente, da forma como está.

REDES SOCIAIS: exposição ou intromissão?

As redes sociais instalaram-se definitivamente no dia-a-dia das pessoas, seja por diversão, amizade ou motivos profissionais. O certo _____ (argumento mais forte) é que a internet trouxe o universo para dentro de nossas casas. E por esse motivo, a exposição das pessoas nas redes sociais não para de crescer. _____ (argumento contrário) até que ponto as redes sociais podem ajudar ou atrapalhar? Quais são os limites e os riscos sobre o que se publica nos *sites*?

Essa maneira rápida de se comunicar que a internet proporciona, aproxima quem está longe, _____ (comparação) pode distanciar quem está perto. Ou seja, _____ (argumento mais forte) unir pessoas e criar laços _____ (adição de argumentos) pode servir de palco para confusões, fofocas, intrigas, desfazer namoros e _____ (argumento mais forte) casamentos. Tudo depende do uso que dela se faz. Já vi muita gente se lamentando

por ter imagem comprometida, procurando em vão pelos fofoqueiros e culpados. E eu pergunto: Quais as precauções que tiveram com o que compartilharam?

Justiça seja feita, nem tudo é ruim, as vantagens são inúmeras, dentre elas, destaco: facilidade de comunicação entre as pessoas e maior acesso às informações. No âmbito profissional, por exemplo, empresas se mantêm conectadas para descobrir talentos _____ (adição de argumentos) observar o comportamento de pretendentes a empregos. Isso mesmo, o acesso aos candidatos nas redes sociais vem sendo cada vez mais utilizado para complementar o mapeamento do perfil do profissional. Atualmente, há _____ (argumento mais forte) redes sociais exclusivas para relacionamento profissional. São muitas as informações levantadas, tais como: hábitos, hobbies, preferências, habilidade de relacionamento, comportamento ético e _____ (argumento mais forte) a redação. Redes Sociais são excelentes ferramentas de marketing e devem ser aproveitadas como tal, em todo o seu potencial.

Pois bem, mas o que me levou mesmo a escrever sobre esse assunto foi perceber a exagerada exposição virtual de alguns. Entendo que quando se cria um perfil em uma rede social, é inevitável que isso aconteça, _____ (argumento contrário) é imprescindível um limite. O que anda acontecendo que, de repente, certas pessoas acham natural indicar passos de suas vidas e suas localizações, 24h por dia? Parece que o fato de não ficarem olho no olho faz com que ignorem os perigos e acabem publicando informações demais. Não dá pra entender. De que adianta erguer muros altos em volta da casa, cercar-se de alarmes e dispositivos de segurança e deixar livre o acesso à vida pessoal através dos meios virtuais? Sobram informações sobre rotina diária, compras, e por vezes fotos íntimas. Qualquer um pode acessar essas informações. Ninguém anda pelas ruas distribuindo abertamente cartões com seus telefones e endereços a desconhecidos. Por que divulgá-los na internet? Existem histórias de pessoas que sofreram ameaças de sequestro que podem ter vindo de qualquer lugar do mundo. Ou seja, no mundo virtual, _____ (comparação) no mundo real, é necessário preservar a própria privacidade. Afinal, o mundo virtual, faz parte do mundo real. Não é um "universo paralelo".

_____ (adição de argumento) é comum pessoas criticarem seus chefes, colegas, ou tarefas a fazer. Brincadeira ou não, isto pode ser entendido como falta de ética, desinteresse ou inabilidade para lidar com problemas. _____ (argumento mais forte) foi bastante divulgado o caso da jovem britânica, Kimberely Swann que foi demitida após postar em certo *site* que seu emprego era chato. Outra jovem (não me recordo onde li a matéria) divulgou no Facebook sua festa de aniversário e a notícia se espalhou de tal forma

que sua casa foi “invadida” por pessoas que jamais havia visto na vida. Também me contaram uma história de certa pessoa que publicou em uma rede social que tinha bebido todas e que teria uma ressaca daquelas. Não deu outra. No dia seguinte não conseguiu acordar e só chegou ao trabalho no turno da tarde, quando foi justificar ao chefe: “Não estava me sentindo bem”. Este, por sua vez, disse: “Não podia ser diferente, afinal você já chegou de manhã em casa e bêbada. Eu li em sua *timeline*”. Mais uma vez, fica claro que é importante gerenciar a reputação pessoal e profissional na rede. Querendo ou não, todos nós exercemos influência sobre as pessoas com as quais convivemos, seja pessoalmente ou pelas redes sociais. Afinal, por que publicar que estava bêbada e fazer *check-in* por onde passa e quando chega em casa? Quantas pessoas poderiam se aproveitar negativamente dessa informação? Pra que facilitar o trabalho do bandido?

Aqui vão algumas dicas para evitar excesso de exposição:

- Tenha sempre bom senso e cautela ao compartilhar informações em redes sociais. Nunca adicione pessoas desconhecidas.
- Evite ao máximo postar fotos e vídeos de caráter mais íntimo.
- Nunca compartilhe *posts* que possam identificar seu endereço ou demonstre situações de seu nível socioeconômico.
- Lembre-se de que, além de compartilhar informações com seus amigos diretos, há pessoas nas listas deles que verão seus *posts*, dependendo das configurações de privacidade que você adotar.
- Antes de postar qualquer material, pense sempre no seu perfil como se ele fosse totalmente aberto a todos. Configurações de segurança podem falhar e acabar expondo dados que você não pretendia disponibilizar.
- Fique atento: informações nas redes sociais são, em alguns casos, indexadas a ferramentas de busca *online* e facilmente rastreadas por terceiros.
- Sempre revise suas configurações de privacidade.

Não estou aqui para “apontar o dedo” e condenar ou amedrontar este ou aquele. É claro que se pode compartilhar fotos e informações pessoais com familiares e amigos mais próximos. Com os demais, são aconselháveis apenas fatos corriqueiros, histórias não comprometedoras, brincadeiras inofensivas, dados e interesses profissionais, culturais e sobre formação em geral... Enfim, não se exponha desnecessariamente, publique apenas fatos e fotos que não levem as pessoas a uma ideia distorcida a seu respeito. Afinal, você colocaria a “mão no fogo” por todos os seus contatos/seguidores? Lembre-se: discrição é a regra n.1 para quem deseja apenas desfrutar dos benefícios das redes sociais. Rede Social não é nenhum

“bicho-papão”, _____ (argumento contrário) exige precaução. _____ (argumento alternativo) como diz um antigo provérbio: “*Desconfiança e cautela são os pais da segurança*”.

Christiane Lima

Sou Assistente Social (formada pela Universidade Federal do Maranhão), Psicopedagoga, Especialista em Saúde da Família e professora universitária. Possuo experiências nas áreas de Saúde e Educação. Realizo palestras em

empresas e escolas para alunos, funcionários e corpo docente.

Fonte: <http://elo.com.br/portal/colunistas/ver/228974/redes-sociais-exposicao-ou-intromissao.html>, acesso em 25 de agosto de 2014.

Após a leitura, discutir oralmente:

- como ficou a leitura do texto com as lacunas em branco? Foi possível ler, ou houve problemas de compreensão?

- quais problemas você percebeu na leitura do texto com espaços em branco?

- você consegue definir quais palavras estão faltando?

5. Após a leitura e preenchimento das lacunas, pedir aos alunos que escrevam um parágrafo justificando a importância dos operadores argumentativos para um artigo de opinião. A melhor defesa será publicada no *site* da escola juntamente com as produções finais dos alunos.

Para socializar as respostas, os alunos voluntários lerão para a turma o que escreveram. Nesse momento, caso um aluno discorde da resposta do colega, deverá justificar sua discordância apresentando argumentos que embasem sua posição.

Após, a professora deve sintetizar as respostas dadas para que os alunos comprehendam a função dos principais operadores argumentativos nos textos.

Aula 8 (50 minutos): Grêmio

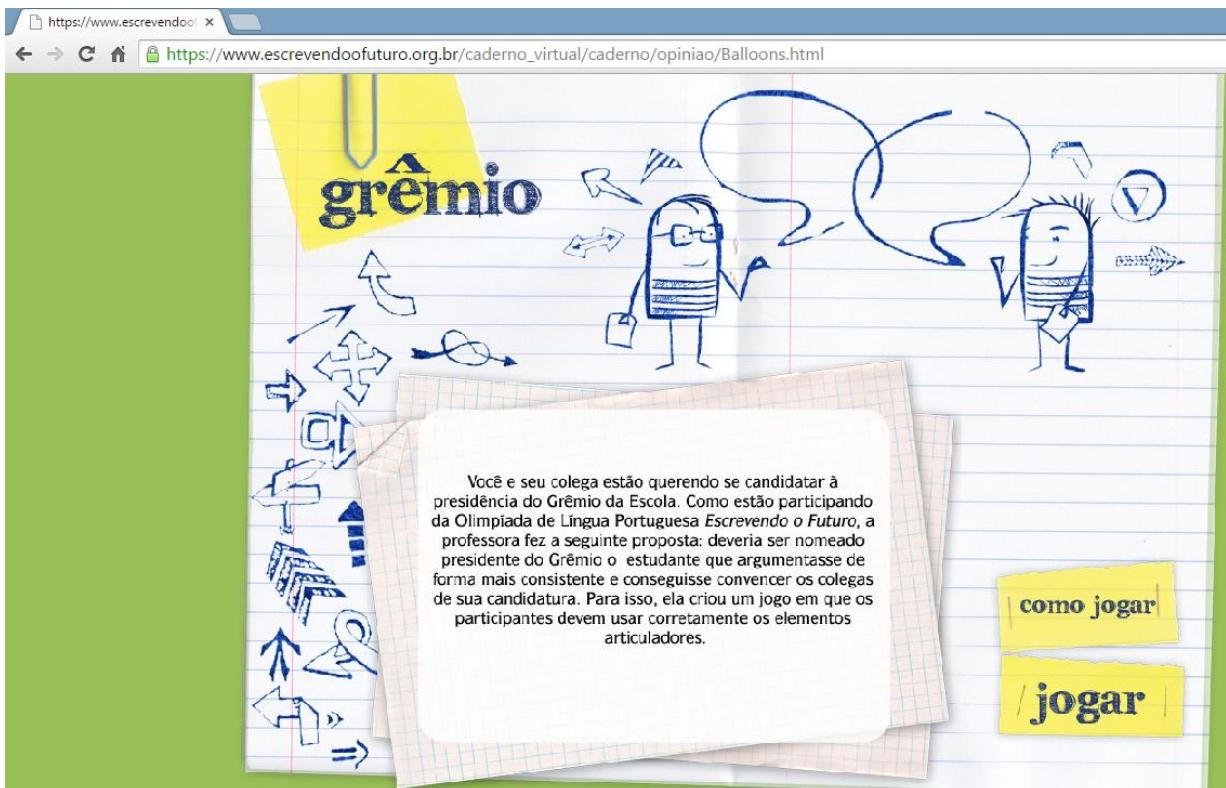
Objetivo:

- Perceber a importância da articulação entre as partes do texto utilizando, para isso, os operadores argumentativos.
- Utilizar jogo interativo para a compreensão e fixação da importância dos operadores argumentativos.

Observação: Esta aula ocorrerá na sala de informática.

Atividades a serem desenvolvidas

1. Em duplas, os alunos acessarão o link https://www.escrevendoofuturo.org.br/caderno_virtual/caderno/opiniao/Balloons.html para jogarem o jogo “Grêmio”, cujo objetivo é montar períodos coerentes utilizando, para isso, os operadores argumentativos de forma adequada.



“Como jogar: No jogo há dez frases divididas em três fragmentos. O início da frase está na primeira coluna da tabela e os outros fragmentos em balões que estão voando. O primeiro jogador deve mirar em um balão. Caso acerte, um fragmento será revelado; caso erre, passa a vez para o outro jogador. Num primeiro momento, os fragmentos são a continuação da frase e devem ser arrastados para a terceira coluna, na linha correspondente. Se o jogador não acertar o encaixe na frase, o fragmento voltará para o balão. Quando a terceira coluna tiver sido totalmente preenchida, será a vez de encaixar os elementos articuladores na coluna do meio.

Quem vence o jogo? Para cada encaixe correto na terceira coluna, o jogador marca um ponto. Para cada acerto na coluna do meio, dois pontos. Vence quem obtiver a maior pontuação depois que todas as frases estiverem preenchidas.¹⁵

2. A partir da atividade acima, os alunos deverão responder oralmente as seguintes questões:

- qual sua impressão sobre a atividade realizada?
- você encontrou dificuldade para realizar com sucesso a atividade?
- quais estratégias você utilizou para definir onde colocar cada operador e assim acertar as respostas?

Professor, há inúmeros e diversificados jogos na internet para se trabalhar os conteúdos desta SD. Caso seja do seu desejo, inclua-os em sua SD.

Aula 9 (50 minutos): Analisando as produções iniciais

Objetivo:

- Levar o aluno a refletir sobre sua própria escrita e a utilização que faz dos operadores argumentativos.

Atividades a serem desenvolvidas

1. Atividade de análise coletiva de trechos extraídos das produções iniciais. Os trechos conterão operadores argumentativos utilizados adequada ou inadequadamente para a análise da turma.

Os alunos receberão uma cópia xerografada dos trechos que será reproduzida em slides de PowerPoint e projetada em *data show* para facilitar a análise coletiva.

A intenção é instrumentalizar os alunos para a reescrita do texto que será feita em aula posterior.

Módulo III: Preparando a reescrita do artigo de opinião

¹⁵ Instruções de como jogar retiradas da página da Olimpíada de Língua Portuguesa. Disponível em: <https://www.escrevendoofuturo.org.br/caderno_virtual/caderno/opiniao/Balloons.html>. Acesso em 12 de novembro de 2014.

Aula 10 (50 minutos): Para ter o que dizer

Objetivo:

- Instrumentalizar os alunos com mais informações e argumentos a respeito dos problemas ocasionados pela falta de privacidade na internet, para que possam reescrever a produção inicial.

Atividades a serem desenvolvidas

- 1) Assistir a duas reportagens a respeito da privacidade na internet:
 - a) O vidente – Segurança nas redes sociais (reportagem exibida no Fantástico)
<https://www.youtube.com/watch?v=525r3FKAwPU>

Reportagem produzida pela equipe do Fantástico que mostrou, de forma cômica, como nossos dados pessoais são disponibilizados nas redes sociais e estão acessíveis a qualquer pessoa.
 - b) Privacidade na internet (reportagem exibida no programa CQC – Band) -
<https://www.youtube.com/watch?v=Uno4nZLKQPA>

De forma cômica e informal, a equipe do CQC mostra como é fácil acessar contas de redes sociais alheias e os transtornos que essa invasão pode ocasionar na vida de alguém. Além disso, mostra como se proteger dessas invasões.

Enquanto assistem aos vídeos, os alunos devem anotar, para posterior discussão em sala, os seguintes aspectos abordados:

- Quais problemas foram apontados nos vídeos?
- O que motiva o aparecimento desses problemas?
- Quais as consequências ocasionadas por esses problemas?
- Quais soluções são apresentadas?

- 2) Após assistir às reportagens, dialogar com a turma a respeito do conteúdo exposto nos vídeos a partir dos aspectos que foram anotados.
- 3) Visando à sistematização da discussão proposta, elaborar, coletivamente, um quadro com as informações presentes nas reportagens e discutidas com a turma.

Problema identificado	Motivo do problema	Solução proposta
1.		

2.		
...		

PRODUÇÃO FINAL

A produção final visa a dar ao aluno “a possibilidade de pôr em prática as noções e instrumentos elaborados separadamente nos módulos” (DOLZ, NOVERRAZ, SCHNEUWLY, 2011, p. 90), além de permitir ao professor realizar uma avaliação somativa a partir do que foi ensinado durante os módulos. Em relação à avaliação da produção final, os autores postulam que “uma avaliação somativa assentada em critérios elaborados ao longo da sequência é mais objetiva” (p.91). Eles ainda lembram que “a avaliação é uma questão de comunicação e de trocas. Assim, ela orienta os professores para uma atitude responsável, humanista e profissional” (p.91).

Aula 11 (50 minutos): Reescrevendo a produção inicial

Objetivos:

- Sistematizar os aspectos estudados durante os módulos a respeito do gênero artigo de opinião, dos operadores argumentativos e do tema “Privacidade na internet”;
- Reescrever o texto inicial tomando cuidado especial na utilização dos operadores argumentativos.

Atividades a serem desenvolvidas

1. Entregar para cada aluno o seguinte enunciado:

Agora você já aprendeu mais sobre o tema “Privacidade nas redes sociais”, sobre o gênero artigo de opinião e sobre o uso dos operadores argumentativos.

Por isso, considerando os estudos realizados nas nossas últimas aulas, reescreva seu artigo de opinião produzido anteriormente.

Lembre-se: seu artigo de opinião será postado no *site* da escola e poderá ser lido por outros colegas, por professores, pais e demais visitantes do *site* www.otaviobatista.com.

Dessa forma, verifique se seu texto é um artigo de opinião, se defende um ponto de vista a respeito do assunto “Privacidade na internet”, se há argumentos que ajudam na defesa de sua opinião e se os operadores argumentativos utilizados correspondem ao sentido pretendido por você.

Além disso, utilize a variedade culta da língua e não esqueça de colocar título e fazer parágrafos.

A professora faz a leitura em voz alta das orientações e esclarece eventuais dúvidas que os alunos tiverem, além de ficar à disposição dos estudantes para qualquer auxílio que seja necessário. Ao final da aula, a professora recolherá os textos produzidos.

ATENÇÃO! Por ser a produção final, resultado do desenvolvimento dos módulos a partir das dificuldades constatadas na análise da produção inicial, esta produção pode ser avaliada quantitativamente considerando os itens que foram trabalhados: o gênero artigo de opinião e suas especificidades e o uso dos operadores argumentativos.

Aula 12 (50 minutos): Divulgando o que fizemos

Objetivo:

- Publicar os artigos de opinião (re)escritos pelos alunos no *site* da escola.

Atividades a serem desenvolvidas

1. A professora devolve os textos para os alunos, com os apontamentos necessários.

2. Em seguida, no laboratório de informática, os alunos digitam seus textos para serem postados no *site* da escola.

Para a postagem dos textos no *site* da escola, os alunos contarão, também, com a orientação da professora laboratorista.

Enfim, essa é a nossa proposta de sequência didática para o trabalho com os operadores argumentativos no gênero artigo de opinião. Na próxima seção, relatamos a aplicação dessa proposta e analisamos os resultados.

6.2 Relato e análise da aplicação da SD

Nesta seção, relatamos as atividades realizadas no início do ano letivo de 2015, em uma turma de 9º ano do ensino fundamental de uma escola municipal de Uberlândia. A aplicação da SD ora apresentada e aplicada ocorreu entre os dias 26/02/2015 a 17/04/2015, totalizando 16 horas-aula, ao invés de 13, como previsto inicialmente, uma vez que algumas aulas tomaram mais tempo que o planejado.

O relato do desenvolvimento da sequência didática ora apresentada respeitará sua estrutura, isto é, apresentação da situação comunicativa e produção inicial, um módulo sobre o gênero artigo de opinião, outro sobre os operadores argumentativos e o terceiro sobre a reescrita da produção inicial.

Cabe ratificar que esta sequência didática foi planejada para a turma de 2014, mas, devido à demora na aprovação do projeto junto ao comitê de ética, realizada em 20/11/2014¹⁶, ela só pôde ser desenvolvida no início de 2015, em outra turma de 9º ano, por isso, como será possível observar, nem todas as atividades realizadas tiveram o efeito e os resultados esperados.

Durante a primeira aula, momento de verificar os conhecimentos prévios dos alunos, esbarramos na dificuldade de falta de materiais individuais. Mesmo tendo sido solicitado anteriormente, a falta de jornais e revistas dificultou a execução da atividade proposta. Além disso, alguns alunos trouxeram material no qual não havia artigos de opinião, como revistas de personalidades ou de propaganda de marca ou empresa.

Apesar deste contratempo, como a atividade foi realizada em duplas, foi possível desenvolvê-la com, pelo menos, um exemplar de jornal ou revista adequado por dupla de alunos.

Neste momento, observamos ainda que nem todos os alunos estavam familiarizados com a organização comum a jornais e revistas de cunho jornalístico; por isso, a professora precisou explicar minimamente a respeito dos gêneros mais comumente encontrados nesse tipo de suporte.

Talvez isso justifique a grande dificuldade em localizar um artigo de opinião dentro de um jornal ou revista. Isso pôde ser percebido quando os alunos apresentaram textos do gênero reportagem, por exemplo, ou quando simplesmente não selecionaram algum alegando completo desconhecimento do gênero em questão. Pensamos que isso não seja apenas em

¹⁶ Documento comprobatório encontra-se no anexo

virtude da falta de familiaridade com o suporte, mas também pelo fato de os alunos não se interessarem por ler textos mais longos e também por não estarem habituados a esse tipo de leitura.

No momento da socialização dos textos escolhidos¹⁷, a professora precisou solicitar a colaboração de algumas duplas que leram e comentaram suas escolhas. Cabe salientar que as duas duplas que leram seus textos escolheram acertadamente artigos de opinião. Essas duplas elencaram algumas características que as fizeram determinar que o texto selecionado fosse um artigo de opinião, por exemplo: a presença da palavra opinião no alto do texto, o fato de ter o nome do autor e de ser possível identificar um ponto de vista.

Em relação à etapa seguinte, de apresentação da situação comunicativa e produção inicial, surgiram, como esperado, dúvidas por parte dos alunos, relacionadas, principalmente, em relação a informações pontuais a respeito da produção inicial a ser realizada na atividade subsequente. Os questionamentos diziam respeito ao número mínimo de linhas e de parágrafos, e também da estrutura básica de um artigo de opinião. Além de comentários comuns nas aulas de produção de texto: “tem que escrever mesmo?”, “vale nota?”, “precisa título?”.

Ao longo da realização da atividade, as dúvidas que foram surgindo foram sendo esclarecidas uma a uma, inclusive enfatizando para os estudantes que essa primeira produção textual é parte de uma sequência de atividades que busca instrumentalizá-los para escreverem artigos de opinião utilizando adequadamente os operadores argumentativos.

O tema proposto gerou uma boa participação e interesse dos alunos, mas a escrita esbarrou, segundo os estudantes, na falta de conhecimento do gênero a ser escrito, uma vez que a turma alegou não conhecer nem saber escrever um artigo de opinião. Apesar dessas alegações, os alunos escreveram seus textos da forma como consideraram ser um artigo de opinião¹⁸.

Cabe comentar aqui que esse grupo de estudantes já teve, conforme conversa com a professora de Língua Portuguesa do ano anterior, contato com artigos de opinião no final do 8º ano (2014), o que não justificaria a resistência que demonstraram para desenvolver esse trabalho de escrita.

Durante a leitura e análise das produções iniciais o que mais nos chamou a atenção nas redações dos alunos não diz respeito ao uso dos operadores argumentativos, mas sim ao conteúdo desses textos. Observamos que os alunos não tinham o que dizer e, para produzir o

¹⁷ Exemplos de textos escolhidos pelas duplas de alunos encontram-se no anexo 4.

¹⁸ As produções iniciais encontram-se no anexo 5.

texto solicitado, acabavam repetindo informações já utilizadas ou, ainda, não saindo do senso comum.

Em relação a ter o que dizer, as produções iniciais seguiram um padrão comum e geral sobre os pontos positivos e negativos do uso da internet. Como positivos, os alunos elencaram, principalmente: uso para comunicação, pesquisas, redes sociais. Como lado negativo, os vírus, a invasão por hackers e as publicações indesejadas.

A seguir temos, no texto do aluno A17¹⁹, um exemplo do lado positivo e, em A6, um do lado negativo do uso da internet:

- (a) “A internet é uma maneira de se entreter, se divertir ou uma forma de passar o tempo.” (Produção inicial, A17, linhas 1-2)
- (b) “Mesmo fazendo de tudo para sua privacidade não ser invadida, os hackers conseguem invadir o perfil.” (Produção inicial, A6, linhas 6-7)

De certo modo, por conhecerem o assunto, tinham ideia do que escrever, mas não aprofundaram a discussão em seus textos iniciais. Neste sentido, as discussões e atividades propostas na SD visaram a contribuir para que, na produção final, os alunos pudessem acrescentar informações àquelas que escreveram inicialmente.

Podemos observar no exemplo a seguir, imagem 1, representando diversos outros textos produzidos pela turma, que a aluna A1 finda sua produção inicial sem apresentar informações precisas e elaboradas sobre a questão da privacidade na internet.

¹⁹ Os alunos foram identificados por A1, A2... A28, de forma não alfabética, como forma de preservar suas identidades.

Imagen 1: produção inicial A1

Rudnei Serraino

Precisando é algo nítido, mas hoje um dia é difícil, internet é um meio de comunicação com os amigos e até mesmo familiares.

Vivendo para mim é poder postar ou mandar o que quiser sem opiniões das outras, ou teme sua opinião certa volte preconceito de, que já presenciei várias vezes.

No minha opinião todos devem ter privacidade e segurança para quem as vêem, todos que quiserem, muitos já presam disso pela falta de privacidade de muitos.

Mas por um lado é bom, que se mudar negar com familiares e amigos preservando, hoje o mundo está perigoso, muitos sofrem bullying, e etc. Todos devem voltar e vir pelos todos, pelo bem e pelo bem.

Mesmo apontando uma definição para a expressão privacidade na internet, a aluna não progride na abordagem do tema, deixando seu texto raso. Percebe-se também que sua conclusão não faz menção ao tema desenvolvido ao longo do texto, deixando-o completamente desconectado dos parágrafos anteriores. Se analisarmos o título colocado e o enfoque dado ao texto, perceberemos que não foi uma escolha muito acertada considerando que as redes sociais não são o foco de sua escrita.

Esse exemplo ilustra aquilo que constatamos em diferentes textos: a dificuldade maior dos alunos não diz respeito ao uso dos operadores argumentativos em suas produções, mas sim ao fato de não ter o que dizer, ou tendo o que dizer, não saber como dizê-lo. Por isso, o módulo específico sobre o gênero artigo de opinião ganhou relevância dentro da SD.

Em relação ao uso dos operadores argumentativos, observamos que a maioria dos alunos emprega os operadores em seus textos, mas de modo restrito, isto é, eles utilizam os operadores amplamente conhecidos de modo recorrente (porque, por isso, até mesmo, e, mas, são usados recorrentemente), não arriscando utilizar outros que não dominam, mesmo tendo sentido semelhante, como se pode observar nos trechos abaixo:

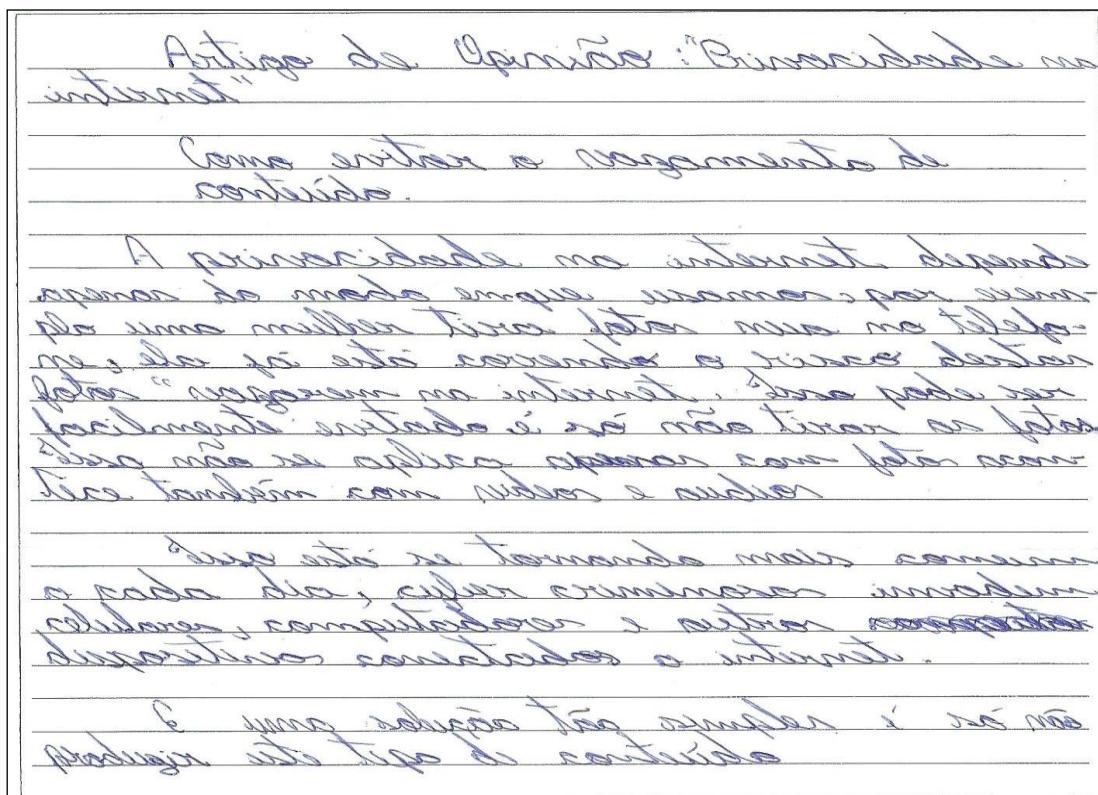
- (c) “quero também dizer sobre a privacidade pois sem ela podemos correr perigos”
(Produção inicial A2, linhas 2-3)
- (d) “Podemos ter privacidade colocando bom antivírus e não colocando coisas que precisam de alta privacidade na internet.” (Produção inicial, A5, linhas 7-9)

- (e) “Eu acho que isso é muita infantilidade ou até mesmo inveja, porque às vezes não tem motivos para fazer isso.” (Produção inicial, A6, linhas 5-6)

Há ainda uma pequena parcela de alunos que, ao invés de utilizar os operadores argumentativos para unir os períodos e parágrafos do texto em um todo significativo, optaram por utilizar outras estratégias argumentativas. Este é o caso da produção inicial escrita pelo aluno A4 (uso de pontuação e pronome demonstrativo ao invés de os operadores).

Cabe salientar que o uso de outras estratégias para dar coesão e progressão ao texto, apesar de não ser foco de nossa análise, não é um problema. Ao contrário, aliás, consideramos que a utilização de diferentes estratégias demonstra habilidade no uso da língua, o que, em diferentes situações, é algo positivo para o aluno produtor de textos.

Imagen 2: produção inicial A4



Percebemos no interior do primeiro parágrafo a utilização do demonstrativo “isso” como elo de ligação entre frases e, no segundo parágrafo, como meio de unir os parágrafos, dando progressão ao texto do aluno, a partir da retomada de informações anteriores. Como dito anteriormente, não consideramos essa escolha um problema, mas pensamos que a ampliação das estratégias argumentativas pode enriquecer o texto do aluno na medida em que

outras formas de progressão e referenciamento poderão ser utilizadas no momento da produção textual.

Há ainda produções dos estudantes que, mesmo sem aprofundarem o tema proposto, desenvolvem um artigo de opinião em sua estrutura típica: introdução ao tema no primeiro parágrafo, utilização de exemplos no desenvolvimento do texto (2º parágrafo) e uma conclusão com uma possível solução para o problema da falta de privacidade na internet. Este é caso das produções iniciais de A3 e A5 que, mesmo sem uma tese clara, produzem textos característicos do gênero artigo de opinião.

Imagen 3: produção inicial A3

*Artigo de opinião :
 "Privacidade na internet"
 Invasão de Privacidade*

A internet é muito usada hoje em dia por milhares de pessoas. Nós usamos a internet pra nos comunicar, compartilhar fotos, vídeos e também documentos. Na maioria das vezes onde compartilhamos algo através da internet podemos estar mostrando isto pra o mundo todo. exemplo : Quando uma pessoa coloca uma foto nenhuma pessoa pode ver e ir compartilhando com outras pessoas através da internet.

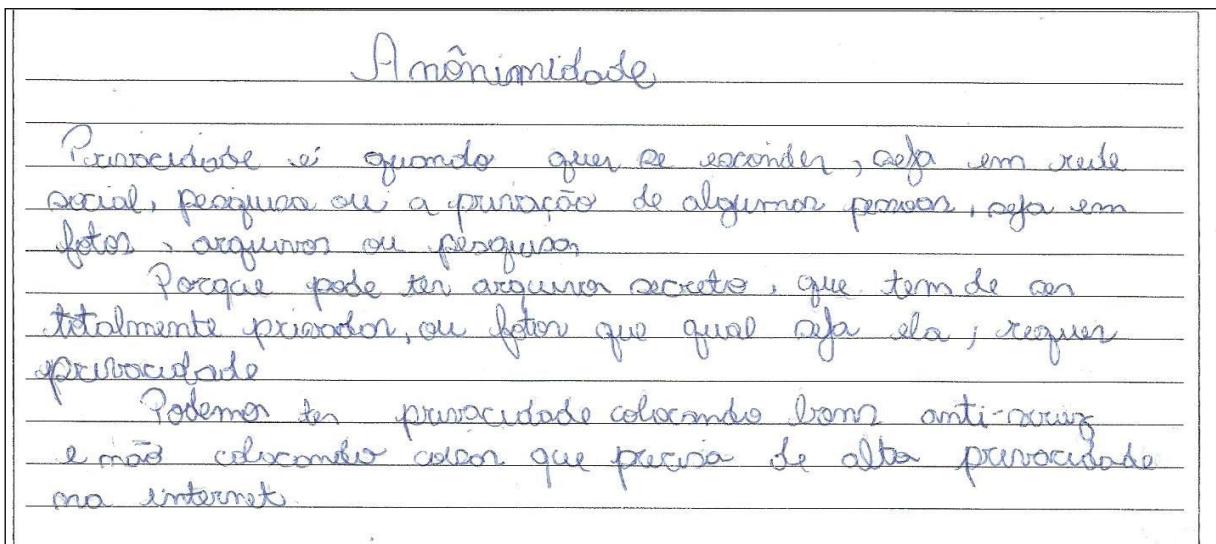
Uma das soluções pra ter privacidade de informação na internet é colocar dentros pra que a pessoa que quiser ver seus documentos não consegue ver-los. e também entrar só em sites confiáveis, não entra em qualquer site.

Podemos observar que a aluna A3 não apresenta um posicionamento claro a respeito da privacidade na internet, ou seja, aparentemente, não nos fica claro, a partir do exemplo dado e da solução apontada, se A3 considera a utilização dos recursos da internet como sendo

um problema. Não observamos também nenhum tipo de palavra ou expressão que remeta a algum juízo de valor ou posicionamento por parte do autor do texto.

No entanto, também é possível inferir, pelo parágrafo conclusivo, que A3 considera que a privacidade na internet é importante, mas também um problema, já que coloca como uma possível solução o uso de senhas e acesso à *sites* confiáveis.

Imagen 4: produção inicial A5



Já em A5, a aluna optou por explicar, com suas palavras, o que considera ser privacidade no ambiente virtual. Consideramos que essa explicação deixa implícito seu posicionamento quanto à questão abordada através o uso do verbo “se esconder”, remetendo-nos à noção de privacidade.

Se em A3 temos um bom exemplo de estratégia argumentativa por exemplificação, não é possível dizer o mesmo de A5, no entanto, seu segundo parágrafo está relacionado diretamente ao anterior pelo uso do operador “porque”, dando progressão ao seu artigo.

Já em relação ao estilo, observamos que houve, na maioria dos textos, o uso de expressões do tipo “eu acho”, “minha opinião é”, “na minha opinião”, mostrando que os alunos, nesta primeira produção textual, colocaram-se, explicitamente, como autores do texto, como podemos observar nos trechos a seguir:

- (f) “Para que eu comece a falar sobre internet (...)” (Produção inicial, A2, linha 1)
- (g) “Na minha opinião, para evitar futuros problemas, garotas ou até mesmo meninos, é preciso pensarem antes de realizarem alguma coisa que irão prejudicá-los (...)” (Produção inicial, A17, linhas 6-7)

- (h) “Eu acho que a internet podia ter um pouco mais de privacidade e segurança.”
(Produção inicial, A27, linhas 7-8)
- (i) “Na minha opinião, a privacidade é uma coisa que deveria ser colocada mais em prática, (...) Concluo que devemos pensar e rever antes de agir para evitar o constrangimento e até mesmo a insegurança.” (Produção inicial, A28, linhas 6-8; 14-16)

Observamos ainda ocorrências de uso da variedade informal da língua, em expressões coloquiais, o que não é recomendável para um artigo de opinião. Encontramos um exemplo dessa informalidade nos trechos a seguir, escritos por A7 e A27:

- (j) “As pessoas querem privacidade, mas elas ficam postando as coisas, e depois querem privacidade: isso é meio burrice, mas cada um faz o que quer da sua vida.” (Produção inicial, A7, linhas 7-9)
- (k) Eu acho que a internet podia ter um pouco mais de privacidade, segurança. Ou mesmo as pessoas podiam ter mais vergonha na cara em ficar mexendo nas coisas dos outros. (Produção inicial, A27, linhas 7-10)

No entanto, apesar de haver diferentes inadequações nas produções acima expostas, há aquelas que, já conseguiram, de antemão, escrever um artigo de opinião satisfatório, no que concerne às características típicas do gênero e ao uso dos operadores argumentativos, e que, além disso, atenderam ao que foi proposto inicialmente.

Os textos a seguir, escritos por A10 e A11, são exemplos, também, do uso de bons argumentos para sustentar sua opinião. Ou seja, para além do senso comum, essas produções conseguiram progredir em sua argumentação, sustentando-a a partir do uso de alguma estratégia argumentativa.

Imagen 5: produção inicial A10

A Privacidade na internet

The Simpsons TM & © 2014 Fox

Hoje, a internet é muito usada em todo o mundo. Com ela, as pessoas podem se comunicar, pesquisar, vender e comprar. Mas nem sempre elas se preocupam com sua privacidade. Na realidade, existem milhares de formas de ter suas informações roubadas e expostas. Ladrões e hackers são um problema que persiste. Eles invadem seu computador e podem coletar até mesmo senhas. Para se proteger e conselhável ter um bom antivírus, ter certeza de que o site que está entrando é seguro e nunca guardar dados importantes no computador. Existem sites conhecidos, como o Facebook, que enquanto você o acessa, ele faz alguma informação.

Sua privacidade pode acabar em questões de segundos, por isso é de extrema importância a atenção ao navegar pela internet.

Imagen 6: produção inicial A11

Liberdade demais?

No mundo atual, é raro encontrar alguma pessoa que não tem conta em uma rede social. Se você parar para perguntar o porquê, vai ver que na maioria das vezes, é para manter um pouco da sua privacidade. Por outro lado, há pessoas que "adicionam" em suas redes sociais outras pessoas que você nem saltem quem não, preocupadas apenas em ser conhecidas. Isso de certa forma é perigoso, pois a partir do momento em que você põe algo nas redes, não se tem mais controle sobre o que seus "amigos" fizeram com essas informações.

Por exemplo, quando uma menina envia fotos íntimas para outra pessoa, quase sempre tem as fotos espalhadas, e é sempre humilhada e julgada, sofrendo com as consequências.

Por isso, quando usa a internet, deve-se ter responsabilidade e noção dos seus atos. Você pode compartilhar momentos e memórias, sem se expor totalmente e ser invadido.

Observamos em A10 e A11 a estrutura característica de um artigo de opinião: a introdução apresenta o tema que será discutido e explicita a tese a ser defendida ao longo do texto. Os argumentos são organizados a partir de exemplos e a conclusão retoma o assunto apresentando uma possível solução para o problema apontado, mesmo sendo rasa e sem mostrar como fazê-la.

Há ainda uma produção inicial, dentre aquelas que estamos analisando em nosso estudo, que, de certo modo, tangenciou o tema proposto para a discussão e escrita dos artigos de opinião ao escolher escrever sobre o perigo das compras pela internet. Como pode ser observado a seguir, A20 desenvolveu seu texto a partir de um viés não pensado anteriormente, demonstrando, assim, o quanto vasto pode ser a interpretação dada às instruções recebidas.

Imagen 5: produção inicial A20

Compras na internet

As compras na internet são muito previsíveis, pois você precisa de cartão de crédito ou débito.

E para toda essa demora para comprar pode ser até perigosa, porque enquanto você está pagando você pode estar sendo roubado, sem você perceber.

Depois passam alguns dias e o seu banco liga falando que um ladrão de bilhão está querendo passar todo o seu dinheiro para conta da pessoa.

Por isso temos que ter muito cuidado ao fazer compras na internet.

Ah!!! e ainda temos que mais de uma semana para receber a nossa produto, por isso eu acho que comprar na loja e levar para casa é melhor.

Como é possível observar ao longo do texto, o aluno “fugiu” do esperado quando pensamos no assunto como sendo “Privacidade na internet”, optando por enfatizar os problemas que podemos enfrentar ao utilizar sites para compras.

É preciso esclarecer que o referido aluno não esteve presente no momento da apresentação da situação comunicativa e da produção inicial, tendo que fazê-la em casa e entregando em data posterior.

Julgamos que isso tenha interferido na escolha da ênfase dada ao texto, destoando dos artigos escritos pelos demais colegas. No entanto, não consideramos que este seja um texto inadequado à proposta, uma vez que o aluno trouxe à tona uma temática relacionada ao assunto a ser desenvolvido na sequência didática.

Como dito anteriormente, norteamos a elaboração dos módulos de nossa SD a partir do que identificamos e analisamos nas produções iniciais dos alunos.

Já o módulo I, dedicado ao ensino do gênero discursivo artigo de opinião, iniciou com a apresentação do tema “Privacidade na internet”. Este tema foi o fio condutor de toda SD executada, servindo de norte para a escolha dos textos selecionados e lidos pelos alunos ao longo das aulas.

A aula inicial do módulo I, correspondente à segunda aula da SD, de apresentação e discussão da temática selecionada, infelizmente, não pôde ser desenvolvida e concluída conforme planejado, uma vez que os equipamentos de TV e data show disponíveis na escola não funcionaram como deveriam.

Sobre esta situação, julgamos mais adequado deixar para passar os vídeos selecionados em oportunidade posterior (por exemplo, antes da produção final) para não atrasar e/ou prejudicar o andamento do restante desta sequência didática.

No entanto, apesar de não obtermos êxito na utilização dos equipamentos de som e imagem, tivemos uma proveitosa discussão sobre as imagens trazidas pela professora, pois os alunos participaram ativamente e se reconheceram como usuários das redes sociais e, por isso, vulneráveis à falta de privacidade na internet.

Os estudantes conseguiram transpor as imagens para sua realidade, identificando que eles também estão vulneráveis ao utilizarem a internet e as redes sociais, uma vez que publicam e divulgam informações de cunho pessoal, como fotos, endereços, locais que frequentam e atividades que realizam.

Os alunos citaram, entre outras coisas, o receio de que os pais tenham acesso a conteúdos e imagens inadequadas dos filhos, que amigos e colegas de aula acabam publicando nas redes sociais por brincadeira. Uma aluna lembrou-se do ocorrido com uma professora da escola no ano anterior, cuja foto foi divulgada sem autorização e que, por isso, acabou recorrendo à polícia. Nesse caso, uma brincadeira “inocente” acabou se transformando em suspensão.

O que fica evidente no debate que ocorreu em sala de aula é a noção restrita que os alunos têm de falta de privacidade nas redes sociais. Eles citaram casos de pessoas famosas que tiveram fotos íntimas roubadas e divulgadas sem permissão, no entanto, ficou claro que

eles não têm ideia da dimensão dos problemas que a falta de privacidade e falta de cuidado ao postar informações podem causar.

A segunda aula do módulo I, terceira desta SD, que corresponde às condições de produção do gênero, retomou os artigos de opinião selecionados na aula um. A respeito da discussão sobre o contexto de produção, a professora esclareceu para os alunos que o artigo de opinião frequentemente aparece na esfera jornalística, mas que o autor de um artigo de opinião não é, necessariamente, um jornalista, mas sim alguém entendido do assunto a ser discutido. Esse autor escreve para um público específico, leitor de jornais e revistas, com um médio/alto grau de escolaridade e em uma variedade linguística formal. Normalmente o artigo de opinião é escrito quando há uma discussão envolvendo um assunto polêmico em que é necessário um posicionamento claro.

Uma vez que nem todos os alunos conseguiram identificar um artigo de opinião e, por consequência, não conseguiram preencher a tabela distribuída pela professora, esta optou por preenchê-la coletivamente considerando um dos textos lidos em aula e o que os alunos foram contribuindo, conforme tabela a seguir:

Título do artigo de opinião: Cadê o Brasil?
Suporte, data e local de publicação: jornal Correio de Uberlândia, 16/02/2015
Autor do texto e sua função social: Gustavo Hoffay, Agente Social
Possíveis leitores: pessoas de classe média, principalmente, os assinantes do jornal impresso
Tema/ assunto/ questão abordada: corrupção na política e os problemas brasileiros
Objetivo (finalidade) do artigo de opinião: alertar os leitores sobre os problemas de reeleger os políticos corruptos que já estão no poder.

Com as atividades desta aula, os alunos puderam observar que artigos de opinião são publicados em periódicos para as classes média e alta, por ser um texto mais elaborado, denso e com vocabulário, algumas vezes, de difícil compreensão. Além disso, os alunos identificaram que as revistas e jornais costumam ser mais caras, não estando acessíveis a toda população brasileira. Observaram também que a escolaridade e a profissão dos prováveis leitores interferem no tipo de leitura. Um aluno, por exemplo, comentou que sua avó não consegue ler textos muito compridos, por ser semialfabetizada, preferindo, assim, revistas com mais imagens que produções escritas.

Nesse sentido, cabe comentar aqui que a variedade linguística utilizada em alguns artigos de opinião foi considerada empecilho para a compreensão da leitura realizada, mostrando, desta forma, que os alunos não estão habituados a ler esse gênero discursivo.

Avaliamos que, apesar da falta de material individual e de conhecimento prévio do que seria um artigo de opinião, os objetivos propostos para esta aula foram alcançados, pois pudemos observar o que de fato os estudantes sabiam e aquilo que passaram a conhecer a partir da aplicação desta aula, pois em determinado momento um aluno expressou essa descoberta dizendo: “então em revista e jornais que tem reportagem, tem também artigo de opinião!” (aluno A8).

Consideramos, portanto, que o comentário do aluno ilustra os reflexos iniciais da proposta na construção de conhecimentos sobre o gênero artigo de opinião por parte dos alunos, pois é um exemplo de como ele estabeleceu uma relação entre um gênero jornalístico já conhecido com o que ele passou a conhecer e com o qual vai se familiarizar ao longo da execução desta sequência didática.

Na aula seguinte, aula 4, os alunos familiarizaram-se com as demais especificidades do gênero artigo de opinião: estrutura composicional e estilo. Cabe explicar que não foi possível dar conta de tudo que foi planejado em apenas 100 minutos, foram necessárias duas aulas, sendo que os alunos realizaram parte das atividades em casa.

A atividade de retomada de aspectos estudados anteriormente foi realizada após a leitura do texto. Constatou-se que grande parte da turma se interessou em responder as questões orais e alguns alunos, inclusive, anotaram na borda do texto alguns aspectos que consideraram importantes.

Deixou-nos satisfeitas a constatação de que os alunos compreenderam qual a função de um artigo de opinião e em que esfera ele costuma circular, uma vez, como dito anteriormente, os alunos não têm por hábito ler jornais e revistas, não tendo contato com esse gênero em seu cotidiano.

Quando solicitada a reler o texto distribuído no início da aula e identificar tema, opinião da autora, argumentos utilizados por ela e conclusão do texto, a turma realizou a atividade com autonomia no que concerne a localizar o tema, a opinião da autora e o fechamento do texto, porém encontrou dificuldades em localizar os argumentos utilizados, pois se encontram ao longo do texto e não em um parágrafo específico. Mesmo assim, com a colaboração dos colegas e algumas intervenções da professora, os alunos conseguiram observar e localizar os referidos argumentos, relacionando-os com o ponto de vista explicitado pelo autor do texto.

Abaixo, reproduzimos novamente o texto com as marcações feitas coletivamente. Sublinhamos de azul a apresentação do tema, a tese está em verde, os argumentos foram sublinhados de vermelho e, em amarelo, a conclusão do texto.

As redes sociais e o direito à privacidade

17/08/2012 | 00:04 | ADRIANA D'AVILA OLIVEIRA

A importância do direito à privacidade é tão grande que a própria pessoa, ainda que deseje, não pode renunciar ou abdicar dele. Isto porque, segundo a Constitucional Federal (artigo 5º, X), são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

A exposição das pessoas, de suas famílias, hábitos, preferências e dados nas redes sociais são tamanhos, que existem estudos e inúmeras matérias visando conscientizar a população sobre o uso imoderado da internet. Os estudos e apelos, **todavia**, apontam para um “mundo incontrolável”, no qual ainda não é possível avaliar as extensões dos riscos versus benefícios, pois ao mesmo tempo em que se ganhou maior divulgação do conhecimento e das ideias, inclusive com encurtamento e aproximação das pessoas, abriu-se espaço para situações muito perigosas.

As pessoas físicas que se expõem nas redes sociais estão sofrendo todo tipo de ataque. Seus desafetos acabam criando situações constrangedoras que, quando atingem as redes, tornam-se um caminho sem volta. A mentira passa a ser verdade e ponto final.

Não é raro que as pessoas se descuidem e postem informações nas redes sociais que possam ir contra seus interesses e acarretam, inclusive, a perda de amigos, família, emprego, etc...

Existem grupos de pessoas mal intencionadas, que se especializaram em retirar informações da rede para uso em golpes, seja virtual, ou presencial. Um exemplo recente é o uso das postagens *online* e *ontime*. Isto ocorre quando alguém informa na rede que em determinado dia e hora está em determinado local. Quando esta pessoa chega descobre que foi visitada por assaltantes. Os bandidos aproveitam a informação, calculam o tempo que a pessoa levaria do lugar onde está até sua residência e fazem o assalto neste intervalo.

As pessoas jurídicas, por sua vez, embora utilizem a internet como meio de divulgação e venda de seus produtos ou serviços, inúmeras vezes se veem acuadas por informações também inverídicas e que podem levar seu negócio a derrocada, ou quando não, a prejuízos de grande monta, contra os quais a empresa precisa trabalhar durante meses e meses no vermelho.

O poder público, de modo geral, não tem condições de controlar, ou mesmo impedir que determinadas informações sejam veiculadas ou depois sejam retiradas da internet, pois a partir do momento que apenas uma pessoa recebe determinado arquivo e repassa a sua rede de contatos, não há mais como segurar a corrente de e-mails que se forma com uma rápida disseminação.

O Poder Judiciário está às voltas com inúmeras liminares determinando a retirada de determinadas publicações das redes sociais. **Todavia**, tais liminares são cumpridas parcialmente, pois após a primeira divulgação, como já exposto, não há como proibir o “resto do mundo” de continuar reencaminhando o arquivo indefinidamente.

A situação chega a ser engracada, para não dizer tragicômica, pois as varas de família, as varas empresariais, as varas cíveis, enfim, estão resolvendo conflitos gerados na internet, com casos em que marido descobre traição de mulher e vice-versa, empresas falam mal das concorrentes, clientes reclamam dos fornecedores e por aí vai. Há situações graves e que merecem atenção do Poder Judiciário, outras, **no entanto**, nem deveriam sair da virtualidade, pois não há relevância ou interesse, seja individual ou coletivo.

A graça ainda continua quando numa mesma mesa, num restaurante, todos estão conectados com seus *iphones*, *smartphones* e *ipads*, mas não trocam uma palavra entre si. Para os tímidos, aparentemente, é o melhor dos mundos. Ele não perceberam, **entretanto**, que não haverá razão ou chance para mudança de postura, aprendizado e crescimento para superar esta fragilidade.

Neste contexto, o tão prestigiado direito à privacidade, mesmo irrenunciável, foi rejeitado e está esquecido. O ser humano conseguiu atingir nível de exposição virtual tão severo, que ainda que deseje retornar a uma vida mais reservada, não terá meios hábeis para alcançar tal pretensão. Sobrará a expectativa que o tempo faça com que algumas coisas caiam no esquecimento.

Como sabido, o tempo é o senhor de tudo e por enquanto é a única cura para exposição demasiada e irregular nas redes sociais, pois, infelizmente, nenhum órgão público, nem mesmo o Poder Judiciário, pode conter a fúria e a velocidade deste meio de comunicação e divulgação de dados.

A internet é deste tempo e do tempo que virá, cada vez com mais força. **Todavia**, não se deve esquecer que a honra tem valor, que a vida real é mais emocionante e que só ela pode deixar marcas e histórias que são passadas de geração em geração, possibilitando o engrandecimento da humanidade.

A dificuldade percebida na realização da atividade serviu de mote para a professora explicar a relação de dependência existente entre tema – ponto de vista – argumentos para que se estruture um artigo de opinião que, de fato, atinja seu objetivo, a saber: é importante, por

exemplo, que o autor de um artigo de opinião tenha definido claramente qual seu ponto de vista a respeito de um determinado assunto para que possa selecionar, entre diversas possibilidades, os argumentos que julgar mais convincentes para que consiga convencer o leitor de que seu olhar sobre uma determinada questão polêmica é o mais adequado.

Em relação à atividade relacionada ao estilo do texto, a professora solicitou que os alunos procurassem realizá-la em casa, mesmo sabendo que os itens ali presentes não tinham sido tema de discussão em sala de aula recentemente, no entanto, nos anos anteriores os alunos tiveram contato com os aspectos abordados nessa atividade.

Na aula seguinte, de modo oral, a professora foi verificando a realização da atividade e, para melhor organizá-la, foi anotando no quadro as características levantadas pelos alunos, por exemplo: presença de verbos de ação e frases afirmativas, presença de uma opinião clara, mas sem estar escrito “na minha opinião” ou “eu acho”, utilização da terceira pessoa, como modo de dar um caráter neutro ao texto, citação da Constituição Federal e exemplos (pessoas jurídicas, Poder Judiciário) para ilustrar a argumentação.

Consideramos válida essa iniciativa de sistematizar no quadro as respostas oralizadas uma vez que, tendo sido realizada em casa, inúmeras respostas surgiram, nem todas adequadas, de modo a auxiliar os alunos a adequarem suas respostas e colaborar também para a conceituação de artigo de opinião, realizada em seguida.

A respeito dessa conceituação, observamos que as atividades realizadas anteriormente auxiliaram a turma a defini-lo, pois deram subsídios para que os alunos chegassem a uma definição de artigo de opinião.

Encerrando este primeiro módulo, focalizado no ensino do gênero artigo de opinião, coletivamente, definiu-se artigo de opinião desta forma:

Título – Definição de artigo de opinião elaborada coletivamente

Artigo de opinião é um texto em que há um ponto de vista claro a ser defendido por meio de argumentos e exemplos com o objetivo de convencer o leitor a pensar da mesma forma que o autor a respeito de um assunto polêmico, que cause discussão. O artigo de opinião é escrito por alguém que conheça o assunto, deve estar em norma culta, costuma ser publicado em jornais e revistas e, apesar de mostrar uma opinião, não aparece a pessoa do discurso.

Cabe aqui salientar que a definição ora apresentada foi motivo de debate entre os alunos uma vez que era necessário chegar a um consenso dentre tantas possibilidades de escrita.

A professora também aproveitou o ensejo para explicar para os alunos que exemplos e argumentos não são a mesma coisa. Os exemplos são estratégias que colaboram para a construção dos argumentos e, por conseguinte, da argumentação.

O módulo II desta SD contempla o ensino dos operadores argumentativos, foco de nossa pesquisa. Este módulo foi iniciado retomando o texto lido na aula anterior e com a facção e correção da atividade de compreensão do texto, dando ênfase, principalmente, à última questão que aborda os operadores argumentativos de caráter opositivo.

Apesar do estranhamento com a nomenclatura utilizada, a maioria dos alunos chegou à resposta esperada, conseguindo compreender que as palavras negritadas ao longo do texto dão sentido de oposição às ideias e argumentos. Mesmo assim, a professora enfatizou o sentido trazido pelas palavras destacadas, relendo os períodos em que estão inseridos e questionando as ideias que estão se opondo dentro do texto.

Considerando que os alunos perceberam que as palavras destacadas conferem caráter de oposição aos períodos em que estão inseridos, confirmou-se a expectativa da professora de que a atividade seguinte seria realizada de modo adequado e, até mesmo, fácil, pois conseguiram atribuir o sentido pretendido em cada um dos itens da atividade, ou seja, compreenderam que o operador de caráter opositivo destaca a última parte da oração, neste caso, enfatiza a segunda característica expressa em cada frase.

Durante a correção, os alunos participaram ativamente. Conseguimos observar sua compreensão a respeito dos operadores de caráter opositivo a partir da adequação de suas respostas à atividade, mas também respondendo aos questionamentos variados realizados pela professora durante a correção.

Por exemplo: (a) “Ela é muito bonita, mas mal educada”. Os alunos conseguiram compreender que, em (a), pretende-se enfatizar a falta de educação da pessoa e não sua beleza.

Neste sentido, mais uma vez, observamos que os objetivos propostos foram atingidos de modo satisfatório, pois se notou que os alunos compreenderam a leitura do texto e, mais especificamente, o sentido e o uso dos operadores argumentativos de caráter opositivo.

A aula seguinte (aula 6) enfatizou os operadores de caráter aditivo a partir da leitura de outro artigo de opinião. Ao ser lido, o título gerou inúmeras hipóteses em relação ao conteúdo

do texto: todos que usam internet correm o risco de ter sua privacidade invadida, os usuários de internet correm riscos sem saber, quem usa internet sabe dos perigos, etc.

Acreditamos que o levantamento dessas e outras hipóteses foi facilitado porque o assunto já vem sendo discutido ao longo das aulas anteriores, mesmo assim, um grupo pequeno de alunos manifestou desconhecimento em relação à expressão “tá na chuva... é pra se molhar”. Por isso, nesse momento, a professora solicitou o auxílio de alguns colegas para que explicassem a esses alunos o que significa essa expressão informal no nosso dia a dia.

Após a realização da leitura, quando perguntados sobre a diferença de perspectiva entre o primeiro texto lido e este, os alunos demonstraram dificuldade em explicitá-la, por isso, foi necessário que a professora fizesse alguns questionamentos extras para que os alunos compreendessem, conforme suas falas, que o primeiro texto se trata de um texto mais jurídico e empresarial (fizeram referência, inclusive, à presença de um artigo da constituição federal, aos problemas envolvendo empresas e a dificuldade que o poder judiciário tem em controlar casos de falta de privacidade na internet) enquanto que o presente texto é escrito para uma esfera mais pessoal, aplicável no cotidiano dos próprios alunos, com exemplos de situações que podem acontecer com eles ou algum conhecido e uso, inclusive, de expressões coloquiais.

Esta breve discussão deu suporte para a realização da atividade de compreensão do texto com autonomia por parte dos alunos. Desta atividade, a última pergunta questionava sobre as palavras negritadas ao longo do texto. Por serem se fácil identificação e compreensão de sentido, os operadores de caráter aditivo destacados ao longo do texto foram rapidamente identificados conforme seu uso por todos os alunos, possivelmente porque são muito frequentes nas atividades diárias dos alunos.

Essa facilidade de compreensão ficou evidente na atividade seguinte, realizada com tranquilidade pelos alunos que a responderam sem grandes dificuldades. No momento da correção, a professora enfatizou o uso dos operadores menos frequentes como meio de substituir o operador “e”, corriqueiramente utilizado pelos alunos.

Após introduzir o estudo dos operadores argumentativos a partir dos tipos mais comuns (opositivos e aditivos), propusemos a ampliação desse estudo com base em Koch (2007), considerando-os em nove categorias de acordo com suas funções nos textos.

Para tanto, após ler a classificação proposta por Koch e explicar /exemplificar quando necessário, os alunos deveriam ler um texto com lacunas e preenchê-las com o operador adequado de acordo com o sentido que estivesse entre parênteses.

Neste momento, os alunos perceberam que o não uso dos operadores ou o mau uso pode dificultar ou, até mesmo, tornar errônea a compreensão de um texto. Com a correção

desta atividade, os alunos visualizaram que, em algumas situações, é possível “encaixar” mais de um tipo diferente de operador, mas que essas escolhas também interferem no modo como compreendemos o texto lido.

A partir desta atividade, os alunos foram solicitados a responderem sobre a importância dos operadores na construção do sentido que se pretende dar ao texto. Entre inúmeras respostas dadas pelos alunos destacamos: A6 afirmou que “eles dão sentido ao texto, completando a frase que você escreve”; já a A11 ratificou a opinião do colega afirmando que “sem eles o texto não teria tanto sentido”; e A3 completou dizendo que “servem para dar sentido em uma frase ou parágrafo e também podem dar coerência ao texto”. Pode-se afirmar, então, que esses exemplos transcritos aqui, demonstram que os alunos compreenderam o que são os operadores.

A aula seguinte, de número oito, uma aula prática realizada no laboratório de informática, foi, sem dúvida, aquela que os alunos mais gostaram e colaboraram em sua realização. Percebemos com o jogo *online* realizado que os alunos observaram tanto as adequações quanto as inadequações de suas escolhas em relação ao uso dos operadores argumentativos.

No diálogo posterior à atividade, ficou evidenciada a avaliação positiva dos alunos em relação à realização do jogo “Grêmio”, além disso, os alunos manifestaram a dificuldade em realizá-la plenamente, ou seja, as duplas de estudantes encontraram algumas dificuldades em “encaixar” os operadores argumentativos nas frases adequadas.

No que se refere às estratégias utilizadas pelas duplas para definir onde colocar adequadamente os operadores argumentativos, os alunos se manifestaram dizendo que algumas escolhas não “cabiam”. Ou seja, podemos compreender por esta fala que os alunos utilizaram, na maior parte das vezes, como estratégia, perceber o sentido das frases, tanto a anterior quanto a posterior ao operador.

Encerrando o segundo módulo, nona aula, focalizado no ensino dos operadores argumentativos, foi realizada a análise de trechos das produções iniciais dos alunos. Esta análise acabou se prolongando e ficando exaustiva, porém, foi de grande valia para os alunos perceberem suas próprias escritas.

Como já dito anteriormente, é possível perceber que, pelos trechos selecionados, os alunos não deixaram de utilizar os operadores argumentativos, muito pelo contrário, eles souberam utilizar os operadores argumentativos mais comuns, mais usados no dia a dia. Abaixo, alguns exemplos de trechos selecionados das produções iniciais dos alunos:

(a) “Não aceitar pessoas desconhecidas no seu perfil, não publicar certas fotos, bloquear as fotos só para os amigos, etc. Mesmo assim, acho que isso vai demorar a acabar se a pessoa que invadiu não receber punições das redes sociais.” (Produção inicial, A6, linhas 11-13)

(b) “Sua privacidade pode acabar em questão de segundos, por isso é de extrema importância a atenção ao navegar pela internet.” (Produção inicial, A10, linhas 17-20)

(c) “Isso de certa forma é perigoso, pois a partir do momento em que se posta algo nas redes, não se tem mais controle sobre o que seus amigos fizeram com essas informações.” (Produção inicial, A11, linhas 7-10)

(d) “A internet é uma maneira de se entreter, se divertir ou uma forma de passar o tempo.” (Produção inicial, A17, linhas 1-2)

(e) “na minha opinião não existe privacidade na internet porque a internet é algo público” (Produção inicial, A24, linhas 1-2)

(f) “a internet muitas das vezes nos proporciona coisas boas e produtivas, mas também coisas bem desnecessárias.” (Produção inicial, A28, linhas 1-3)

O módulo III, destinado à reescrita e publicação da produção final dos alunos, buscou instrumentalizar os estudantes com informações que os auxiliassem a reescrever sua produção inicial, adensando-a, pois observamos que, em diversos textos, o problema não se relacionou à inadequação do uso dos operadores argumentativos, mas sim à falta de saber o que escrever.

Aliás, a utilização dos vídeos com reportagens a respeito da divulgação de dados pessoais e o fácil acesso a eles em redes *wifi* abertas causaram espanto entre os alunos que não imaginavam o quão fácil é alguém acessar os dados de outrem.

Nesse sentido, a discussão pós-vídeos foi muito profícua e a atividade de sistematização, envolvendo a identificação do problema apresentado, sua motivação e possíveis soluções, foi realizada com êxito pelos alunos. A seguir, a tabela preenchida coletivamente:

Problema identificado	Motivo do problema	Solução proposta
1. exposição demasiada de fotos e mensagens em redes sociais	1. falta de noção do que postar nas redes sociais;	1. ter mais cuidado com o que posta, não marcando lugares ou atividades rotineiras, nem fotos que possam ser comprometedoras;
2. uso não autorizado de dados pessoais;	2. utilização dos dados pessoais por empresas e/ou pessoas	

<p>3. facilidade em acessar celulares e computadores alheios conectados em redes <i>wifi</i> abertas</p>	<p>3. utilização de redes abertas sem os devidos cuidados</p>	<p>2. reduzir ao máximo a inserção de dados pessoais em cadastros da internet. 3. utilizar senhas bloqueadoras ou apenas internet própria.</p>
--	---	--

As aulas 11 e 12, destinadas à produção final e publicação destas no *site* da escola foram aplicadas por outra professora da escola. Infelizmente, por questões de saúde e, em seguida, de licença maternidade, não foi possível aplicarmos pessoalmente as atividades destas aulas, porém, demos as instruções por escrito à supervisora escolar e à professora substituta que aplicou as referidas aulas.

Entre as recomendações que demos está: “Os alunos devem produzir um artigo de opinião sobre ‘Privacidade na internet’. Os textos da reescrita devem considerar a produção inicial realizada, por isso, os alunos deverão ampliá-la, melhorá-la, corrigir o que for preciso. Ao final, recolher os dois textos (produção inicial e produção final) para posterior correção pela professora regente”.

Em conversa com a professora substituta, ela nos relatou que houve bastante resistência por parte de um grupo de alunos no que diz respeito à atividade de reescrita dos textos, alguns chegando, inclusive a não fazê-la, perdendo a oportunidade de aprendizagem e consequente avaliação.

Cabe relatar aqui que a turma já sabia, desde o início da sequência didática aplicada, que a última etapa da SD é constituída de uma produção textual final, neste caso, da reescrita da produção inicial, independente de como esta tenha sido escrita. Ou seja, independente de quem aplicou a atividade de reescrita e de quão bem fora na versão inicial, os alunos sabiam desde o início que era sua tarefa realizá-la da melhor forma possível.

Além do mais, acreditamos que as atividades realizadas ao longo do desenvolvimento da sequência didática serviram para instrumentalizar os estudantes em relação ao que dizer e como dizê-lo.

Das 28 produções iniciais feitas, das quais dezesseis compõem o nosso *corpus*, apenas doze alunos entregaram algum tipo de reescrita do seu texto. Desses doze, apenas seis realizaram a reescrita dos textos em uma nova página, os demais optaram por apagar parte da produção inicial e escrever novamente na parte apagada ou, ainda, escrever atrás da folha da produção inicial as partes faltantes desta. Enfim, independentemente do modo como foram reescritas, para nosso *corpus*, tivemos apenas sete produções finais.

Pensamos que a baixa adesão à reescrita correta da produção inicial se deva ao fato de não estarmos presentes no momento da realização da atividade, outra constatação é de que aqueles alunos que já haviam escrito uma produção inicial satisfatória optaram por não reescrever seus textos.

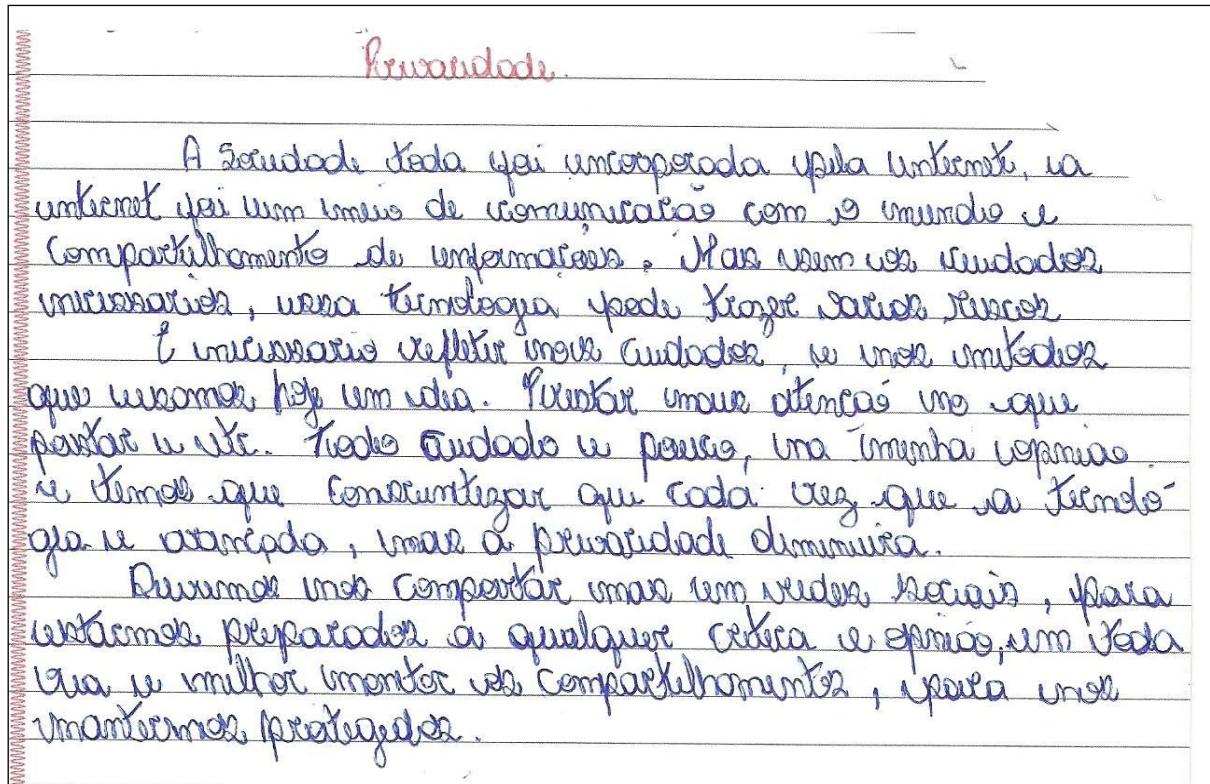
Considerando situações anteriores semelhantes, julgamos que o fato de não acatarem um pedido da professora substituta é uma reação típica dos alunos que demonstraram sua insatisfação através da não facção da atividade, mesmo tendo sido avisados há semanas sobre a necessidade da reescrita.

Outro ponto a se considerar é a demora na realização da produção final após o término dos módulos de atividades. Infelizmente, por conta de doença e posterior licença maternidade, a produção final foi realizada um mês após o planejamento inicial. Sabemos que esta demora também interfere na disposição dos alunos em reescreverem seus textos.

Pensamos também que o baixo número de textos reescritos se deva à falta de familiaridade com essa prática de escrita como processo e não como produto. Infelizmente, a experiência como estudante e, agora, como professora, nos mostra que as práticas de escrita ainda são muito pontuais e estanques no cotidiano escolar. Muitas vezes a redação de um texto é deixada como dever de casa, pois toma tempo em sala de aula e exige que o professor esteja disponível a todo e qualquer questionamento/dúvida dos alunos, o que nem sempre é possível ou desejado.

Há ainda aqueles que, por não terem compreendido a proposta ou por não estarem habituados com atividades de reescrita de textos, optaram por escrever um novo texto. Este é o caso da aluna A1, cuja produção inicial foi analisada anteriormente (ver imagem 1). Ela não reescreveu sua produção inicial, mas acabou fazendo um novo texto:

Imagen 7: produção final A1



Percebemos, no texto acima, o acréscimo de informações contidas nos textos lidos e vídeos vistos, mesmo não tendo sido citados explicitamente (1º parágrafo, introdução). Esse acréscimo de informações dá progressão ao texto, diferentemente do primeiro que foi produzido a partir de informações de senso comum e redundantes ao longo do texto.

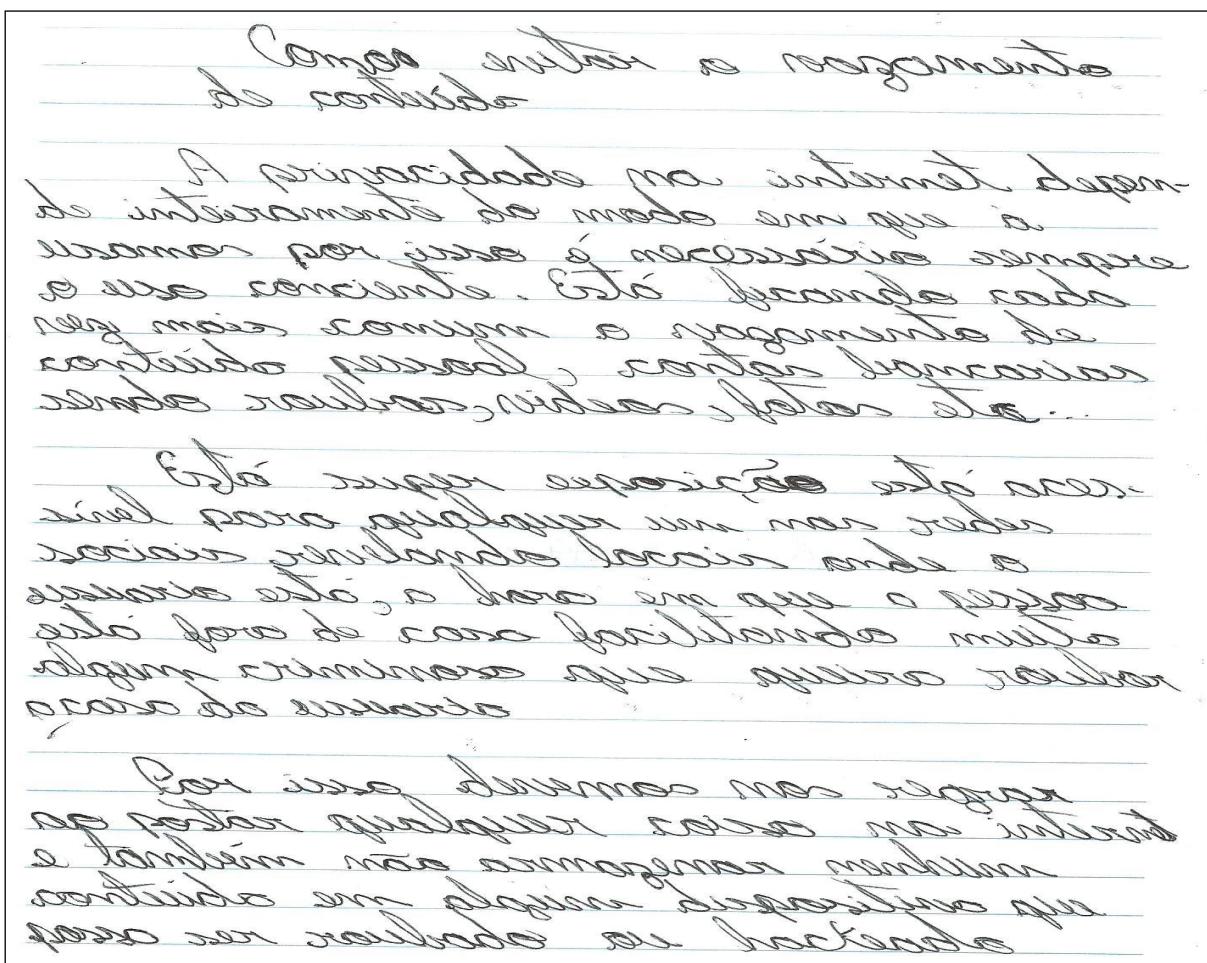
Apesar de encontrarmos ainda alguns problemas ligados à escrita do texto, percebemos que nesta segunda produção a aluna A1 já se apropriou de informações novas para produzir um novo texto, demonstrando, assim, que as discussões realizadas em sala de aula, os textos e vídeos selecionados serviram para melhorar o “o que dizer” nos textos de alguns alunos.

Ou seja, em relação ao desenvolvimento do texto e abordagem do tema, percebemos certo adensamento dos argumentos utilizados na escrita da produção final a partir das informações fornecidas em textos lidos e vídeos vistos ao longo da aplicação da SD.

Percebemos também que houve uma adequação de parte dos textos finais às questões de estrutura composicional e estilo: a utilização de título, os textos ficaram um pouco mais longos, a tese ficou explícita e os argumentos mais sólidos; em alguns textos, as frases como “eu acho, minha opinião é, na minha opinião” foram substituídas por outras afirmativas sem tanto caráter pessoal, além de trazerem, como já dito, referências às conversas, textos e vídeos

vistos ao longo da SD, mesmo não tendo sido citados nos textos. As produções finais dos alunos A4 e A17 ilustram o que acabamos de afirmar:

Imagen 8: produção final A4



No texto A4, podemos observar ainda que, ao reescrever sua produção inicial, o aluno utilizou operadores argumentativos no lugar da pontuação e do pronome demonstrativo “isso” do texto inicial, como analisado anteriormente. A utilização dos operadores, mesmo que de forma incipiente, garantiu o adequado encadeamento das ideias e argumentos do texto e a progressão do texto.

No texto ora analisado, percebemos que é possível utilizar ainda outros operadores em determinados lugares em que o aluno utilizou ponto final, mas também consideramos que a utilização de um operador ou de um ponto final é uma das possibilidades de escolha do autor do texto.

Esse texto é um exemplo de como o módulo II, focalizado nos operadores argumentativos, também contribuiu, de certa maneira, para a ampliação do uso dos operadores.

Além do já exposto, observamos que o segundo parágrafo e a conclusão trazem informações retiradas dos vídeos vistos durante as aulas. Aliás, observamos, na conclusão da produção final, uma melhor estruturação que na produção inicial: a utilização do operador argumentativo “por isso” garante a ligação da conclusão com o parágrafo anterior, além de haver uma proposta de solução para o problema descrito, mostrando que o aluno conseguiu encadear adequadamente seus parágrafos ao longo do texto.

Outro exemplo de reescrita em que podemos observar avanços é a produção final do aluno A17. Podemos observar o progresso na escrita de sua produção final se comparado com o inicial no que diz respeito, principalmente, à questão da argumentação.

Imagen 9: produção final A17

Problemas da Internet

A internet de certa forma pode ser uma maneira de entretenimento, diversão ou até mesmo uma boa forma de passar o tempo, quando não vai para o lado ruim dos problemas da internet que polêmica atualmente é a chamada Fwacidade em que muita se discutiu. Pessoas, meninos, mulheres acabam enviando fotos suas ou semi-nuas para meninas ou homens e diariamente acabam sofrendo algum tipo de Bullying e acabam se constrangendo posteriormente, por a foto provavelmente sera repassada para outros.

Na minha opinião para evitar futuros constrangimentos, garotos, mulheres ou até mesmo garotas, é preciso pensarem antes de realizarem alguma coisa que não prejudicá-los ou constrange-los mais tarde.

Diferentemente de sua produção inicial, o aluno A17 reescreveu seu texto observando o que ainda lhe faltava atingir: acrescentou o título faltante no primeiro texto, ilustrou sua tese com exemplos e encadeou sua conclusão com o que falara anteriormente. Percebemos que o

aluno A17 reescreveu sua produção inicial melhorando-a no que tange à argumentação a partir da utilização da estratégia argumentativa da exemplificação, conforme seu segundo parágrafo.

Aliás, observamos que a utilização de exemplos é a estratégia argumentativa mais utilizada pelos alunos para justificar sua posição. Pensamos que isso se deva ao fato de que a exemplificação seja uma técnica mais palpável para os alunos, pois conseguem visualizar o que estão dizendo em seus textos.

A respeito do uso dos operadores argumentativos, observamos a utilização de maior quantidade de operadores na produção final em relação à primeira produção. No entanto, é preciso dizer que essa ampliação no uso de diferentes operadores foi modesta. Mesmo assim, consideramos que obtivemos êxito em nosso módulo sobre os operadores argumentativos.

Dando sequência ao relato da aplicação da SD, a décima segunda e última aula ocorreu na sala de informática, com auxílio da professora laboratorista e, como a aula anterior, foi aplicada pela professora substituta devido ao fato de a pesquisadora estar de licença maternidade. Conforme relato da professora aplicadora desta atividade, os alunos cujos pais autorizaram a participação na pesquisa e que aceitaram publicar seus textos foram ao laboratório de informática e digitaram suas produções textuais para que fossem publicadas no *site* da escola, como proposto inicialmente. Após a digitação, a professora laboratorista publicou as redações no *site* da escola, como é possível observar nas imagens a seguir²⁰.

Projeto Escrita e Argumentação

www.otaviobatista.com/extras/projetos/projetoescritaeargumentacao

Projeto Escrita e Argumentação

postado em 11 de ago de 2015 06:37 por Escola Otávio Batista [25 de ago de 2015 04:13 atualizado(s)]

Durante o segundo semestre de 2014 e no primeiro bimestre de 2015, a professora de Língua Portuguesa Caroline Schwarzböld, desenvolveu, em suas turmas de 9º ano, atividades de leitura e produção textual como parte de sua pesquisa de mestrado, ligado ao PROFLETRAS - Mestrado Profissional em Letras/UFG com o objetivo de desenvolver as competências escrita e argumentativa dos alunos.

Agora, finalizando seu trabalho e se preparando para a defesa, ela vem compartilhá-lo com a comunidade escola. Por isso, [NESTA PASTA](#), podemos encontrar a sequência didática planejada por ela e aplicada em 2015 e os textos produzidos pelos alunos.

Redes sociais

Privacidade é algo único, mas hoje em dia é difícil, internet é um meio de comunicação com os amigos e até mesmo familiares.

Privacidade para mim é poder postar ou mandar o que quiser sem opiniões ou críticas, eu tenho essa opinião concreta sobre privacidade, pois eu já presenciei várias vezes isso.

Na minha opinião, todos deveriam ter privacidade o suficiente para terem as redes sociais que quiserem, muitos se privam disso pela falta de privacidade de muitos.

Mas por outro lado é bom, pois é mais seguro com familiares e amigos presenciando, hoje o mundo está perigoso, muitos sofrem bullying, e etc. Todos deveriam olhar e ver pelos lados, pelo ruim e pelo bom. (Produção Inicial - A1)

Privacidade

A sociedade toda foi incorporada pela internet. A internet foi um meio de comunicação com o mundo e compartilhamento de informações. Mas sem os cuidados necessários, essa tecnologia pode trazer vários riscos.

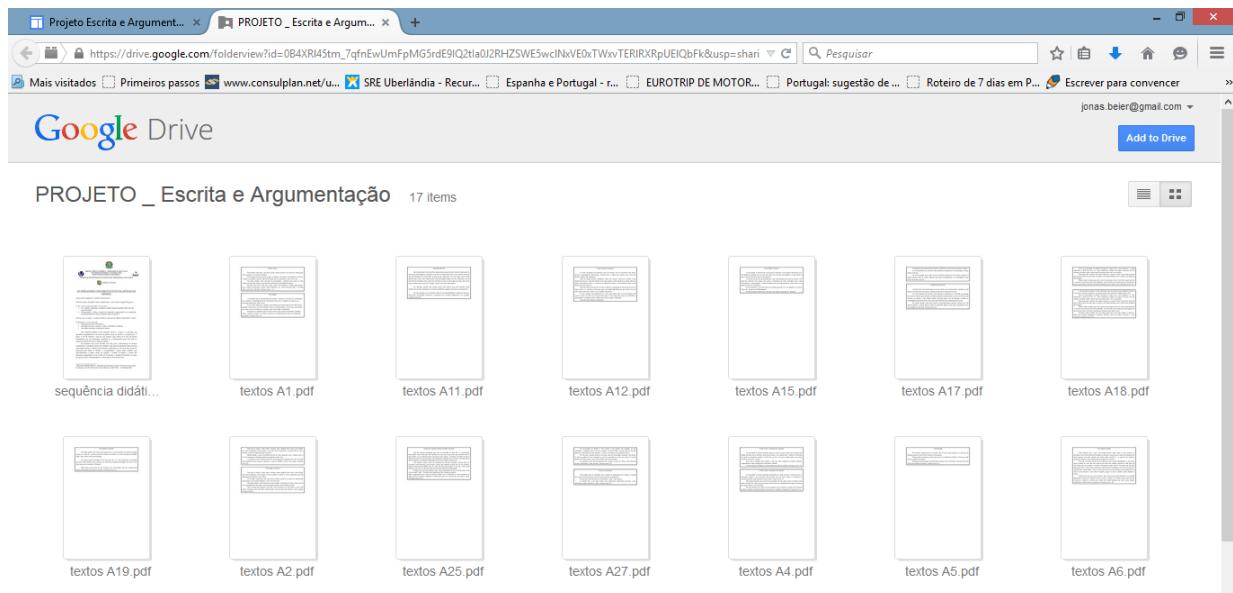
É necessário refletir nos cuidados e nos métodos que usamos hoje em dia. Prestar mais atenção no que postar, etc. Todo cuidado é pouco, na minha opinião, e temos que conscientizar que cada vez que a tecnologia é avançada, mais a privacidade é diminuída.

Deveremos nos comportar mais em redes sociais, para estarmos preparados a qualquer crítica e opinião, em toda via, é melhor monitorar os compartilhamentos para nos mantermos protegidos. (Produção final - A1)

²⁰ Os textos digitados encontram-se em <http://www.otaviobatista.com/extras/projetos/projetoescritaeargumentacao>

Para acessar os textos digitados, é preciso acessar o endereço <http://www.otaviobatista.com/extras/projetos/projetoescritaeargumentcao> e clicar no *link NESTA PASTA*.

Ao clicar no link NESTA PASTA, a pessoa é redirecionada à pasta do *Google drive* que contém os textos digitados e a sequência didática aplicada.



6.3 Reflexões sobre a proposta de ensino

Ao longo desta seção, analisamos a sequência didática produzida e aplicada. Consideramos os pontos positivos e as suas limitações, procurando verificar se nossa proposta de intervenção trouxe contribuições efetivas para minimizar as dificuldades que os alunos encontraram para produzir um artigo de opinião coeso utilizando, para isso, os operadores argumentativos.

Ao desenvolver a SD durante o primeiro bimestre escolar de 2015, o que ficou nitidamente claro foi o interesse dos jovens estudantes pela temática escolhida como fio condutor. As questões que envolvem internet e a (falta) de privacidade nas redes sociais são interessantes para esse grupo de alunos, pois podemos considerá-los nativos digitais e, sendo jovens de classe média, possuem contato constante com computadores e aparelhos celulares, inclusive em sala de aula durante as aulas.

No entanto, a SD ora desenvolvida esmiuçou um assunto pouco debatido entre esses adolescentes: a privacidade na internet e as consequências que a falta dela trazem para a vida, uma vez que essa faixa etária é alvo fácil para pessoas mal-intencionadas.

Com vídeos e textos, o tema despertou o interesse dos alunos, pois é pertinente à realidade em que estão inseridos trazendo novas informações e deixando um alerta para o que eles publicam, comentam e compartilham nas redes sociais.

Quanto aos módulos de ensino, o primeiro a respeito do gênero artigo de opinião e o segundo sobre os operadores argumentativos, acreditamos que foram bem estruturados e organizados, levando os alunos a uma gradual aquisição de novos conhecimentos.

Por isso, uma vez que, inicialmente, os estudantes afirmaram não conhecerem nem terem tido acesso ao gênero artigo de opinião, optou-se por criar e desenvolver um módulo mais detalhado que desse o embasamento necessário para a produção de um artigo de opinião.

Outro destaque durante a execução da sequência didática foi a utilização do jogo Grêmio, disponível no *site* da Olimpíada de Língua Portuguesa. Acreditamos que o desenvolvimento desta atividade fora da sala de aula tradicional e a utilização de meios eletrônicos foram responsáveis pelo sucesso na execução desta atividade que envolveu, se não todos, quase todos os alunos.

Isso nos mostra que talvez seja possível dinamizar as aulas com a ajuda do laboratório de informática da escola, caso ele exista e esteja disponível, pois a atividade Grêmio é uma atividade simples de unir orações de forma coesa e coerente utilizando para isso os operadores argumentativos. Acreditamos que seria possível aplicá-la de forma tradicional, preenchendo lacunas, ligando orações, enumerando colunas, mas pensamos que não teria o mesmo envolvimento e interesse por parte dos alunos.

Ainda pensando sobre o uso das tecnologias, alguns alunos, conforme relato da professora do laboratório de informática, ao digitarem seus textos para a publicação no *site* da escola, demonstraram pouca intimidade com o teclado e a digitação de textos em ferramentas como o *Word*. Imaginamos que isso se deva ao fato de usarem constantemente os celulares para suas necessidades cotidianas e que o computador esteja mais ligado às obrigações escolares, como fazer alguma pesquisa, digitar e imprimir um trabalho.

Já como lacuna, identificamos o próprio uso da tecnologia em sala de aula. Como descrito anteriormente, uma das aulas da SD precisou ser adiada em virtude do não funcionamento dos equipamentos, além do tempo gasto procurando fazê-los funcionar. Pensamos que esses contratemplos acabam por desanistar os professores na busca por alternativas diferentes de ensino, pois se nós, familiarizados com o uso de computadores e *Datashow*, já enfrentamos dificuldades, elas se potencializam quando o professor não está familiarizado nem habituado às novas tecnologias.

Outra dificuldade diagnosticada se relaciona ao interesse dos alunos na aprendizagem dos conteúdos presentes na SD, artigo de opinião e operadores argumentativos. Se a temática apresentada despertou o interesse da turma, não se pode dizer o mesmo no que se refere à sistematização dos conteúdos. Acreditamos que isso se deva à falta de familiaridade com os tópicos estudados e, em alguma medida, à necessidade de pensar, refletir e formular suas próprias hipóteses, conceitos e respostas.

Essa falta de interesse que, por vezes, se traduziu em morosidade e conversa, acabou fazendo com que o desenvolvimento das aulas fosse afetado, ou seja, a aplicação da SD acabou demorando mais do que o previsto inicialmente. Essa demora acabou afetando a refacção da produção inicial e, por consequência, os resultados esperados.

Além da questão temporal, a leitura e análise das produções iniciais dos alunos nos mostraram que a maior dificuldade que eles apresentaram diz respeito, primeiramente, a ter o que dizer (conteúdo temático) e, por conseguinte, à estrutura composicional do gênero, ou seja, o problema não se referia ao uso dos operadores argumentativos, mas às especificidades do gênero artigo de opinião.

Constatado isso, consideramos importante incluir um módulo específico para o ensino das especificidades do gênero discursivo artigo de opinião, uma vez que, mesmo não sendo o foco do nosso estudo, ele interfere diretamente na escolha e no uso dos operadores argumentativos.

Infelizmente, na reescrita da produção inicial, nem todos conseguiram ou quiseram aprofundar seus textos, mas aqueles que o fizeram obtiveram êxito em maior ou menor grau, pois utilizaram informações aprendidas ao longo do desenvolvimento das aulas em seus textos finais, observando as especificidades do gênero e o uso dos operadores argumentativos.

Pensamos ainda que nossa SD falhou no que tange ao ensino dos tipos de argumentos e das estratégias argumentativas. Essa lacuna só foi percebida quando analisamos as produções finais e constatamos que houve pouca evolução no que concerne aos argumentos utilizados. Imaginamos que tal abordagem poderia ajudar muito os alunos a desenvolver sua argumentação na reescrita do primeiro texto.

Sobre o uso dos operadores argumentativos que, na produção inicial, tiveram seu uso restrito a alguns poucos exemplares, não constatamos uma efetiva ampliação da utilização desses elementos. Percebemos que os alunos seguiram usando-os de modo adequado, mas não ousaram utilizar operadores diferentes dos habituais.

Julgamos que isso se deva em grande parte por não terem por hábito arriscar escrever fora do padrão solicitado, ou seja, sabendo que determinados elementos estão sendo usados

corretamente, os alunos acabam não arriscando outros e, assim, acabam por não ampliar seu repertório linguístico.

Porém, isso não significa que o módulo direcionado ao ensino dos operadores argumentativos não foi válido, ao contrário, considerando as atividades realizadas durante as aulas, pode-se afirmar que os alunos tiveram contato e a oportunidade ampliar seu repertório de recursos linguísticos, no entanto, por decisão pessoal – consciente ou não, decidiram por manter os operadores argumentativos comuns e sabidamente adequados ao contexto em que aparecem.

Pensamos também que o fato de não termos conseguido notórias diferenças entre a produção inicial e a final se deve ao fato de que, como já dissemos, o trabalho com a escrita ser um processo necessariamente contínuo. Nossa SD é uma pequena parte desse trabalho que, como se sabe, infelizmente, nem sempre vem sendo contínuo, mas estanque e esporádico.

Pesa ainda o fato de não nos fazermos presentes no momento da aplicação e facção da produção final, o que, por si só já acarreta desvios no resultado esperado. Mesmo na impossibilidade de comparecer à aula, estamos convictas de que a professora substituta fez o melhor que pôde em uma sala de aula cujos alunos são desconhecidos e reconhecidamente inquietos e falantes.

Cabe mencionar aqui ainda o fator temporal na aplicação da SD. Mesmo tendo sido planejada para onze aulas de 50 minutos e uma de cem minutos, acabamos por concretizá-la em sua totalidade em 16 horas-aula dentro do primeiro bimestre letivo. Inúmeros fatores interferiram para o prolongamento da aplicação dessa SD, um deles se deve ao fato de termos planejado as atividades da aula 4, sobre estrutura composicional e estilo do gênero artigo de opinião, considerando que esses conceitos seriam compreendidos em apenas 100 minutos, o que, de fato, não aconteceu.

Outro ponto que merece ser destacado é a concretização da teoria lida em uma SD aplicada. Como professora-pesquisadora, pensamos que o trabalho de pesquisa teórica e sua aplicação em uma SD foi muito importante para perceber que é possível unir teoria e prática de maneira explícita. Obviamente, faz parte de nosso fazer profissional o planejamento e a elaboração de atividades para nossos alunos, no entanto, nem sempre fica claro qual a teoria subjacente a essas atividades. Por isso, elaborar uma SD com referencial teórico claro foi tão importante quanto trabalhoso visto que a elaboração da SD para este trabalho de conclusão demandou semanas, até mesmo meses, de leitura, escrita, reescrita, considerações e alterações até que a considerássemos satisfatória.

Como dissemos, os imprevistos ocorridos e as lacunas que foram sendo observadas durante a aplicação e posterior análise dos resultados não são suficientes para descharacterizar a proposta ora aplicada, pois, apesar de não conseguirmos alcançar os objetivos almejados em sua totalidade, o planejamento e a execução desta SD foram de grande valia para professora e alunos, considerando o perceptível aprendizado e crescimento de ambas as partes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa surgiu da constatação, ainda em 2013, da falta de uso dos operadores argumentativos em produções de textos do gênero artigo de opinião por parte dos alunos de 9º ano do ensino fundamental em turmas nas quais dávamos aula na ocasião. Essa constatação nos inquietou e nos levou a pensar uma proposta de ensino que pudesse minimizar o problema detectado.

Para além do ensino tradicional das conjunções e suas classificações, era preciso pensar uma proposta que levasse o aluno a ler e escrever artigos de opinião observando o uso dessas palavras que, em nossa pesquisa, tratamos por operadores argumentativos. Por isso, decidimos pesquisar a relação entre o uso dos operadores argumentativos e a construção da argumentação em artigos de opinião.

Para que pudéssemos ir além do comumente realizado em nossa prática cotidiana até então, nossa pesquisa considerou a trajetória histórica da Língua Portuguesa (BARROS, 2008; FÁVERO, 2009), bem como as mudanças e novas perspectivas de ensino e letramento (KLEIMAN, 1995; 2005; MARCUSCHI, 2004; GERALDI, 2004; SOARES, 2009) e as orientações trazidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998). Enfocando nosso estudo no gênero discursivo (BAKHTIN, 2003) artigo de opinião, pesquisamos sobre a questão da argumentação (ROSSI-LOPES, 2012) e, mais especificamente, sobre os operadores argumentativos (DUCROT, 1989; KOCH, 2007). Como proposta prática, selecionamos uma sugestão de aulas disponível no Portal do Professor e, a partir da análise dessa aplicação, sugerimos e aplicamos uma sequência didática (DOLZ, NOVERRAZ, SCHNEUWLY, 2011 [2004]) que objetivava desenvolver a argumentação escrita dos alunos em textos do gênero artigo de opinião por meio do uso dos operadores argumentativos.

Diante dessa retomada teórica, realizada ao longo desse trabalho de conclusão, apresentamos aqui algumas considerações sobre nossa trajetória enquanto professora-pesquisadora-aluna do PROFLETTRAS.

A vontade de continuar os estudos e aperfeiçoar a prática em sala de aula já vem de longa data, sempre com a perspectiva de desenvolver um projeto que não ficasse restrito à academia e a uma estante qualquer, por isso, a oportunidade de cursar esse mestrado profissional veio em momento certo. No entanto, a obrigatoriedade de nos manter em sala de aula enquanto organizávamos o projeto para qualificação e, mais tarde, para a defesa, assistíamos às aulas e preparávamos trabalhos, seminários e artigos não foi tarefa fácil,

porém, certamente, uma experiência cansativamente enriquecedora, provando-nos que, diante das demandas da vida, conseguimos fazer mais do que imaginamos.

Considerando que o mestrado profissional não tem um fim em si mesmo, mas procura transformar a realidade escolar a partir de projetos de intervenção que os mestrandos propõem, procuramos elaborar uma sequência didática aplicável à nossa realidade.

Por isso, no que diz respeito à nossa inserção no PROFLETRAS, julgamos ter sido uma oportunidade única e estimulante, pois, por fazermos parte da primeira turma deste mestrado profissional, estamos ajudando-o a torná-lo conhecido e, com isso, animando outros colegas a fazer a prova de seleção. Nesse sentido, ser da primeira turma nos torna espelhos para os outros, pois veem em nós a possibilidade (ou não) de encarar esse desafio que é estudar e trabalhar ao mesmo tempo.

Além disso, ter a oportunidade de cursar um mestrado voltado para a pesquisa em sala de aula foi transformador, pois trouxe consigo a chance de refletirmos permanentemente sobre nossa própria prática pedagógica modificando modos de agir e ensinar, por isso, esta não é uma iniciativa governamental vazia, pois jamais voltaremos a ser e pensar como antes do PROFLETRAS.

Conciliando, então, o que vimos durante os três semestres de aulas e as necessidades encontradas em nossa realidade escolar, optamos por aplicar uma proposta encontrada no Portal do Professor, iniciativa que serve como referência para muitos professores de diversas localidades e realidades para buscar aulas de qualidade. E, a partir do que analisamos da aplicação dessa sequência de atividades, e considerando também os objetivos propostos, planejar e organizar uma sequência didática que pudesse minimizar os problemas constatados inicialmente.

A aplicação e análise da sugestão de aulas presente no Portal do Professor balizou também o que planejamos em nossa SD no sentido de tornar a aprendizagem dos alunos o mais aplicável possível, ainda mais se tratando de gênero discursivo. Consideramos que a aplicação de uma proposta já existente e sua análise trouxe grandes contribuições para o planejamento de nossa SD, uma vez que pudemos usar os acertos e lacunas constatados como modo de aperfeiçoar nossa proposta e, assim, oferecer um material de qualidade para os alunos e também para os professores que vão se alimentar desta fonte.

Levando em consideração a aplicação da sugestão e da proposta que elaboramos, pensamos que ambas tenham sido válidas, mesmo não tendo ocorrido como planejamos no início de nossa pesquisa em virtude da demora na aprovação do trabalho pelo comitê de ética e, no final, por licença saúde e licença maternidade. Esses contratemplos, inclusive, ilustram o

dia a dia dentro de uma escola: corriqueiramente nossos planejamentos sofrem alterações devido às necessidades e imprevistos, obrigando-nos a redirecionar e redimensionar o plano inicial.

A respeito da aplicação da proposta encontrada no Portal do Professor, ratificamos o que dissemos anteriormente: é uma iniciativa válida por trazer uma discussão pertinente (ética x corrupção) para dentro da sala de aula nos dias atuais através de música, debates e vídeos, no entanto, não alcança os objetivos a que se propõe, por isso, o papel do professor se faz ainda mais importante, uma vez que é de sua responsabilidade selecionar, com olhar criterioso, o material que levará para sala de aula e apresentará aos alunos.

Quanto à nossa proposta de sequência didática, sabemos que há espaço para modificações, adaptações, acréscimos ou, até mesmo, subtração de alguma atividade. Pensamos que, em situação outra (que não envolva licença saúde e licença maternidade), teríamos resultados diferentes e, possivelmente, melhores do que o que apresentamos em nossa análise, no entanto, apesar de não termos atingido resultados significativamente notórios, percebemos certa evolução na aprendizagem dos alunos.

As produções finais dos alunos mostram um pequeno avanço na compreensão do gênero artigo de opinião e de suas especificidades. No que diz respeito ao uso dos operadores, os alunos seguiram utilizando-os adequadamente, mas sem a ampliação das possibilidades de uso.

Pensamos que, apesar dos contratemplos registrados quando da aplicação da sequência didática, ela contribuiu para trazer para dentro da sala de aula discussões pertinentes ao universo dos jovens alunos e, em algum grau, para o aumento da habilidade escritora dos estudantes.

Sabemos também que as atividades de leitura e escrita precisam ser desenvolvidas como um processo que se inicia antes mesmo da entrada no primeiro ano do ensino fundamental e que permanecerá ao longo de toda vida, por isso, iniciativas como esta, de planejar e executar uma sequência didática ao longo de um bimestre letivo, ganham ainda mais destaque porque possibilitam pensar o fazer real do aluno.

De modo mais amplo, podemos afirmar que esta dissertação consegue comprovar as questões de pesquisa e os objetivos inicialmente propostos: acreditamos que a utilização de sequências didáticas auxilia na aprendizagem de conteúdos específicos da Língua Portuguesa sem, no entanto, utilizar a nomenclatura tradicional, como é o caso dos operadores argumentativos e da argumentação.

Independente dos resultados oficiais obtidos, esperamos que, com a aplicação dessa sequência didática, os alunos tenham sido impactados positivamente, desde a participação nas discussões em sala de aula à (re)escrita de um artigo de opinião utilizando os operadores argumentativo conforme seus objetivos comunicativos.

Esperamos contribuir, ainda, não só com a reflexão pessoal e profissional da professora-pesquisadora, como também com as de outros professores de LP em relação ao gênero discursivo artigo de opinião e ao uso dos operadores argumentativos.

Acreditamos, ainda, que, assim como esta pesquisa trouxe benefícios para seus participantes, ela trará para os demais professores de Língua Portuguesa que a ela tiverem acesso. Dentre os benefícios trazidos para os participantes, podemos citar: a oportunidade de desenvolver atividades de leitura e produção textual, por meio de uma SD, que contribui, de alguma forma, para minimizar as dificuldades em utilizar os operadores argumentativos em diversos gêneros diferentes de textos, não apenas em artigos de opinião; a participação em atividades que buscam desenvolver habilidades cujo foco é a formação de um leitor e produtor de textos crítico, reflexivo e atento para a construção do gênero discursivo e do sentido desejado; a participação em aulas que foram planejadas exclusivamente para os participantes da pesquisa, que buscaram despertar no aluno participante a motivação e prazer nas práticas de escrita do gênero artigo de opinião; e, por fim, os participantes da pesquisa colaboraram com um estudo que busca auxiliar os professores de Língua Portuguesa no ensino desse gênero em destaque, visando à melhoria da Educação Básica, especialmente da rede pública no país.

Pode-se dizer que o desenvolvimento desta pesquisa-ação trouxe reflexões importantes ao “ser professora” da pesquisadora, mostrando-lhe que é necessário desenvolver permanentemente pesquisas que estejam vinculadas a atividades que busquem a transformação da realidade escolar da rede pública de ensino.

Nosso desejo é que esta dissertação não fique guardada em uma gaveta qualquer, mas que contribua para a formação de outros professores e estudantes no que tange ao ensino do gênero artigo de opinião e dos operadores argumentativos.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Denise. **A argumentação em textos de autoajuda.** 2010. 112f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- AMARAL, Heloísa. **Sequência didática e ensino de gêneros textuais.** [2013] Disponível em: <<https://www.escrevendoofuturo.org.br/conteudo/biblioteca/artigos/artigo/1539/sequencia-didatica-e-ensino-de-generos-textuais>>. Acesso em: 09 jul. 2015.
- ANTUNES, Irandé. **Aula de português:** encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- ARANTES, Marilza Borges. **A argumentação nos gêneros fábula, parábola e apólogo.** 2006. 171f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** Tradução de Paulo Bezerra. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1979].
- BARBOSA, Gislene Aparecida da Silva. **A contribuição da Sequência Didática no desenvolvimento da leitura e da escrita no Ensino Médio:** análise dos materiais didáticos “Sequência Didática Artigo de Opinião” e “Ponto de Vista”. 2011. 123f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2011.
- BARROS, Eliana Merlin Deganuti; BARDINI, Vanessa Severino. A construção de sequências didáticas para o ensino da língua: uma proposta didática mediada pelo gênero “crônica humorística”. **Entretextos.** Londrina, v.12, n. 2. p. 80-112, jul/dez 2012.
- BARROS, Maria Emília de Rodat de Aguiar Barreto. A língua portuguesa na escola: Percurso e perspectiva. **Interdisciplinar.** v. 6, nº 6 - p. 35-56, jul/dez de 2008.
- BATISTA, Luiz Eduardo Mendes. **Os gêneros escritos do argumentar no espaço didático.** 2008. 90f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.
- BETHÔNICO, Jônio Machado et al. Letramento em Marketing no Portal do Professor. 6a. CONFERÊNCIA LATINO-AMERICANA DE OBJETOS DE APRENDIZAGEM E TECNOLOGIAS PARA A EDUCAÇÃO – LACLO. Montevideo, 2011. **Anais...** Montevideo: Universidad de La Republica. Disponível em: <http://laclo2011.seciu.edu.uy/publicacion/laclo/laclo2011_submission_114.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2014.
- BEZERRA, Maria Auxiliadora. Ensino de Língua Portuguesa e contextos teórico-metodológicos. In: DIONÍSIO, Angela; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). **Gêneros Textuais & Ensino.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p.39-50.

BIELSCHOWSKY, Carlos Eduardo.; PRATA, Carmen Lúcia. Portal Educacional do Professor do Brasil. **Revista de Educación**, 352, p.1-14, maio/ago. 2010.

BOFF, Odete Maria Benetti; KÖCHE, Vanilda Salton; MARINELLO, Adiane Fogali. O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem** - ReVEL, vol. 7, n. 13, p. 1-12, 2009. Disponível em <http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_13_o_genero_textual_artigo_de_opiniao.pdf>. Acesso em: 02 out. 2013.

BORGES, Andréa Lopes. **Os usos de porém em artigos de opinião contemporâneo do Brasil**. 2012. 165p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

BRÄKLING, Kátia Lomba. Trabalhando com artigo de opinião: re-visitando o eu no exercício da (re)significação da palavra do outro. In: ROJO, Roxane (Org.). **A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs**. São Paulo: EDUC / Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001, p.221-247.

_____. **O contexto de produção de textos**. In: Oficina Cultura 4 – Momento 1; SEE/Fundação Vanzolini. PEC – Formação Universitária; 2001. Disponível em: <http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Regionais/108700/Documentos/DOT-P/DOT-P%202014/Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o/Encontro%2015-08-2014/O_CONTEXTO_DE_PRODUTO%C3%87%C3%83O_DOS_TEXTOS.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2015.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria da Educação Fundamental, 1998.

BRETON, Philippe. **A argumentação na comunicação**. Bauru: EDUSC, 1999.

CASEIRO, Cíntia Camargo Furquim; GEBRAN, Raimunda Abou. Avaliação formativa: concepção, práticas e dificuldades. **Nuances: estudos sobre Educação**. Presidente Prudente, SP, ano XIV, v. 15, n. 16, p. 141-161, jan./dez. 2008.

DIAS, Eliana; OTTONI, Maria Aparecida Resende. Ensino dos gêneros discursivos: sequências didáticas do portal do professor. **Letras & Letras**. v. 29, n. 2, p.1-15, 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/25980/14266>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

DIAS, Eliana et al. Gêneros textuais e (ou) gêneros discursivos: uma questão de nomenclatura?. **Interacções**, v. 7, nº. 19, p.142-155, 2011.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michèle; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. 2. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011 [2004], p. 81-108.

DUCROT, Oswald. Argumentação e “*topoi*” argumentativos. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989, p. 13-38.

FARENZENA, Deize; BARIN, Nilza. Conjunções no processo argumentativo. **Disciplinarum Scientia**, Série: Artes, Letras e Comunicação, Santa Maria, v. 6, n. 1, p. 111-136, 2005.

FÁVERO, Leonor Lopes. História da disciplina Português na escola brasileira. **Revista Diadorim**. v. 6, p. 55-68, 2009. Disponível em: <<http://www.revistadiadorim.letras.ufrj.br/index.php/revistadiadorim/article/viewFile/110/131>>. Acesso em: 06 jan. 2015.

FIGUEIREDO, Laura; BALTHASAR, Marisa; GOULART, Shirley. Operadores Argumentativos. In: _____. **Singular & Plural – Leitura, produção e estudos de linguagem 8º ano**, 2012, p.242-249.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. Concepções de linguagem e ensino de Português. In: GERALDI, João W. (Org.). **O texto em sala de aula**. São Paulo: Editora Ática, 2004, p.39-46.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do português. 3. ed. Campinas: 2002.

KLEIMAN, Angela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Angela B. (Org.). **Os significados do letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 1995, p. 15-61.

_____. **Preciso ensinar o letramento? – Não basta ensinar ler e escrever?**, 2005. Disponível em: <www.iel.unicamp.br/cefiel/alfaletras/biblioteca_professor/arquivos>. Acesso em: 06 abr. 2014.

KOCH, Ingredore G. V. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **A inter-ação pela linguagem**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Argumentação e linguagem**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES-ROSSI, Maria Aparecida Garcia. A Produção Escrita de Gêneros Discursivos em Sala de Aula: Aspectos Teóricos e Sequência Didática. **SIGNUM: Estudos da Linguagem**, Londrina, n. 15/3, p. 223-245, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/13039/12518>>. Acesso em: 03 out. 2013.

MARCHESANI, Silvana. **A argumentação em editoriais e artigos de opinião**: um estudo comparativo. 2008. 173f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

MARCUSCHI, Luis Antônio. **Da fala para a escrita:** atividade de retextualização. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). **Gêneros textuais e ensino.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 19-38.

MOREIRA, Daniel A. **O método fenomenológico na pesquisa.** São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

PARREIRA, Miriam Silveira. **Um estudo do uso de operadores argumentativos no gênero editorial de jornal.** 2006. 223f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

RAMOS, Milton G. **Linguagem e argumentação na produção escrita de vestibulandos.** 2006. 132f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

RIBEIRO, Tatiane Silva. **Operadores argumentativos como construtores de sentido em editoriais.** 2013. 141f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

RODRIGUES, Paloma Alinne Alves; SCHLÜNZEN JÚNIOR, Klaus; SCHLÜNZEN, Elisa Tomoe Moriya. Recursos Digitais e Pedagógicos: Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE) e Portal do Professor buscando aprimorar o uso da Informática na educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação.** v. 4, n. 3, p. 1-10, 2009. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/download/2766/2502>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

ROJO, Roxane. **A prática de linguagem em sala de aula:** praticando os PCNs. São Paulo: EDUC/Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

_____. A Concepção de Leitor e Produtor de Textos nos PCNs: “Ler é melhor que estudar”. In: FREITAS, M.T.A & COSTA, S.R (Org.). **Leitura e Escrita na Formação de Professores.** São Paulo: Musa, 2002, p.31-52.

SANTOS, Ana Paula Ramalho; BRITO, Anny Michelly; ALTAFINI, Berenice Alves da Silva. Artigo de opinião: múltiplas aplicabilidades no ensino da língua materna. **Revista Philologus**, ano 20, número 60, supl. 1: Anais da IX JNLFLP. Rio de Janeiro: CiFEFil, set./dez.2014.

SANTOS, Cassiani; ABREU, Sabrina Pereira de. **Considerações sobre o uso dos operadores argumentativos em artigos de opinião.** 2015. 24f. Conclusão de curso (Especialização em Gramática e Ensino da Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras. Porto Alegre, 2015.

SANTOS, Leonor W. dos. Práticas de linguagem e PCN: o ensino da língua portuguesa. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida L. & SANTOS, Leonor W. dos (Org.). **Estratégias de leitura: texto e ensino.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. p. 59-68.

SANTOS, Maíra Cordeiro dos; MELO, Maria de Fátima. A utilização da sequência didática para a construção da argumentação no artigo de opinião. **Revista Brasileira de Pós Graduação**, Brasília, supl. 2, v. 8, p. 619 - 635, março de 2012. Disponível em: <http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.8_suplemento2/capitulo11.pdf>. Acesso em: 02 out. 2013.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed revista e atualizada. São Paulo, Cortez, 2007.

SILVA, Elson M. da. **Reflexões acerca do letramento: origem, contexto histórico e características**. 2004, p. 1-10. Disponível em <http://www.cereja.org.br/pdf/20041105_Elson.pdf>. Acesso 18 ago. 2015.

SILVA, Marcos Antônio da. **O mas na produção textual: uma análise semântico-discursiva**. 2010. 93f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

SILVA, Walleska B. **A relação entre referenciamento e argumentação**. 2008. 193f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

TAVARES, Francis Mari Ribeiro da Silva. **Desenvolvimento de sequência didática para a produção textual escrita do gênero artigo de opinião na rede social Facebook**. 2014. 101f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2014.

TRAVAGLIA, Luiz C. A caracterização de categorias de texto: tipos, gêneros e espécies. **Alfa**, São Paulo, n. 51 (1), p. 39-79, 2007.

UBER, Terezinha de Jesus Bauer. **Artigo de opinião: estudos sobre um gênero discursivo**. 2008, p. 1-23. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/255-4.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2013.

WITTKE, Cleide Inês. Parâmetros curriculares nacionais (PCNS). In: _____. **Ensino de língua materna: PCNs, Gramática e Discurso**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, p. 20-41.

ANEXOS

ANEXO 1 – Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) senhor(a),

o(a) menor, pelo qual o(a) senhor(a) é responsável, está sendo convidado(a) a participar de nossa pesquisa intitulada “Uma abordagem dos operadores argumentativos em artigos de opinião: uma proposta de sequência didática para o 9º ano” sob a responsabilidade das pesquisadoras Prof. Mestranda Caroline Schwarzbold e Profa. Dra. Maria Aparecida Resende Ottoni (orientadora).

Nesta pesquisa nós estamos buscando entender de que maneira o uso adequado dos operadores argumentativos (por exemplo, as conjunções) colabora para a existência de uma argumentação consistente em textos do gênero artigos de opinião produzidos pelos alunos.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Caroline Schwarzbold, professora de Língua Portuguesa, através do envio deste termo juntamente com um bilhete para a casa dos estudantes que o devolverão assinado por seu responsável assim que possível.

Em relação à participação do(a) menor na pesquisa, ele(a) participará normalmente das aulas, produzindo textos e realizando as atividades que lhe forem solicitadas pela professora. Como resultado, ao final das atividades propostas em aula, cada aluno terá produzido um texto do gênero artigo de opinião que servirá como elemento de análise considerando o uso dos operadores argumentativos (conjunções).

Em relação ao risco de o menor ter sua produção textual identificada, salientamos que manteremos sigilo do trabalho feito por seu filho, não expondo qualquer dado que o identifique. Mesmo que os resultados da pesquisa venham a ser publicados, ainda assim a sua identidade será preservada. O que nos interessa em nossa pesquisa é a produção textual feita pelo aluno durante a aula de Língua Portuguesa.

Cabe salientar que o(a) menor não terá nenhum gasto e/ou ganho financeiro por participar na pesquisa.

Não há riscos de danos físicos na participação do(a) menor nesta pesquisa visto que ela contempla os conteúdos e planejamentos a serem desenvolvidos nas turmas de 9º ano. Como benefícios de participação nesta pesquisa, os alunos envolvidos terão a oportunidade de desenvolverem atividades de leitura e produção textual que visam a minimizar possíveis dificuldades ao produzir textos escritos, ou seja, os alunos terão a oportunidade de melhorar seu desempenho escrito.

É importante esclarecer também que o(a) menor é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação. Se o aluno não se sentir seguro ou confiante em participar da pesquisa, não haverá nenhum prejuízo em relação às avaliações da disciplina Língua Portuguesa, uma vez que ele realizará as atividades normalmente em seu caderno, não servindo como dados de pesquisa.

Sr. Responsável, uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o(a) senhor(a), responsável legal pelo(a) menor e outra deverá ser devolvida à professora mestrand(a).

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, o(a) senhor(a), responsável legal pelo(a) menor, poderá entrar em contato com a professora Caroline Schwarzbold, na escola Professor Otávio Batista (Rua José Rezende dos Santos, 1010 – B. Brasil – fone: 3212-3511). Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres-Humanos – Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, Campus Santa Mônica – Uberlândia – MG, CEP: 38408-100; fone: 34-32394131

Uberlândia, de de 200.....

Assinatura dos pesquisadores

Eu, responsável legal pelo(a) menor _____
consinto na sua participação no projeto citado acima, caso ele(a) deseje, após ter sido
devidamente esclarecido.

Responsável pelo(a) menor participante da pesquisa

ANEXO 2 – Termo de assentimento para o menor

TERMO DE ASSENTIMENTO PARA O MENOR

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada “Uma abordagem dos operadores argumentativos em artigos de opinião: uma proposta de sequência didática para o 9º ano”, sob a responsabilidade da Prof. Mestranda Caroline Schwarzbold e da Profa. Dra. Maria Aparecida Resende Ottoni (orientadora).

Nesta pesquisa nós estamos buscando entender de que maneira o uso adequado dos operadores argumentativos colabora para a existência de uma argumentação consistente em artigos de opinião produzidos pelos alunos.

Na sua participação você participará normalmente das aulas de Português, produzindo textos e realizando as atividades que lhe forem solicitadas pela professora. Como resultado, cada aluno terá produzido um texto do gênero artigo de opinião que servirá como elemento de análise considerando o uso dos conectivos (operadores argumentativos).

Não há riscos de danos físicos na sua participação nesta pesquisa visto que ela contempla os conteúdos e planejamentos para o 9º ano. Como benefícios de sua participação nesta pesquisa, você terá a oportunidade de desenvolverem atividades de leitura e produção textual que visam a minimizar as possíveis dificuldades existentes em utilizar adequadamente os conectivos em suas produções escritas, ou seja, você terá a oportunidade de melhorar seu desempenho escrito.

No entanto, há um risco mínimo de que os sujeitos entrevistados possam ser identificados. Porém, para que não haja a identificação desses sujeitos, garantimos o sigilo quanto a suas identidades, mesmo no momento de divulgação e publicação desta pesquisa. Desta forma, em nenhum momento você será identificado. Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa.

Mesmo seu responsável legal tendo consentido na sua participação na pesquisa, você não é obrigado a participar da mesma se não desejar. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação. Uma via original deste Termo de Esclarecimento ficará com você.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com a professora Caroline Schwarzbold, na escola Professor Otávio Batista (Rua José Rezende dos Santos, 1010 – B. Brasil – fone: 3212-3511). Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres-Humanos – Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, Campus Santa Mônica – Uberlândia – MG, CEP: 38408-100; fone: 34-32394131

Uberlândia, _____ de _____ de 2014

Assinatura dos pesquisadores

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Participante da pesquisa

ANEXO 3 – Projeto aprovado pelo Comitê de Ética

- DADOS DO PROJETO DE PESQUISA
Título Público: UMA ABORDAGEM DOS OPERADORES ARGUMENTATIVOS EM ARTIGOS DE OPINIÃO: UMA PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O 9º ANO Pesquisador Responsável: MARIA APARECIDA RESENDE OTTONI Contato Público: MARIA APARECIDA RESENDE OTTONI Condições de saúde ou problemas estudados: Descritores CID - Gerais: Descritores CID - Específicos: Descritores CID - da Intervenção: Data de Aprovação Ética do CEP/CONEP: 20/11/2014

- DADOS DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE
Nome da Instituição: Instituto de Letras e Linguística Cidade: UBERLÂNDIA
- DADOS DO COMITÉ DE ÉTICA EM PESQUISA
Comitê de Ética Responsável: 5152 - Universidade Federal de Uberlândia/MG Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica Telefone: (34)3239-4131 E-mail: cep@propp.ufu.br
- CENTRO(S) PARTICIPANTE(S) DO PROJETO DE PESQUISA
[Redacted]
- CENTRO(S) COPARTICIPANTE(S) DO PROJETO DE PESQUISA
[Redacted]

ANEXO 4 – Exemplos de produção textual dos alunos

(Proposta da sugestão de aulas do Portal do Professor)

Texto 1

Corrupção, pra que?

Corrupção é qualquer coisa que você faz para ter vantagens, que vão usar outras pessoas, seja diretamente ou indiretamente. Na minha opinião corrupção é algo normal hoje em dia, ainda mais, em nosso país.

Até mesmo as crianças são corruptas por exemplo, quando veem um "amiguinho" que não vê maldade nas pessoas, essa criança irá usar desse amiguinho para fazer coisas erradas e levar a culpa, mas na mente dele será algo certo depois ele não imagina que as pessoas são corruptas, consequentemente, quando essa criança crescer ela pode ser cada vez mais corrupta.

Já no cenário nacional, nosso país é um dos países mais corruptos, sem dúvida, da falta de uma punição decente, por exemplo, sempre vejo notícias de políticos corruptos, mas por eles terem dinheiro e tudo mais, saem elas das suas punições.

Eu acho que é bem difícil acabar com a corrupção, pois ela acontece mesmo que em pequenas coisas. Mas eu acho que se acontecesse uma "limpeza" no Congresso Nacional grande parte da corrupção do país viria acabar

Texto 2

A corrupção hoje em dia é o maior problema, não só no Brasil, mas em todo mundo.

A corrupção começa quando você paga um policial para não ter de dar uma multa ou quando paga um amigo para fazer um "favor".

A corrupção é um problema, pois os políticos deviam servir os que elegeram seu poder para fazer melhorias no país para esse particular. Mas a corrupção, não está somente entre os políticos, também está entre toda a sociedade, quando você paga para alguém te arrumar emprego, e para outros ficar colado para não falar aquilo ruim.

A solução seria fazer os pais e os amigos que estão se envolvendo mais servir e prender quem está fraudando os valores.

Texto 3

corrupção

Definir corrupção como o uso do poder ou da autoridade para obter vantagens em benefício próprio, isto é, para a própria pessoa e a sua família ou amigos.

Existem recursos públicos, por exemplo, superfaturamento de obras ou de compra pública.

Entanto, uma corrupção é argumentativo numa frase.

Poderemos nos dizer que uma corrupção é detectada no mercado ou em governo, ainda é perigoso.

A corrupção é necessária em qualquer lugar que você for para fazer. Falar corretamente

Texto 4

Brasil um país da corrupção

A corrupção é um meio pelo qual o dinheiro público é roubado, gastado pelos políticos corruptos que não ligam para a pobreza, miséria, a falta de saúde e educação que não atingem o governo.

No Brasil os políticos praticam a corrupção escondido da população que é imediatamente explorada pelo governo que invés de ajudar a população, de melhorar a qualidade de vida da população.

No Brasil faltam auditores para fazer o trabalho de fiscalização; os brasileiros não valorizam os auditores. Os jornalistas denunciaram a moral dos políticos e também denunciaram por causa de alguém não aguentar. Os bairros vem dentro dos partidos, como deputados, vereadores e até prefeitos.

Eles se candidatam e iludem a população oferecendo uma vida melhor, a qual não acontece. Quando o dinheiro que a população investem em melhorias, têm seu dinheiro roubado e gastado por políticos corruptos.

Varos políticos corruptos aumentam seus salários com dinheiro público; enquanto a população tenta sobreviver. Os políticos prometem mais bolsas famílias, melhorias no transporte, construção de mais escolas e creches e melhorias na saúde.

Em outros países como a Dinamarca e Holanda eles controlam a corrupção, na qual a população tem o seu dinheiro investido em melhorias como saúde e educação.

Brasil um país corrupto que não respeita os trabalhadores.

ANEXO 5 – Exemplos de artigos de opinião escolhidos pelos alunos

TEXTO 1

Correio de Uberlândia, 16 de fevereiro de 2015 08:29

Cadê o Brasil?

Quem ainda não está indignado com tanta lambança que tem ocorrido em nosso país, a partir de alguns que nós mesmos ajudamos a eleger? Ainda existem valores morais e vergonha na cara a serem preservados? Corrupção, operações ilegais de dinheiro público, fraudes, campanhas políticas absolutamente repulsivas, vergonhosas; mentiras e omissões da parte de quem paga para trabalhar por nós, pelo Brasil; uma Justiça que caminha a passos lentos e que coloca em dúvida o bom senso e o espírito reto e equilibrado que esperamos em nossos tribunais; um total desrespeito à vida até mesmo em hospitais e postos de saúde; prédios escolares e professores da rede pública, esquecidos em termos de valorização pela sua fundamental importância na preparação de uma nova geração de brasileiros; criminalidade incontrolável e ao ponto de tornar-se algo trivial e ordinário na vida de milhões de brasileiros...

Quero o meu Brasil de volta! Milhares de famílias querendo ser bacanas e moderninhas se afundam em dívidas enquanto aguardando um providencial perdão de Dona Dilma que, por sua vez, parece não querer enxergar o quanto devasso está quem deveria gerir o dinheiro público com lealdade e sensatez. No país do “finjo que governo e vocês fingem que são governados”, fabrica-se aviões e navios de grande porte, expande-se a agricultura pelo cerrado e extrai-se petróleo com tanta agilidade que sequer nos lembramos da existência de 13 milhões de analfabetos e de centenas de milhares de famílias dependentes de cestas básicas e de médicos cubanos. Faz mal não. O importante para a grande maioria dos brasileiros é que sejamos probos, moderninhos, cordiais, sorridentes e amistosos; que continuemos fazendo passeatas contra a corrupção, mas não deixemos nunca de louvar os verdadeiros heróis nacionais: Renan, Roseana, Sarney, Zé Dirceu e Maluf, além de continuarmos votando em palhaços que, depois de eleitos, riem de nossas caras e desafiam a nossa brasilidade por saberem o quanto somos absolutamente inofensivos às suas pretensões.

Continuamos, a cada dia, enganando a nós mesmos enquanto acreditando no irracional, ao ponto de votarmos em quem vende uma imagem falsa de si mesmo e, pior, para ser o que a maioria de nós gostaria de ser. Xingamos, bradamos, censuramos e jogamos paus e pedras em quem rouba e corrompe para, depois de algum tempo, conduzirmos aquelas mesmas pessoas ao trono da felicidade e do gozo palacianos. Quero de volta o meu Brasil, inteirinho, não faltando pedaço algum; quero ver o povo brasileiro conduzindo, ao contrário de continuar pedindo bênção a quem tem a obrigação de conduzi-lo e satisfazê-lo através de ofertas de trabalho e de assistência à saúde, à educação e de investimentos na Segurança Pública e em quase tudo relacionado a nossa malha viária, vergonhosa por ser criminosa. Quero um país onde todos os titulares dos ministérios nunca tenham se envolvido em escândalos políticos ou nem sequer estejam sendo investigados. Quero um país com menos discursos e mais ações; quero de volta um Brasil onde coexistam a vergonha, o respeito e o desejo de cada um de nós em tornar a orgulhar-se de ser brasileiro. Cadê o nosso Brasil?

Gustavo Hoffay, Agente Social, Uberlândia (MG)

TEXTO 2

Correio de Uberlândia, 8 de março de 2015 08:46

Pena de morte jamais

Em 18 de dezembro de 2014, a imprensa dos EUA, noticiara uma barbaridade. George Stinney, um jovem negro de 14 anos, acusado de matar duas garotas brancas, e executado pelo Poder Judiciário dos EUA em 1944, era inocente. O julgamento do adolescente, tardiamente anulado, é um entre as centenas de erros judiciários descobertos. A revista científica americana *"Proceedings of the National Academy of Sciences"* publicou, em abril de 2014, um interessante dado estatístico apontando que 4,1% dos condenados à pena de morte naquele país são inocentes. E por que isso ocorre? Pelo simples motivo de que o processo judicial, como um ato humano, está sujeito a erros.

Diante dos crimes hediondos, muitos acreditam que a pena de morte é uma forma de castigo adequada e necessária. Os defensores da pena extrema se pronunciam com muita ênfase da necessidade dessa medida, sempre recorrendo a um forte apelo emocional mais ou menos assim: “e se matassem um filho seu, você se oporia à pena de morte?” Acho que a melhor resposta, a que está mais próxima desse nível de raciocínio, seria a seguinte: “e se seu filho fosse falsamente acusado e condenado à morte, você teria a mesma opinião?” Não creio que a resposta seria a mesma, o que induziria os defensores dessa forma de abordagem a incorrerem, inevitavelmente, em contradição ou hipocrisia.

Os defensores do rigor penal, além de penas severas, gostariam também que o Estado suprimisse aquilo que consideram excesso de garantias processuais à defesa dos acusados e que compõem o “devido processo legal” previsto na Carta Magna, em seu artigo 5º, incisos 54 e 55. Um mínimo a se dizer aqui seria que as garantias fundamentais, como a presunção de inocência, são irrenunciáveis diante do poder descomunal do Estado – trata-se, portanto, de uma proteção geral para a pessoa humana.

No passado, a indignação com a execução de inocentes era causada pela ausência de garantias processuais, quando o julgamento era conduzido por superstições, como sucedeu com a Igreja Católica, em que a acusação era dotada de presunção de veracidade, cabendo ao acusado provar sua inocência mediante tortura perante os “santos juízes” nos tribunais da Santa Inquisição. No Brasil, tivemos a emblemática execução por enforcamento, em 1855, de Manuel da Mota Coqueiro (um rico fazendeiro acusado de matar colonos). Conta-se que o imperador Pedro II ficou tão abalado quando soube de sua inocência que revogou a pena de morte “para sempre” (nossa ordem constitucional, desde então, proíbe a pena capital, art. 5º, inciso 47).

É preciso conhecer a história do Estado, entendê-lo e perder a ilusão com seu poder repressivo. O Estado violento não foi e nunca será a melhor resposta para enfrentar a criminalidade. Dessa ilusão, já surgiram graves consequências políticas e sociais, como foram os métodos de higienização social. Aliás, o próprio EUA, com a mais elevada taxa de encarceramento do mundo (quase 1% de americanos presos), é uma demonstração de que não se pode esperar nenhuma eficiência do sistema prisional sequer na inibição da criminalidade. A luta da burguesia pela contenção do poder estatal marcou o surgimento da modernidade e permanece inacabada para os homens sensatos. Quanto ao fenômeno social da criminalidade, conforme estudos, a melhor resposta continua sendo as reformas sociais profundas; como discordar?

ANEXO 6 – Produção inicial

Texto 1 – A1

Rúdes Sociais

Privacidade é algo ótimo, mas hoje um dia é difícil, internet é um meio de comunicação com os amigos e até mesmo familiares.

Privacidade para mim é poder postar ou mandar o que quiser sem opiniões das pessoas, ou temos uma opinião certa sobre pessoas de, que já presenciei várias vezes.

Na minha opinião todos deviam ter privacidade e respeite para quem as redes sociais quer querem, muitas vezes disso é pela falta de educação de muitos.

Mas, por um lado é bom, para se manter seguro com familiares e amigos preservando, hoje o mundo está perigoso, muitos sofrem bullying, e etc. Todos devem voltar a ver pelas lentes, pelo lado e pelo bom.

Texto 2 – A2

Tudo que eu comece a falar sobre a internet, quero também dizer sobre a privacidade pois bem só podemos correr perigos e isso pode só nos prejudicar, o principal disso é que a internet é a fonte de onde tudo pode acontecer.

Minha opinião é que esse problema deveria ter mais segurança, pois o número para os casos de roubos e desaparecimentos não grandes não é o dia.

A conclusão é que a internet deveria ter um programa de segurança para que os hackers não invadem nossos arquivos pessoais e assim as famílias viverem bem seguro.

Texto 3 – A3

"Antigo de, opinião :
"Privacidade na internet"
Invasão de Privacidade

A internet é muito usada hoje em dia por milhares de pessoas. Nós usamos a internet pra nos comunicar, compartilhar fotos, vídeos e também documentos.

Na maioria das vezes onde compartilhamos algo através da internet podemos estar mostrando isto pra o mundo todo. exemplo :

Quando uma pessoa coloca uma foto vovozinha pode ver e ir compartilhando com outras pessoas através da internet.

Uma das soluções pra ter privacidade ou segurança na internet é colocar senha pra que a pessoa que queria ver seus documentos não consiga vê-los. também entra se em sites confiáveis, mas entra em qualquer site.

Texto 4 – A4

Como evitar o vazamento de conteúdo.

A privacidade na internet depende apenas do modo em que usamos, por exemplo uma mulher tira fotos suas no telefone, ela já está expondo o risco de destas fotos "vazarem na internet". Isso pode ser facilmente evitado é só não tirar as fotos. Isso não se aplica apenas com fotos acontece também com vídeos e áudios.

Já se tornando mais comum a cada dia, cyber criminosos invadem celulares, computadores e outros dispositivos conectados à internet.

E uma solução tão simples é só não publicar este tipo de conteúdo.

Texto 5 – A5

Anônimidade

Privacidade é quando quer se esconder, seja em rede social, pesquisa ou a prisão de algumas pessoas, seja em fotos, arquivos ou perguntas.

Poçue pode ter arquivos secretos, que tem de ser totalmente privado, ou fotos que qual seja dela, requer privacidade.

Poderem ter privacidade colocando boms anti-virus e não colhendo coisas que possa se alta privacidade na internet.

Texto 6 – A6Privacidade Inválida

Nem valemos mais o que é privacidade válida, quando todos vivem em
assustados com os riscos de invasão da privacidade na internet, pessoas que vêm entrar em
depressão ou falam alguma coisa pior, porque suas perfis foram invadidos, e as pessoas que
invadem, comparam os públicos casais desrespeitados, fingindo ser a pessoa.

Por que as pessoas fazem isso? Eu acho que isso é muito infeliz dali para mim
já viu, porque às vezes, não tem motivos pra fazer isso. Muitas fazendo de tudo para sua
privacidade não ser invadida, e tentar conseguem invadir o perfil. Tem gente que não pode nem
postar fotos e vídeos mais, tem pessoas que fazem até montagens com a foto das pessoas e manda
para "todo mundo", como se fosse a pessoa que estivesse tendo a foto do que fez, eu acho
que é um absurdo, e uma falta de respeito, porque às vezes as pessoas nem conhecem as vítimas.

É difícil prevenir isso, mas tem jeito. Não aceitar pessoas desconhecidas no seu perfil, não
publicar certas fotos, bloquear uns amigos só, os amigos, etc. Tudo isso, vai que isso
vai demorar, vai levar tempo a pessoa que invadiu não querer parar de fazer coisas, só tem, infeliz-
mente é difícil evitar essa pessoa.

Texto 7 – A7

A internet é uma maneira de se entender, de descobrir ou uma forma de passar o tempo

Um dos problemas da internet mais problemático
atualmente é a privacidade, em que muito se discute.

Na minha opinião, para evitar futuros pro-
blemas, garçons ou a mesma menina, é preciso pensarem
antes de realizarem alguma coisa que não prejudicá-los
ou constrange-los mais tarde

Texto 8 – A8

Salto de Privacidade na internet

Muitas vezes, encontramos em sites onde salvamos nossos documentos até usarmos para guardar fotos e documentos.

Mas é na o site que usamos fazendo e nossos documentos "vibarem" na internet onde não se tem controle de modo, não tem como apagar, um caminho nem volta.

Podemos verter que isso aconteça, não usando a internet como local de guardar documentos.

Suponha uma situação onde vemos foto comprometedoras suas ficas parar na internet, você tentaria apagá-la, mas não pode. É único que não ter acesso a essa foto qualquer pessoa nesse mundo preferir ter acesso a essa foto e só fazer um download da sua foto vez mais não temos mais privacidade.

Então para prevenir que isso não aconteça com você próprio não usar a internet como local para guardar documentos.

Texto 9 – A10

A privacidade na internet

Hoje, a internet é muito usada em todo o mundo. Com ela, as pessoas podem se comunicar, pesquisar, render e comprar. Mas nem sempre elas se preocupam com sua privacidade, sua segurança, e mais milhares de formas de ter suas informações roubadas e expostas. Fius e hackers são um problema que persiste. Eles invadem seu computador e podem coletar até mesmo senhas. Para se proteger é conselhável ter um bom antivírus, ter certeza de que o site que está entrando é seguro e nunca guardar dados importantes no computador. Existem sites confiáveis, como o Facebook, que, enquanto você o acessa, coleta algumas informações.

Sua privacidade pode acabar em questões de segundos, por isso é de extrema importância a atenção ao navegar pela internet.

Texto 10 – A11

liberdade demais?

No mundo atual, é raro encontrar alguma pessoa que não tem conta em uma rede social. Se você parar para perguntar o porquê, vai ver que na maioria das vezes, é para manter um pouco da sua privacidade. Por outro lado, há pessoas que "adicinham" em suas redes sociais, outras pessoas que se quer nem sabem quem são, preocupadas apenas em ser conhecidas. Isso de certa forma é perigoso, pois a partir de momentos em que se posta algo nas redes, não se tem mais controle sobre o que seus "amigos" fizeram com essas informações.

Por exemplo, quando uma menina envia fotos íntimas para outra pessoa, quase sempre tem as fotos espalhadas, e é sempre humilhada e julgada, sofrendo com as consequências.

Por isso, quando se usa a internet, deve-se ter responsabilidade e negar dos seus atos. Você pode compartilhar momentos e sensações, sem se expor totalmente e ser invadido.

Texto 11 – A17

Problemas da Internet

A internet de certa forma pode ser uma maneira de entretenimento, diversão ou até mesmo uma boa forma de passar o tempo, quando não há nada para fazer. Um dos problemas da internet que polêmica atualmente é a chamada invasão em que muita se divulgou. Por meninos, mulheres acabam enviando fotos suas ou semi-nuas para meninas ou homens e diariamente acabam sofrendo algum tipo de Bullying e acabam se constrangendo posteriormente, pois a foto provavelmente será repassada para outros.

Na minha opinião para evitar futuros constrangimentos, garotos, mulheres ou até mesmo garotas, é preciso pensarem antes de realizarem alguma coisa que não prejudique-los ou constrange-los mais tarde.

Texto 12 – A20

Compras na internet

As compras na internet são muito perigosas, por você precisa de cartão de crédito ou débito.

E para toda essa demora para comprar pode ser até perigosa, porque enquanto você está pagando você pode estar sendo roubado, sem você perceber.

Depois passam alguns dias e o seu banco liga falando que um ladrão de bilhão está querendo passar tudo o seu dinheiro para conta da pessoa.

Por isso temos que ter muito cuidado ao fazer compras na internet.

Ah!!! e ainda temos que mais de uma semana para nos entregar o nosso produto, por isso em adia que comprar na loja e levar para casa é melhor.

Texto 13 – A23

Privacidade na internet

A privacidade na internet é uma experiência bem conhecida nos últimos anos, pois neste período muitos casos de vídeos pornôs e etc vazados na internet, isso tem causado muitos problemas para as pessoas.

Se uma pessoa quer ter uma privacidade na internet ela tem que tomar muitos cuidados com os dados sociais principalmente.

Serão só trazer problemas se você tiver uma foto que só você quer ver, diferente da vez na internet isso faz você ter problemas como o Bullying que pode te levar a morte.

Para sua segurança é bom também não colocar seus dados pessoais, documentos e endereços em sites não seguros! podem trazer vários problemas, por alinhim hacker pode entrar no site e roubar todos seus dados pessoais, assim gerando muitos problemas para a pessoa.

Texto 14 – A24Privaç>de na internet

No minha opinião não existe privacidade na internet porque a internet é algo perigoso.

Por exemplo as pessoas postarem fotos explícitas na rede social e acabar virando uma forma de bullying.

Com isso eu concluo que não existe privacidade e as pessoas devem pensar bem no que postam.

Texto 15 – A27

Ter privacidade na internet é você colocar a sua supimão, por exemplo em um comentário e ninguém mexer, isso por exemplo é ter privacidade... Porque hoje em dia tem aplicativos que entram em sites privados... mesmo com senhas, eles conseguem entrar.

Eu acho que a internet podia ter um pouco mais de privacidade, segurança. Eu mesma as pessoas pediram ta mais segurança me consegue evitando os cairas dos outros. E os pais pediram ficar mais atentos, com o que os filhos colorem na internet.

Conclusão é que como a internet não é segura, se fosse por mim eu não coleria esses importantes coisas pessoais.

Texto 16 – A28

Precidade na Internet

Na internet muitas das vezes nos proporcionam serviços boas e produtivas mas também causam bem desrespeitosos; hoje em dia falar em precidade é um assunto que foge da realidade; obviamente dia-a-dia.

Na minha opinião a precidade é uma coisa que devia ser extinta muito em prática, não gosto muito ob no meu dia-a-dia por que por exemplo se veja pentimento fato e não queremos que vamos dizer, que a sociedade respeita, mas ela tem um amigo em comum e secha verbo e sabendo de algo nem que eu possa imaginar.

Concluo que devemos permanecer unida de origem para evitar o constrangimento e de mesma a interrupção.

ANEXO 7 – Produção final**TEXTO 1 – A1****Francesca.**

A Sociedade Global que se expande pela Internet, na Internet que é um meio de comunicação com o mundo e compartilhamento de informações. Mas nem toda sociedade é igual, para exemplo, Pedro Sardinha diz que é necessário refletir sobre o que é ser global, se é uma vantagem ou não, hoje em dia. Pode ser uma atenção que pode ser positiva ou não. Toda globalização é positiva, uma imensa oportunidade que pode trazer ao mundo algo novo, mas a privacidade diminui.

Quando se comporta de uma forma secreta, para se tornar preparado para qualquer crítica ou opinião, é uma forma de se manter uma rede de compartilhamento, para uma manutenção protegida.

Texto 2 – A2

Privacidade na Internet

Para que eu comece a falar sobre a internet, quero também dizer sobre a privacidade pois bem ela, podemos correr perigos. Ter privacidade na internet é não ter aplicativos que não sejam pontos de rachados, entre outros.

Privacidade é algo único, mas hoje em dia é difícil, internet é um meio de comunicação entre amigos e até mesmo familiares é isso é um absurdo.

Na minha opinião todos deveriam ter privacidade e segurança nas redes sociais pois a pessoas de racharem sua senha e algo assim conseguiram entrar em seus dados pessoais.

Hoje o mundo está perigoso, para mim todos deveriam ver o lado ruim e bom. Na minha conclusão é que não temos internet segura, mas sim algo que devemos tomar cuidado.



Texto 3 – A4

Comouitar o vestuário
de conteúdo

A privacidade na internet depende de interamentos do modo em que a usamos por isso é necessário sempre o uso consciente. Estó ficando cada vez mais comum o vestuário de conteúdo pessoal, contas bancárias sendo roubadas, vídeos, fotos etc.

Estó super exposição estó acrescenta para qualquer um nas redes sociais e também locais onde o usuário estó, o horo em que a pessoa estó for de casa facilitando muito alguns criminosos que querem roubar coisas do usuário.

Por isso devemos nos vigiar ao postar qualquer coisa na internet e também não armazenar nenhum conteúdo em algum dispositivo que possa ser roubado ou hackeado.

Texto 4 – A7**Título:****Talta da Privacidade na Internet**

Hoje em dia os pessoas não tem mais privacidade nas redes sociais. Pois tudo o que você faz as pessoas ficam sabendo, a internet é um lugar onde você pode se divertir, mas como um enterramento.

As pessoas querem privacidade, mas elas ficam postando as coisas, e depois querem privacidade; isso é meio bizarro, mas cada um faz o que quer da sua vida. Minha conclusão é que "privacidade na Internet" tem o lado bom que você pode por exemplo: conversa tranquila com as pessoas e etc... E o lado ruim é que sua privacidade é mais invadida.

Para isso não acontecer as pessoas tiram que fizeram de descer as coisas que ela não queria, que os outros acham. E postar as coisas que ela quer que as pessoas vejam.

Texto 5 – A17**Problemas da Internet**

A internet de certa forma pode ser uma maneira de entretenimento, diversão ou até mesmo uma boa forma de passar o tempo, quando não há nada para fazer. Um dos problemas da internet que é polêmico atualmente é a chamada Privacidade em que muitos se dividem. Pessoas, mulheres acabam enviando fotos suas ou semi-nuas para pessoas ou homens e diariamente depois acabam sofrendo algum tipo de Bullying e acabam se constrangendo posteriormente, por a foto provavelmente será repassada para outros.

Na minha opinião para evitar futuros constrangimentos, garotas, mulheres ou até mesmo garotos, é preciso pensarem antes de realizarem alguma coisa que não prejudicá-los ou constrange-los mais tarde.

Texto 6 – A27

Direito à privacidade

Privaçade pode ser entendida como controle de informações de si mesmo, entendo que as pessoas pessoas expõe-las de uma forma considerada prejudicial ou seja que todos devem ter privacidade, e saber o que expõem.

O Internet não é um lugar seguro para armazenar informações pessoais, caixas importantes pode prejudicar e muito.